



**CAMINHOS DA CIÊNCIA:
UMA VISÃO DAS ÁREAS
DO CONHECIMENTO**

HELENA PORTES SAVA DE FARIAS

Helena Portes Sava de Farias
Organizadora

CAMINHOS DA CIÊNCIA: UMA VISÃO DAS
ÁREAS DO CONHECIMENTO

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C183 Caminhos da ciência [livro eletrônico]: uma visão das áreas do conhecimento / Organizadora Helena Portes Sava de Farias. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-87809-97-7

1. Ensino superior. 2. Educação. I. Farias, Helena Portes Sava de.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>



Helena Portes Sava de Farias
Organizadora

CAMINHOS DA CIÊNCIA: UMA VISÃO DAS
ÁREAS DO CONHECIMENTO



Rio de Janeiro – RJ
2024

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Dr ^a Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Dr ^a Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Dr ^a Maria Lelita Xavier
	Profa. Dr ^a Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Dr ^a Pauline Balabuch
	Prof. Dr. Daniel da Silva Granadeiro
	Prof. Dr. Rômulo Terminelis da Silva

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos a coletânea de artigos intitulada "Caminhos da Ciência: Uma Visão das Áreas do Conhecimento". Este livro é resultado do esforço e dedicação de diversos autores, especialistas em diferentes áreas, que compartilham conosco suas pesquisas e reflexões, contribuindo para a disseminação do conhecimento científico no Brasil.

Os capítulos que compõem esta obra abrangem uma ampla gama de temas, refletindo a diversidade e a riqueza do cenário acadêmico brasileiro. Cada capítulo oferece uma abordagem única e aprofundada sobre questões relevantes, apresentando análises críticas, revisões de literatura e reflexões sobre práticas e teorias em diferentes campos do saber.

No Capítulo 1, os autores nos conduzem por uma reflexão essencial sobre ética e segurança do paciente na formação acadêmica em enfermagem. A necessidade de aprimorar o ensino desses temas é destacada, ressaltando a importância da formação ética para enfrentar desafios práticos e decisões seguras.

O Capítulo 2 oferece uma visão abrangente sobre a assistência holística aos pacientes com diabetes mellitus. Os autores destacam a importância do cuidado integral, considerando não apenas aspectos físicos, mas também psicológicos e emocionais, promovendo assim a qualidade de vida desses pacientes.

No Capítulo 3, o foco recai sobre os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em ambientes de saúde. A revisão aborda o uso adequado desses dispositivos, discutindo desafios, incidentes e considerações importantes, especialmente à luz da pandemia de COVID-19.

O Capítulo 4 traz uma análise sobre o manejo da febre na infância, explorando a chamada "febre fobia". Os autores investigam os conhecimentos e atitudes dos familiares e cuidadores, identificando percepções, experiências e práticas relacionadas ao tratamento da febre infantil.

A temática do Capítulo 5 gira em torno da influência dos sinais que o corpo e a mente revelam. A literatura é explorada para compreender como esses sinais impactam as ações e comportamentos humanos, destacando a importância de reconhecer e abordar essas influências.

No Capítulo 6, é apresentado um estudo sobre o processo de subjetivação na obra de Neusa Santos Souza, abordando questões relacionadas à identidade negra e aos desafios enfrentados pelos negros em uma sociedade marcada por estruturas racistas.

O Capítulo 7 nos conduz por reflexões sociológicas, destacando as visões de Durkheim, Marx e Weber sobre como os seres humanos interagem com seu ambiente e encaram a realidade, contribuindo para a compreensão do objeto de estudo da Sociologia.

No Capítulo 8, o foco recai sobre o Tribunal Multiportas e a mediação na demanda familiar no pós-pandemia. Os autores exploram a teoria do Sistema Multiportas e sua aplicação na resolução de conflitos, com ênfase na mediação em questões familiares.

O Capítulo 9 aborda a prática docente e o processo de inclusão de alunos surdos no primeiro ano do ensino fundamental, proporcionando uma análise dos direitos dos indivíduos surdos e a realidade das práticas inclusivas.

A Educação de Jovens e Adultos é tema do Capítulo 10, que discute os desafios e dificuldades dessa modalidade educacional. Os autores analisam políticas públicas, públicos-alvo e aspectos de formação, destacando a importância crescente dessa modalidade.

O Capítulo 11, a pesquisa se debruça sobre a história da pedagogia e da psicopedagogia, explorando os diálogos históricos entre a educação tradicional e a escola nova, oferecendo uma compreensão mais profunda das tendências pedagógicas ao longo do tempo.

Por fim, o Capítulo 12 aborda as políticas de Educação Especial e os desafios para o fazer pedagógico. Os autores discutem o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica, analisando preceitos legais e metodológicos.

Esperamos que esta coletânea seja não apenas uma fonte de conhecimento, mas também uma inspiração para novas pesquisas e reflexões. Que ela contribua para o aprimoramento das práticas acadêmicas e, consequentemente, para o avanço do conhecimento científico em nosso país.

O Capítulo 13 encerra a coletânea abordando abordagem sobre os fatores psicológicos que contextualizam a saúde mental, as suas características e problemáticas encontradas nesse contexto. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, em caráter exploratório, de abordagem qualitativa, de campo e descritiva, hipotético-dedutiva e não experimental. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo. Havendo ainda notoriamente várias vertentes e possibilidades a serem analisadas em estudos futuros, e, por conseguinte, mais aprofundados.

Boa leitura!

SUMÁRIO

<i>Capítulo 1.....</i>	<i>09</i>
O CONDUZIR DO TEMA “ÉTICA E SEGURANÇA DO PACIENTE” DURANTE A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM ENFERMAGEM	
<i>Luceli Pereira da Costa Rodrigues, Willacila Samea de Araujo Rodrigues, Ana Caroline Alves Correia, Jessé Santos de Sousa, Ariane Sousa Pereira Alves, Jose Erivelton de Souza Maciel Ferreira</i>	
<i>Capítulo 2.....</i>	<i>17</i>
ASSISTÊNCIA HOLÍSTICA AOS PACIENTES COM DIABETES MELLITUS: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA	
<i>Ariane Sousa Pereira Alves, Victor Alef da Silva Araújo, Jose Erivelton de Souza Maciel Ferreira</i>	
<i>Capítulo 3.....</i>	<i>31</i>
EPIS DE SEGURANÇA NO AMBIENTE EM QUE SE PROMOVE SAÚDE E CUIDADO: USO, DESAFIOS, INCIDENTES E CONSIDERAÇÕES	
<i>Auriane Ferreira Lima, Ana Patrícia Lemos da Silva, Jose Erivelton de Souza Maciel Ferreira, Francisco Leonardo Freitas da Silva, Manoel Auri Pinto Soares Junior, Miliane Maria da Silva Bezerra, Maria Eliane Alves de Sousa, Dara Cesario Oliveira, Anne Nicolly de Sousa Lisboa</i>	
<i>Capítulo 4.....</i>	<i>43</i>
CONHECIMENTOS E ATITUDES DOS FAMILIARES E CUIDADORES NO MANEJO DA FEBRE NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A FEBRE FOBIA	
<i>Elisabeth Maria Gomes de Souza, Julia Vieira Francisco Alves, Luana Daflon, Maria Vitória Araújo Pacheco, Alessandra Felix Andre Braga</i>	
<i>Capítulo 5.....</i>	<i>65</i>
A INFLUÊNCIA DOS SINAIS QUE O CORPO E A MENTE NOS REVELAM	
<i>Herivelto Batista Coutinho</i>	
<i>Capítulo 6.....</i>	<i>81</i>
TORNA-SE NEGRO: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO NA OBRA DE NEUZA SANTOS SOUZA	
<i>Douglas Luiz de Oliveira Moura</i>	
<i>Capítulo 7.....</i>	<i>95</i>
MARX, DURKHEIM E WEBER: REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS	
<i>Lucas Cavalcante de Lima</i>	
<i>Capítulo 8.....</i>	<i>113</i>
TRIBUNAL MULTIPORTAS: MEDIAÇÃO NA DEMANDA FAMILIAR NO PÓS-PANDEMIA	
<i>Adriana Pereira de Araújo</i>	

<i>Capítulo 9</i>	123
A PRÁTICA DOCENTE E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Arielma Nunes Ferreira Picanço</i>	
<i>Capítulo 10</i>	139
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS PARA O FAZER PEDAGÓGICO	
<i>Silvia Gomes Correia, Ana Luiza Dutra</i>	
<i>Capítulo 11</i>	153
PEDAGOGIA E PSICOPEDAGOGIA: CONCEITOS HISTÓRICOS E DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO	
<i>Edna Machado da Silva, José Ronaldo de Freitas Machado</i>	
<i>Capítulo 12</i>	167
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E DIFICULDADES	
<i>Fernanda Santos Carneiro, Laura Caroline Fernandes Alves Amado, Noélia Carvalho de Oliveira, Cleidiana Brito da Silva, Marlene da Conceição de Sousa, Luzia da Glória Soares</i>	
<i>Capítulo 13</i>	181
SAÚDE MENTAL, FATORES DE RISCO NA JUVENTUDE INDÍGENA	
<i>Rômulo Terminelis da Silva</i>	

CAPÍTULO 1

O CONDUZIR DO TEMA “ÉTICA E SEGURANÇA DO PACIENTE” DURANTE A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM ENFERMAGEM

Luceli Pereira da Costa Rodrigues

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Link do ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9775-7082>

Willacila Samea de Araujo Rodrigues

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Link do ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0158-3606>

Ana Caroline Alves Correia

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Link do ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9759-3983>

Jessé Santos de Sousa

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Link do ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2051-5867>

Ariane Sousa Pereira Alves

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2438686179201467>

Jose Erivelton de Souza Maciel Ferreira

Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará. Mestre em Enfermagem pela UNILAB,

Redenção, Ceará.

Link do ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2668-7587>

RESUMO

É sabido que o ensino do tema ‘Segurança do paciente e ética’ aos enfermeiros em formação ainda se torna uma necessidade, constituindo um desafio a ser mais bem trabalhado. A formação ética e a abordagem da segurança do paciente são elementos essenciais no currículo de

enfermagem. Portanto, o objetivo do presente trabalho foi caracterizar a ética e a segurança do paciente quanto aos seus conceitos, princípios e refletir sobre a consideração desse tema na formação atual em enfermagem. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo bibliográfica, realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2023. Nessa revisão, foram consultados artigos científicos, livros e documentos relevantes que abordam o tema. Foram encontrados 2640 manuscritos, e lidos o título dos 30 mais relevantes, porém somente 08 compuseram a amostra final. Estimular o aprendizado prático e reflexivo é fundamental para que os estudantes possam enfrentar situações reais ou simuladas de tomada de decisão ética e prática segura. Os educadores também devem incentivar a participação dos estudantes em discussões éticas e análises de incidentes de segurança. Aprimorar a formação ética e a abordagem da segurança do paciente na formação em enfermagem requer um esforço conjunto de educadores, instituições de ensino e estudantes. Promover o ensino da ética pode ajudar a alavancar estratégias revolucionárias lançadas pelos educadores e discentes de modo que possam reduzir incidentes que ocorrem no âmbito da assistência em saúde, por isso a ênfase na inclusão desse tema como unidade curricular obrigatória.

Descritores: Segurança do Paciente; Enfermagem; Ética em Enfermagem; Ética Clínica; Educação em Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A estadia do paciente durante sua permanência no hospital envolve a participação direta e próxima da enfermagem, o que requer dessa categoria qualificação científica e comprometimento ético (SOUSA; SILVA, 2022). Essas exigências são necessárias devido o seu papel no delineamento de ações sistêmicas potencialmente eficazes para prevenir e resolver ações indesejadas que possam ocorrer em decorrência da sua assistência ou de terceiros (JUNIOR, 2023).

Para isso, é necessário que esse profissional seja capaz de raciocinar de forma reflexiva e crítica, numa perspectiva humanística e empática (FARIA *et al.*, 2021). A enfermagem em sua prática está vinculada por excelência à ética, pois suas ações estão vinculadas às pessoas com o objetivo de promover o seu bem-estar, cuidando com cautela para não causar danos conforme estabelece o código de ética da enfermagem (GRACE *et al.*, 2021). Porém, para promover cuidados de enfermagem com finalidades

humanizadas e condizentes com as necessidades do paciente, é necessária a integração de conceitos éticos e de segurança do paciente na prática assistencial (BELLATO *et al.*, 2022), conhecimentos que devem ser amadurecidos a partir da formação acadêmica.

O ensino do tema 'Segurança do paciente e ética' aos enfermeiros em formação ainda se torna uma necessidade, constituindo um desafio a ser mais bem trabalhado. Embora a inclusão desse tema como unidade curricular tenha se tornado obrigatória, estudos continuam a evidenciar o seu tangenciamento no decorrer de outras disciplinas (ARAUJO *et al.*, 2018). Acredita-se que existem obstáculos no método de ensino utilizado pelos professores para que os acadêmicos compreendam a relevância e a aplicabilidade assistencial do tema (DIMITRIADOU *et al.*, 2021).

A formação ética e a abordagem da segurança do paciente são elementos essenciais no currículo de enfermagem (NORA *et al.*, 2022). A literatura já destaca a importância de educar os estudantes de enfermagem sobre questões éticas e práticas seguras, a fim de prepará-los para enfrentar dilemas éticos e garantir a segurança dos pacientes (ROCHA *et al.*, 2023; NORA *et al.*, 2022; SILVA *et al.*, 2017).

Dessa forma, se faz necessário caracterizar melhor a ética e a segurança do paciente na formação em enfermagem, para que os professores e os discentes desse curso possam compreender a obrigatoriedade dessa unidade curricular. Portanto, o objetivo do presente trabalho foi caracterizar a ética e a segurança do paciente quanto aos seus conceitos, princípios e refletir sobre a consideração desse tema na formação atual em enfermagem.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura do tipo bibliográfica, realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2023. Esse método de pesquisa consiste em uma análise crítica e sistemática de fontes de informação relevantes para o tópico de pesquisa em questão (CONFORTO, 2011). A revisão da literatura é uma etapa fundamental para compreender o estado atual do conhecimento e as principais tendências relacionadas à ética e segurança do paciente na formação em enfermagem. Nessa revisão, foram consultados artigos científicos, livros e documentos relevantes que abordam o tema.

A pergunta norteadora que norteou a presente pesquisa foi: o que se conhece sobre o ensino do tema “ética e a segurança do paciente” ao longo da formação atual em enfermagem?

O buscador ‘Google acadêmico’ foi consultado para a seleção de artigos sobre a temática. Desse modo, foram elencados os seguintes descritores: Segurança do Paciente; Enfermagem; Ética em Enfermagem; Ética Clínica; Educação em Enfermagem.

Quanto as estratégias de busca, seguiu-se as seguintes combinações:

- 1) Segurança do Paciente AND Ética em Enfermagem AND Educação em Enfermagem.
- 2) Segurança do Paciente AND Educação em Enfermagem.
- 3) Segurança do Paciente AND AND Ética Clínica AND Educação em Enfermagem.

Os filtros de buscas e critérios de inclusão foram: estar disponível desde 2014; ordenados por relevância; estar em português, inglês ou espanhol; e ser artigo, livro ou trabalhos de conclusão de curso (monografias, dissertações ou teses acadêmicas). Foram vistos os manuscritos das três primeiras abas do google acadêmico, os mais relevantes conforme os filtros selecionados (n=30), devido a limitação de tempo para a pesquisa e a entrega dos resultados.

Após aplicação dos critérios de busca, foram encontrados 2640 manuscritos, e lidos o título dos 30 mais relevantes (10 materiais de cada estratégia de busca). Os 30 foram lidos da íntegra, porém somente 08 compuseram a amostra final.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para os educadores e instituições de ensino, é essencial incluir a ética e a segurança do paciente como componentes essenciais do currículo de enfermagem. Isso significa integrar esses temas em disciplinas específicas, como ética profissional e gerenciamento de riscos, e também em atividades práticas e estágios clínicos. Ao adotar uma abordagem sistemática e abrangente, os educadores podem ajudar os estudantes a desenvolverem uma base sólida de conhecimentos éticos e de segurança (BRASIL, 2018).

Além disso, é importante utilizar métodos de ensino ativos e experimentais. Estimular o aprendizado prático e reflexivo é fundamental para que os estudantes possam enfrentar situações reais ou simuladas de tomada de decisão ética e prática segura (ESPARADARO, 2023). Estudos de caso, simulações clínicas, discussões em grupo e reflexões pessoais são algumas

técnicas que podem ser empregadas como metodologias ativas de ensino e aprendizado. Essas abordagens promovem a consciência crítica, ética, reflexiva e o desenvolvimento de habilidades para a resolução de problemas (PALHETA *et al.*, 2020).

Os educadores devem incentivar a participação dos estudantes em discussões éticas e análises de incidentes de segurança. Ao debater questões éticas relevantes para a prática de enfermagem e analisar incidentes de segurança do paciente, os estudantes desenvolvem a capacidade de lidar com dilemas éticos e identificar riscos potenciais (BIRETA-VILELA *et al.*, 2020). Interagir com estudantes de outras áreas da saúde também permite que os futuros enfermeiros compreendam a importância da comunicação eficaz no ambiente de trabalho, bem como a necessidade de se trabalhar em equipe na promoção da segurança do paciente e na resolução de dilemas éticos (AYDOĞDU, 2022; FONTANA; WACHEKOWSKI; BARBOSA *et al.*, 2020).

Quanto aos estudantes, é essencial se comprometer com a aprendizagem contínua ao longo de sua carreira profissional. Buscar oportunidades de atualização e aprimoramento de conhecimentos éticos e de segurança do paciente é fundamental para se manter atualizado diante das mudanças na área de saúde e executar um trabalho de elevada qualidade. Os estudantes devem compreender a necessidade de se ouvir atentamente os pacientes e outros profissionais de saúde, bem como de se expressar de forma clara, respeitosa e empoderada (SETTANI *et al.*, 2019). A comunicação clara e precisa é fundamental para a prática ética e segura, sendo pauta de pesquisas pela enfermagem há décadas (REIS; MARTINS; LAGUARDIA, 2013).

Praticar a tomada de decisões éticas é outro aspecto importante. Ao deparar-se com dilemas éticos, os estudantes devem tomar decisões baseadas em princípios éticos e em evidências científicas. Considerar diferentes perspectivas e consultar recursos éticos, como códigos de ética profissional e diretrizes institucionais, auxilia nesse processo.

Por fim, é fundamental que os estudantes estejam atentos à segurança do paciente. Adotar práticas seguras, como higienização das mãos, verificação de identificação dos pacientes, administração correta de medicamentos e identificação e prevenção de riscos potenciais, é essencial. Estar disposto a relatar incidentes de segurança e contribuir para a melhoria contínua dos processos de cuidado também faz parte dessa abordagem.

Aprimorar a formação ética e a abordagem da segurança do paciente na formação em enfermagem requer um esforço conjunto de educadores,

instituições de ensino e estudantes. Ao integrar a ética e a segurança do paciente no currículo, utilizar métodos de ensino ativos, incentivar discussões éticas e análises de incidentes, promover a colaboração interprofissional e desenvolver habilidades de comunicação e tomada de decisões éticas, é possível formar profissionais éticos, seguros e comprometidos com o bem-estar dos pacientes (GARZIN *et al*, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover o ensino da ética pode ajudar a alavancar estratégias revolucionárias lançadas pelos educadores e discentes de modo que possam reduzir incidentes que ocorrem no âmbito da assistência em saúde, por isso a ênfase na inclusão desse tema como unidade curricular obrigatória. Diante disso é necessário mais pesquisas para entender melhor como o ensino e a oferta de educação sobre segurança do paciente e ética podem ser incluídos no currículo da graduação em enfermagem.

REFERÊNCIAS

AYDOĞDU, Ana Luiza Ferreira. Enfermagem transcultural: um desafio na formação em enfermagem. **Journal Health NPEPS**, 2022.

BELLATO, Roseney; ARAÚJO, Laura Filomena Santos de. Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde. **Cadernos Saúde Pública**, v. 26, n. 10, p. 2074-2075, 2022.

BERETA-VILELA, Renata Prado *et al*. Uso de metodologias ativas na disciplina de segurança do paciente: um relato de experiência. **Unifunec Científica Multidisciplinar**, v. 9, n. 11, p. 1-13, 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Boletim Segurança do Paciente e**
Brasília: Anvisa, 2018. Disponível em:
<https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/boleti>

CONFORTO, Edivandro Carlos; AMARAL, Daniel Capaldo; SILVA, SL da. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. **Trabalho apresentado**, v. 8, 2011.

DIMITRIADOU, Maria *et al.* The knowledge about patient safety among undergraduate nurse students in Cyprus and Greece: a comparative study. **BMC nursing**, v. 20, n. 1, p. 110, 2021.

ESPADARO, Renato Fábio. A simulação realística como prática educacional na formação da enfermagem contemporânea. **EccoS–Revista Científica**, n. 66, p. e25158-e25158, 2023.

FARIA, Gleison *et al.* Raciocínio Clínico em Enfermagem. **Saber Científico (1982-792X)**, v. 9, n. 2, p. 73-84, 2021.

FONTANA, Rosane Teresinha; WACHEKOWSKI, Giovana; BARBOSA, Silézia Santos Nogueira. As metodologias usadas no ensino de enfermagem: com a palavra, os estudantes. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

JUNIOR, Francisco José do Nascimento *et al.* A assistência de enfermagem e a segurança do paciente em UTI. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 9, p. 2356-2369, 2023.

NORA, Carlise Rigon Dalla; JUNGES, José Roque. Patient safety and ethical aspects: scoping review. **Revista Bioética**, v. 29, p. 304-316, 2021.

NORA, Carlise Rigon Dalla; JUNGES, José Roque. Política de humanização na atenção básica: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, p. 1186-1200, 2013.

PALHETA, Allan Marcos da Silva *et al.* Formação do enfermeiro por meio de metodologias ativas de ensino e aprendizado: influências no exercício profissional. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, 2020.

REIS, Cláudia Tartaglia; MARTINS, Mônica; LAGUARDIA, Josué. A segurança do paciente como dimensão da qualidade do cuidado de saúde: um olhar sobre a literatura. **Ciência & saúde coletiva**, v. 18, p. 2029-2036, 2013.

ROCHA, Ruth Cardoso *et al.* Formação profissional do técnico de enfermagem em segurança do paciente: estudo misto. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 31, 2023.

SETTANI, Sthefani Souza *et al.* Comunicação de enfermagem e as repercussões na segurança do paciente RESUMO. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 13, 2019.

SILVA, Liliane de Lourdes Teixeira *et al.* Segurança do paciente na Atenção Primária à Saúde: percepção da equipe de enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e20210130, 2021.

SILVA, Maria Naiara *et al.* Erros de enfermagem e segurança do paciente: o conhecimento de graduandos de enfermagem: Nursing errors and security of the patient: the nursing undergraduates' knowledge. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 80, n. 18, 2017.

SOUSA, Francisca Georgina Macedo; SILVA, Andréa Cristina Oliveira. **Cuidado de enfermagem em ambiente hospitalar: recursos éticos, gerenciais e assistenciais**. Editora CRV, 2022.

CAPÍTULO 2

ASSISTÊNCIA HOLÍSTICA AOS PACIENTES COM DIABETES MELLITUS: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Ariane Sousa Pereira Alves

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2438686179201467>

Victor Alef da Silva Araújo

Discente do Curso de Educação Física pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará.

Link do currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/0736918865020041>

Jose Erivelton de Souza Maciel Ferreira

Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará. Mestre em Enfermagem pela UNILAB, Redenção, Ceará. (Orientador da pesquisa).

Link do ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2668-7587>

RESUMO

O presente trabalho buscou apresentar o conhecimento produzido na literatura sobre a contribuição do cuidado holístico promovido pela enfermagem na melhoria da qualidade de vida dos pacientes com diabetes mellitus. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2023. As buscas foram realizadas no mecanismo de busca GOOGLE ACADÊMICO, na base de dados SCIELO e no site TERRA. No total, sete manuscritos foram selecionados para compor a amostra. Observou-se que a atenção durante o processo de aceitação e adesão ao tratamento pelos pacientes com diabetes é de fundamental importância para a enfermagem, desde que leve em consideração os aspectos psicológicos e emocionais envolvidos nesse processo. A presença da família também é fundamental para o sujeito que passa por todo o processo de readaptação às novas condições impostas pela doença, estimulando o enfermeiro a incluí-la no plano terapêutico prescrito. O cuidado

holístico é uma poderosa ferramenta a ser implementada pelo enfermeiro no cuidado ao paciente com diabetes mellitus. Além de beneficiar o profissional na realização de todo o seu trabalho, os resultados e reflexões demonstraram sua contribuição na promoção do bem-estar e da qualidade de vida desses pacientes. O enfermeiro deve considerar que os pacientes com diabetes mellitus convivem com diferentes nuances humanas, e que todas elas devem ser consideradas para alcançar melhores prognósticos.

Descritores: Diabetes Mellitus; Saúde Holística; Enfermagem

INTRODUÇÃO

A enfermagem evoluiu significativamente quando o assunto é a preocupação com o estado de saúde do ser humano. Muito se tem visto e discutido sobre a sua importância na oferta de cuidados integrais (CRIVELARO *et al.*, 2020). “A humanização da assistência tem sido um tema preconizado por várias instituições preocupadas em oferecer um cuidado integral ao cliente, analisando-o em sua totalidade, dentro deste contexto” (LEMOS *et al.*, 2010, p. 355).

De acordo com Sousa *et al.*, (2019), a enfermagem como qualquer outra área do conhecimento precisa de apoio científico para fundamentar suas conclusões e soluções, onde o conhecimento é expresso mediante conceitos e teorias. Esta profissão valoriza o indivíduo de modo holístico e integrado, ao invés de observar apenas as suas respostas humanas.

De acordo com Ferreira (2004), o termo holístico refere-se ao grego “holo”, que pode significar o todo, completo, conceito que reúne a totalidade das partes, onde há uma interligação. Deste modo, considerando a aplicabilidade deste conceito na ciência da enfermagem, cuidados holísticos podem ser interpretados como os cuidados integrais e completos ofertados, levando em consideração a mente, corpo, ambiente, aspectos espirituais e sociais dos indivíduos (TOURINHO, 2021).

Deste modo, os cuidados holísticos voltados para pessoas com diabetes tornam-se extremamente significativos quando o assunto é o cuidado com o paciente.

O diabetes mellitus é um distúrbio crônico que afeta o metabolismo dos carboidratos, das gorduras e das proteínas. Um aspecto característico do diabetes mellitus é a hiperglicemia, que constitui um reflexo da deterioração

na utilização dos carboidratos (glicose) em virtude de uma resposta defeituosa ou deficiente à secreção de insulina (CHAVES, TEIXEIRA e SILVA apud CONTRAN, KUMAR e ROBBINS, 2013, p. 216).

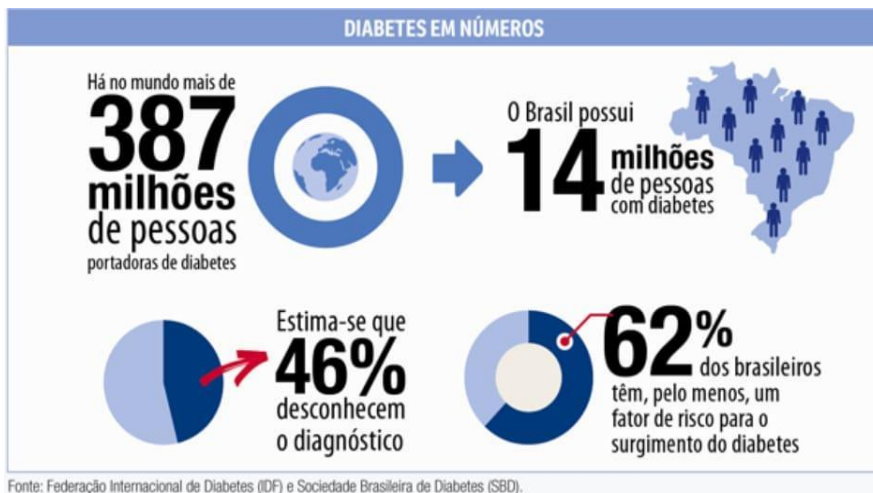
O Diabetes Mellitus (DM) tem sido considerado um dos principais problemas de saúde na atualidade, no Brasil e a nível mundial, junto da Hipertensão Arterial (HA) (SEGUNDO *et al.*, 2023; ANDRADE *et al.*, 2023; GUSMÃO *et al.*, 2023). A relevância de estudo sobre essa condição de saúde se deve tanto a alta prevalência, incidência e mortalidade prematura, quanto também pelos custos envolvidos no controle e no tratamento de suas complicações, como as doenças cárdio e cerebrovasculares (ANGELO *et al.*, 2023).

Os dados epidemiológicos apontam que:

Cerca de 415 milhões de pessoas em todo o mundo e continua a aumentar em todos os países, estimando-se que em 2040 haja um aumento para 642 milhões de pessoas atingidas pela doença. O número de brasileiros diagnosticados com Diabetes cresceu 61.8% nos últimos 10 anos e atinge atualmente quase 13 milhões de brasileiros. Segundo dados de pesquisas, a população com a doença passou de 5.5% para 8.9%. As mulheres apresentam maior índice comparado aos homens (5,4 milhões para 3,6 milhões). A maior incidência é na faixa etária entre 65 e 74 anos (19,9%) e a menor, na idade entre 18 a 29 anos (0,6%). Mas, para os que têm mais de 75 anos, o percentual também é alto: 19,6% de prevalência da doença (TERRA, 2018).

Adiante, segue um gráfico apresentando um resumo dos dados epidemiológicos sobre essa doença com abrangência nacional e mundial (FIGURA 1).

Figura 1 – Gráfico sobre a quantidade de pessoas diagnosticadas com diabetes no Brasil e no mundo.



Fonte: Federação Internacional de Diabetes (IDF) e Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD).

BRUTTI (2019) afirma que “como em toda doença crônica, as transformações geradas pelo diagnóstico de diabetes mellitus também são inevitáveis [...]. O tratamento também dependerá muito da motivação pessoal, aceitação da doença e apoio familiar”. Em acréscimo, “diante desse cenário [...], é preocupante o quanto as informações básicas a respeito da doença são desconhecidas pela população em geral, levando a uma busca por atenção médica tardia” (CASTRO *et al*, 2021).

A assistência holística ao paciente com diabetes é um dos fatores cruciais para um acompanhamento longitudinal efetivo (NUNES *et al.*, 2023). O enfermeiro tem papel essencial dentro da equipe de saúde, sejam os ambulatorios ao paciente com diabetes ou nas próprias Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS), pois é o profissional que sistematiza um plano de cuidados seguro e baseado em evidências científicas, com fins de promover melhorar a qualidade de vida dessa população (FREITAS *et al.*, 2023). Ademais, na prática assistencial, frequentemente observa-se que não só o paciente com diabetes sofre as consequências de estar doente, sua família também pode, se não for considerada dentro do plano terapêutico singular prescrito ao paciente, adoecer junto dele (BRUTTI *et al*, 2019, v. 2, p. 3176).

Deste modo, o trabalho realizado busca apresentar o conhecimento produzido na literatura sobre a contribuição da assistência holística promovida pela enfermagem na melhora da qualidade de vida dos pacientes com diabetes mellitus.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2023. Essa revisão foi essencial para alcançar o objetivo proposto, gerando reflexões pertinentes sobre a assistência holística aos pacientes com diabetes mellitus pela equipe de enfermagem. A pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, cuja coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente (GHUNTER, 2006, p.202).

Foram selecionados artigos e sites relacionados ao tema. As buscas foram realizadas no buscador GOOGLE ACADÊMICO e na base de dados SCIELO. Na primeira fonte de dados, foi selecionado o filtro que assegurava a apresentação inicial dos artigos mais relevantes. O site TERRA também foi consultado, por apresentar artigos de opinião e editoriais escritos por especialistas na área.

Para a delimitação de espaço/tempo para busca de artigos sobre o tema, foram adotados os seguintes critérios: ter sido publicado em qualquer período; estar em português; estar disponível na íntegra; ter ao mínimo nível de evidência 7 (artigos de opinião de especialistas na área); e ser artigo nacional. As estratégias de buscas adotadas consideraram as seguintes combinações dos descritores da saúde (DeCS) adotados, em ambas as fontes de dados: [Diabetes Mellitus] AND [Saúde Holística] AND [Enfermagem].

Para as análises dos achados, foram selecionados artigos que corroborassem e que apresentam alternativas ou dados contrários dos resultados obtidos, criando assim discussões e debates sobre o tema, considerando o universo multifacetado que a doença fornece para a comunidade científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao todo, foram vistos os primeiros 135 artigos no google acadêmico, os mais relevantes, conforme filtro selecionado, dos quais apenas quatro manuscritos foram lidos exaustivamente e selecionados para compor a

amostra do estudo – três são artigos científicos e um se trata de manual de enfermagem sobre o tema.

Na base de dados SCIELO, foram encontrados 126 artigos, dos quais apenas dois foram selecionados. Buscou-se além de artigos, dados noticiados em veículos de informações, ao todo foram encontradas 15 notícias sobre o assunto, e foi escolhido 1 pertinente e que mais se aproximou da temática em questão.

Tabela 1 – Artigos selecionados para compor a amostra do presente artigo. Fortaleza, CE – Brasil (2023).

Base de dados	Título do manuscrito	Objetivo do artigo	Resultado do artigo
GOOGLE ACADÊMICO	Diabete Mellitus: definição, diagnóstico, tratamento e mortalidade no Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Maria, no período de 2010 a 2014	Identificar a definição, diagnóstico, tratamento adequado e mortalidade do diabetes no Brasil, Rio Grande do Sul e em Santa Maria, no período de 2010 a 2014.	Através dos resultados deste estudo, foi possível detectar que a mortalidade por Diabetes aumentou de forma exacerbada no estado do Rio Grande do Sul e principalmente entre as mulheres.
	“Cuidados de enfermagem em diabetes mellitus” (Manual)	Identificar os comportamentos de autocuidado necessários ao controle de doenças e Buscar formas de abordagem frente aos valores interveniente na mudança comportamental	Abranger de forma sistemática pontos relevantes sobre as causas e consequências do Diabetes Mellitus em contexto geral.
	“Visão dos enfermeiros sobre a assistência holística ao	Analisar a visão holística de enfermeiros aos cuidados com pacientes em hospitais	Pode-se concluir que o conhecimento dos enfermeiros sobre a definição de holismo é incipiente, embora as formas de assistência que estas

	cliente hospitalizado”		fornecem podem ser consideradas de forma integral.
	“Diabetes mellitus e suas complicações- uma revisão sistemática e informativa”	Estudar os conceitos basilares do DM (Diabetes Mellitus) e pesquisar a relação entre DM mal controlada e o desenvolvimento de complicações.	Os resultados obtidos foram que a má aderência ao tratamento da diabetes leva a complicações variadas.
SCIELO	“Validação de intervenções de enfermagem em pessoas com diabetes mellitus”	Validar as intervenções de enfermagem propostas pela <i>Nursing Interventions Classification</i> para os diagnósticos de enfermagem: Integridade da pele prejudicada, Conhecimento deficiente e Controle ineficaz do regime terapêutico predominantes em pessoas com diabetes.	Destaca-se que no cuidado de enfermagem, as necessidades individuais de cada pessoa devem ser consideradas, e que as intervenções de enfermagem podem ser implantadas de acordo com a avaliação do enfermeiro.
	“Percepções de portadores de diabetes sobre a doença: contribuições da Enfermagem”	Descrever a percepção dos usuários sobre a diabetes. A pesquisa foi descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa [...]	Observou-se que o paciente começa a se cuidar impulsionado pelo medo de perder sua saúde, obrigando-o ao autocuidado.
SITE TERRA	Dia Mundial do Diabetes: mudança no estilo de vida é fator importante no controle da doença	Apresentar os dados estatísticos de acordo com órgãos competentes sobre o assunto.	Projeções sobre o contexto atual da doença em escala mundial e local.

Fontes: Os autores (2023).

Brutti (2014) afirma que até dez anos atrás, as causas de morte por diabetes aumentavam de forma significativa nos estados do Rio Grande do Sul, e o público mais afetado foi o feminino. Sartorelli e Franco (2003) já afirmavam antes desse levantamento que as regiões Sul e Sudeste do Brasil, apesar de serem áreas com melhor desenvolvimento econômico, humano e social, apresentavam os maiores índices de diabetes mellitus e tolerância a glicose diminuída.

Tratando como relevante estes contextos, nota-se que do início dos anos 2000 até a segunda metade da década passada, os índices de diabetes já se tornavam crescentes nestas regiões do país, em especial aquelas em que os processos industriais, a influência das tecnologias e a cidades globais proporcionam para os cidadãos um maior nível de comodismo e sedentarismo. Aos enfermeiros cabe a reflexão sobre o modo como abordar esses pacientes nessas regiões atualmente, em especial aqueles atuantes na Atenção Primária à Saúde (APS).

A longitudinalidade do cuidado e o holismo devem ser considerados diante de realidades como estas, pois independente dos desafios interpostos, essa abordagem permite ao profissional da saúde melhor compreender os fatos envolvidos até que se alcance o melhor plano de ação para o território e plano de cuidados com foco na adesão ao tratamento.

Araújo *et al.*, (2018) retratam os múltiplos fatores de causas e consequências do diabetes mellitus em diferentes contextos. Complementando, Araújo *et al.*, (2018) e Gil, Haddad e Guariente (2008) afirmam que o diabetes mellitus é uma doença crescente que acomete principalmente o público adulto, sendo estes mais comprometidos ao longo de seus anos de vida até a velhice. Essa doença até 1995 acometia cerca de 5% da população mundial, mas a estimativa é que em 2025 haverá um crescente de 5,4% no número de pessoas com diabetes mellitus no mundo. Deste modo, o quadro preocupante de casos de diabetes no mundo só revela ainda mais o cenário de urgência pública para diagnosticar e otimizar um tratamento precoce sobre a doença, em especial sobre a conscientização das pessoas diante deste cenário, compreendendo as múltiplas possibilidades de prevenção, autocuidados e tratamentos.

Lemos *et al.*, (2010) remete a assistência holística em relação aos enfermeiros aos cuidados aos pacientes com diabetes, ressaltando que os cuidados holísticos possuem caráter integral e assistencialista para os pacientes. Em contrapartida, problematizando essa realidade, Riegel, Crossetti e Siqueira (2018) afirmam que ainda é necessária uma reflexão sobre a formação do enfermeiro para o atendimento desse paciente, uma vez

que muitos enfermeiros ainda são educados a trabalhar a partir do modelo biomédico, desconsiderando os aspectos humanistas e emocionais que envolvem a sensibilidade profissional. O modelo biomédico leva em consideração aspectos unilaterais do conceito de saúde, esquecendo o viés psicossocial que as relações humanas possuem em seus múltiplos contextos, seja na saúde ou na doença (TOBLER, 2023; BLANCO *et al.*, 2023).

De Castro *et al.*, (2021) afirma que o paciente com diabetes que não atende bem ao tratamento integral da doença tende a sofrer maiores complicações ao longo da vida. A educação é um fator crucial para o processo de tratamento contra a diabetes mellitus, tanto para a aceitação e início do tratamento, quanto para a continuidade ao processo de tratamento do paciente (GRILLO *et al.*, 2013). A atenção durante o processo de aceitação e adesão ao tratamento pelos pacientes com diabetes é de fundamental importância para a enfermagem, desde que leve em consideração os aspectos psicológicos e emocionais envolvidos nesse processo.

A presença da família também é essencial ao sujeito que está passando por todo processo de readaptação às novas condições impostas pela doença (SANTOS *et al.*, 2023; LOZA *et al.*, 2023). Cuidar do paciente implica cuidar do seu seio familiar, por tanto, instiga-se que os enfermeiros possam incluí-lo no plano terapêutico prescrito, considerando-o corresponsável no cuidar. Teixeira *et al.*, (2011) defende que os cuidados adotados pelos profissionais para com os pacientes com diabetes e seus familiares devem ser sempre individualizados, considerando a sua individualidade em todas as nuances da vida, inclusive em relação ao tratamento de doenças.

Colaborando para as reflexões, Torres, Pereira e Alexandre (2011) afirmam que a prevenção e o controle do diabetes é um desafio para ambas as partes, tanto para o profissional enfermeiro, quanto para o próprio paciente que necessita de cuidados individualizados. É necessário, continuamente, conscientizá-los de que é necessário a adoção de hábitos saudáveis como alimentação adequada e práticas recorrentes de atividades físicas para a manutenção da sua saúde e melhora do bem-estar e qualidade de vida (CAETANO *et al.*, 2023; VIEIRA *et al.*, 2023; JUNIOR *et al.*, 2022). Fica explícito a importância da interdisciplinaridade no processo de prevenção e tratamento do paciente com diabetes mellitus e demais doenças crônicas degenerativas, incluindo os profissionais de outras categorias como o nutricionista e educador físico, bem como outros que possam contribuir direta e indiretamente na sua saúde.

O papel do enfermeiro é avaliar a família e compreender em qual tarefa a família está tendo dificuldades e qual a sua necessidade: conhecimento, habilidade, recurso. Após identificar estes fatores, o enfermeiro é capaz de propor intervenções que ajudem a família a executar a tarefa. No entanto, o modelo não deve ser compreendido e utilizado como um “checklist” sequencial e sim como um instrumento que subsidie o atendimento às famílias de forma flexível e colaborativa (GROSSI, DE PASCALI, 2000, p. 167)

Chaves, Teixeira e Silva (2013) expõem que o paciente com diabetes busca o tratamento para a doença quando se depara com a situação de risco de vida e prejuízo da sua qualidade de vida. São diversas as possibilidades de se trabalhar com a população antes mesmo de adoecer, trabalhando como materiais lúdicos e validados que favoreçam o autocuidado e a prevenção de doenças crônicas. Para aqueles que se encontram doentes, Sousa, Turrini e Poveda (2015) destacam que os profissionais devem melhor trabalhar no processo de aceitação e adesão ao tratamento, sem esquecer de lhe colocar como o principal responsável por sua saúde, pois é quem detém do poder de decisão que possui em relação aos cuidados a serem tomados por si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cuidado holístico é uma ferramenta poderosa a ser implementada pelo enfermeiro no âmbito do atendimento ao paciente com diabetes mellitus. Além de beneficiar o profissional na realização de todo o seu trabalho, os resultados e reflexões interpostas denunciam a sua contribuição na promoção do bem-estar e qualidade de vida desses pacientes. Os enfermeiros devem considerar que o paciente com diabetes mellitus vive sob diversas nuances humanas, e que todas elas devem ser consideradas para o alcance de melhores prognósticos.

Mais estudos devem ser realizados nessa linha de pesquisa, com melhores abordagens metodológicas, de modo que explorem e calculem melhor o impacto e efetividade do atendimento holístico ao paciente com diabetes mellitus diante dos três níveis de atenção à saúde. Enquanto isso, torna-se fundamental que novas reflexões continuem sendo incitadas aos profissionais e futuros profissionais de enfermagem e da saúde, de modo que possam desconsiderar o modelo biomédico e conheçam o modelo biopsicossocial, entendendo a que a abordagem multiprofissional é relevante dentro desse modo de atendimento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luiz Michel Nascimento *et al.* Análise epidemiológica da Hipertensão Arterial Sistêmica registrada no HIPERDIA, no município de Araguaína nos anos de 2002 a 2012. **Revista Científica do ITPAC**, v. 16, n. Edição Especial n. 1, 2023.

ANGELO, Lara Vieira *et al.* Perfil dos pacientes acometidos por AVC no sul de Santa Catarina. **Revista Neurociências**, v. 31, p. 1-21, 2023.

ARAÚJO, Eline Saraiva Silveira *et al.* Cuidado de enfermagem ao paciente com diabetes fundamentado na Teoria de King. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 1092-1098, 2018.

BLANCO, Vanessa Moreno *et al.* Residências em saúde em hospital universitário: cenário potente de formação para a prática colaborativa interprofissional. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 27, p. e220320, 2023.

BRUTTI, Bruna, *et al.* Diabete Mellitus: definição, diagnóstico, tratamento e mortalidade no Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Maria, no período de 2010 a 2014. **Brazilian Journal of Health Review**, 2019, 2.4: 3174-3182.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira *et al.* Nível de Atividade Física em Pacientes Renais Crônicos e Correlações com Perfil Nutricional e Qualidade de Vida. **Revista Contexto & Saúde**, v. 23, n. 47, p. e12984-e12984, 2023.

CHAVES, Miriam de Oliveira; TEIXEIRA, Mirian Rose Franco; SILVA, Sílvio Éder Dias da. Percepções de portadores de diabetes sobre a doença: contribuições da Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2013, 66: 215-221.

DA SILVA CRIVELARO, Patrícia Maria *et al.* Consulta de enfermagem: uma ferramenta de cuidado integral na atenção primária à saúde. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 49310-49321, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Dados epidemiológicos do diabetes mellitus no Brasil. Departamento de Saúde Pública. 2023. Disponível

em: https://profissional.diabetes.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Dados-Epidemiologicos-SBD_comT1Dindex.pdf. Acesso em 08 de dezembro de 2023.

CASTRO, Rebeca Machado Ferreira, *et al.* Diabetes mellitus e suas complicações-uma revisão sistemática e informativa. **Brazilian Journal of Health Review**, 2021, 4.1: 3349-3391.

TERRA. **Dia Mundial do Diabetes: mudança no estilo de vida é fator importante no controle da doença.** 2018, Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dia-mundial-do-diabetes-mudanca-no-estilo-de-vida-e-fator-importante-no-controle-da-doenca,ee1b0b12f6a673694b9ece215cf1b6e0y2tz2ocj.htm>. Acesso em 01 de novembro de 2023.

GUSMÃO, Vanessa do Carmos *et al.* Associação entre o perfil epidemiológico e o desfecho clínico de pacientes com COVID-19 internados em uma Unidade de Terapia Intensiva de um hospital de Juiz de Fora–MG. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 23, n. 4, p. e12701-e12701, 2023.

NUNES, Clédja dos Santos; SILVA, Carla Maria; DOS SANTOS, Tâmyssa Simões. Cuidados de enfermagem ao idoso com diabetes mellitus tipo 2: uma revisão integrativa. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 6, n. 13, p. 2418-2426, 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3 Curitiba: **Editora Positivo**, 2004, 2120 p.

FREITAS, Carla Kalline Alves Cartaxo *et al.* Práticas de enfermagem no contexto da Atenção Primária à Saúde em Sergipe: relato de experiência Nursing practices in the context of Primary Health Care in Sergipe: experience report. **Práticas de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde no Brasil**, p. 147, 2023.

GIL, Gislaine Pinn; HADDAD, Maria do Carmo Lourenço; GUARIENTE, Maria Helena D. Menezes. Conhecimento sobre diabetes mellitus de pacientes atendidos em programa ambulatorial interdisciplinar de um hospital universitário público. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 29, n. 2, p. 141-154, 2008.

GRILLO, Maria de Fátima Ferreira *et al.* Efeito de diferentes modalidades de educação para o autocuidado a pacientes com diabetes. **Revista da associação médica brasileira**, v. 59, p. 400-405, 2013.

GROSSI, Sonia Aurora Alves; DE PASCALI, Paula Maria. Cuidados de enfermagem em diabetes mellitus. **Grupo Gen-AC Farmacêutica**, 2000.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, p. 201-209, 2006.

JUNIOR, Guanis B. Vilela *et al.* Exercício físico voltado para a qualidade de vida com ênfase em envelhecimento. **Revista CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida| Vol**, v. 14, n. 1, p. 2, 2022.

LEMOS, Rejane Cussi Assunção *et al.* Visão dos enfermeiros sobre a assistência holística ao cliente hospitalizado. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 12, n. 2, 2010.

LOZA, Miryam Griselda Lora *et al.* Apoyo familiar y calidad de vida percibida por pacientes con diabetes mellitus-2 en tiempos Covid-19. **Revista de ciencias sociales**, v. 29, n. 1, p. 357-368, 2023.

OPAS. **Número de pessoas com diabetes nas Américas mais do que triplica em três décadas, afirma relatório da OPAS**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/11-11-2022-numero-pessoas-com-diabetes-nas-americas-mais-do-que-triplica-em-tres-decadas#:~:text=O%20Dia%20Mundial%20da%20Diabetes%20%C3%A9%20realizado%20todos%20os%20anos,a%20conscientiza%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20doen%C3%A7a>. Acesso em 08 de dezembro de 2023.

RIEGEL, Fernando; CROSSETTI, Maria da Graça Oliveira; SIQUEIRA, Diego Silveira. Contribuições da teoria de Jean Watson ao pensamento crítico holístico do enfermeiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 2072-2076, 2018.

SANTOS, Thânia Valéria Carlos *et al.* A importância do suporte multiprofissional e familiar em crianças portadoras de Diabetes Mellitus tipo

1: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, 2023.

SARTORELLI, Daniela Saes; FRANCO, Laércio Joel. Tendências do diabetes mellitus no Brasil: o papel da transição nutricional. **Cadernos de saúde pública**, v. 19, p. S29-S36, 2003.

SEGUNDO, Ademir Esperidião Santos *et al.* EPIDEMIOLOGIA DA DIABETES MELLITUS NO BRASIL DE 2018 A 2022. **Revista de Patologia do Tocantins**, v. 10, n. 1, p. 67-71, 2023.

SOUSA, Cristina Silva; TURRINI, Ruth Natalia Teresa; POVEDA, Vanessa Brito. Tradução e adaptação do instrumento “suitability assessment of materials”(SAM) para o português. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 9, n. 5, p. 7854-7861, 2015.

SOUSA, Natália Daiana Lopes de *et al.* Enfermagem e ciência: uma reflexão sobre a sua consolidação. **Revista de Enfermagem da UFPE on line**, p. 839-843, 2019.

TEIXEIRA, Carla Regina de Souza, *et al.* Validação de intervenções de enfermagem em pessoas com diabetes mellitus. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 2011, 45: 173-179.

TOBLER, Chantal Aristizábal. La obesidad desde el modelo biomédico, las ciencias sociales y las ciencias de la complejidad. **Revista Iberoamericana de Complejidad y Ciencias Económicas**, v. 1, n. 1, p. 89-103, 2023.

TORRES, Heloísa de Carvalho; PEREIRA, Flávia Rodrigues Lobo; ALEXANDRE, Luciana Rodrigues. Avaliação das ações educativas na promoção do autogerenciamento dos cuidados em diabetes mellitus tipo 2. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, p. 1077-1082, 2011.

TOURINHO, Gilka Freitas. **Abordagem biopsicossocial e o espectro de doenças**. Editora Dialética, 2021.

VIEIRA, Alexandre dos Reis *et al.* Fatores associados ao estilo de vida dos professores da educação básica estadual na pandemia. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 44, p. e20230068, 2023.

CAPÍTULO 3

EPIS DE SEGURANÇA NO AMBIENTE EM QUE SE PROMOVE SAÚDE E CUIDADO: USO, DESAFIOS, INCIDENTES E CONSIDERAÇÕES

Auriane Ferreira Lima

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4363750941769385>

Ana Patrícia Lemos da Silva

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Jose Erivelton de Souza Maciel Ferreira

Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará. Mestre em Enfermagem pela UNILAB,
Redenção, Ceará. (Orientador da pesquisa).

Link do ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2668-7587>

Francisco Leonardo Freitas da Silva

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Link do currículo lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0564395988550177>

Manoel Auri Pinto Soares Junior

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9308632823569710>

Miliane Maria da Silva Bezerra

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Link do ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7975-2632>

Maria Eliane Alves de Sousa

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Leonardo da Vinci
– UNIASSELVI, Fortaleza, Ceará.

Link do currículo lattes: <https://orcid.org/0009-0009-2940-1389>

Dara Cesario Oliveira

Enfermeira. Mestre em Enfermagem pela UNILAB, Redenção, Ceará.

Link do ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1708-1260>

Anne Nicoly de Sousa Lisboa

Enfermeira pela Centro Universitário Maurício de Nassau –
UNINASSAU, Fortaleza, Ceará.

Link do ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3238-0827>

RESUMO

O uso desses equipamentos é recomendado em situações em que medidas coletivas não são eficazes, suficientes ou viáveis para eliminar ou reduzir os riscos presentes. Muito passou a se discutir sobre EPIs durante a pandemia de COVID-19, por isso o intuito do presente trabalho é realizar uma revisão de conteúdo e reflexiva sobre a utilização adequada desses dispositivos de saúde. Este estudo adotou uma abordagem de revisão de literatura do tipo bibliográfica. A pergunta norteadora que orientou esta revisão foi: "Qual foi a importância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) no contexto da saúde atual?" As buscas foram realizadas no buscador GOOGLE ACADÊMICO. Artigos mais recentes foram consultados na PubMed, SCIELO e LILACS, com o intuito de melhor analisar e corroborar ou contrariar os resultados do estudo. Após a leitura dos títulos e resumos, 07 foram lidos na íntegra, e 02 foram selecionados. A pesquisa ressalta as mudanças necessárias nos ambientes com riscos biológicos, defendendo a prevenção por meio do uso de EPIs individuais ou coletivos. A disponibilidade e utilização adequada de EPIs são destacadas como fundamentais, e a falta de adesão muitas vezes está relacionada à percepção de obstáculos, desconhecimento e até mesmo à alta carga de trabalho. No entanto, fornecer EPIs não é garantia suficiente de segurança. Ao reconhecer os riscos intrínsecos presentes no ambiente em que se promove cuidado e saúde, torna-se evidente que as medidas de controle associadas aos EPIs são essenciais para mitigar os riscos decorrentes dessa assistência.

DESCRITORES: Equipamentos de Proteção Individual; Profissional da Saúde; Saúde do Trabalhador.

INTRODUÇÃO

Os equipamentos de proteção individual (EPIs) consistem em dispositivos de proteção destinados a serem utilizados por um único indivíduo, conforme preconizado pela Norma Regulamentadora 6 (NR 6).

Essa norma, criada no contexto da legislação trabalhista brasileira, estabelece diretrizes para a utilização, fornecimento e responsabilidades relacionadas aos EPIs, visando garantir a integridade física e mental dos trabalhadores (DIAS *et al.*, 2016).

A história dos EPIs remonta ao início do século XX, quando as preocupações com a segurança no trabalho começaram a ganhar destaque. Nesse contexto, surgiu a necessidade de desenvolver dispositivos específicos que protegessem os trabalhadores contra os diversos riscos presentes em ambientes laborais. Desde então, os EPIs evoluíram significativamente em termos de design, materiais e eficácia, adaptando-se às demandas crescentes das diversas indústrias (CAMPASSI *et al.*, 2019).

Estes dispositivos são projetados para uso individual, visando prevenir consequências adversas, leves ou graves, decorrentes de acidentes ou doenças no ambiente de trabalho. Luvas, aventais, máscaras, calçados de proteção, entre outros, compõem a variedade de EPIs disponíveis (DIAS *et al.*, 2016).

O uso desses equipamentos é recomendado em situações em que medidas coletivas não são eficazes, suficientes ou viáveis para eliminar ou reduzir os riscos presentes. Em outras palavras, os EPIs são uma camada adicional de proteção quando as medidas coletivas não conseguem mitigar adequadamente os riscos de acidentes ou doenças ocupacionais. A distribuição gratuita dos EPIs pela empresa é fundamental quando a eliminação completa dos riscos não é possível (PIRES *et al.*, 2019).

Os profissionais de saúde, ao lidarem com pacientes e ambientes hospitalares, estão expostos a uma variedade de riscos, incluindo biológicos, químicos e físicos. A utilização adequada de EPIs não apenas protege esses profissionais, mas também previne a propagação de doenças, garantindo a continuidade do atendimento de qualidade aos pacientes. Nesse sentido, a adoção e compreensão da importância dos EPIs não se limitam apenas ao cumprimento de normas regulatórias, mas refletem um comprometimento com a segurança e o bem-estar dos trabalhadores (PINEL *et al.*, 2010).

Muito passou a se discutir sobre EPIs durante a pandemia de COVID-19, por isso o intuito do presente trabalho é realizar uma revisão de conteúdo e reflexiva sobre a utilização adequada desses dispositivos de saúde e os desafios que se apresentam nesse cenário. Dessa forma, o objetivo geral busca apresentar as principais pesquisas publicadas na literatura que tratem da importância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individuais no ambiente da saúde e os desafios interpostos.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem de revisão de literatura do tipo bibliográfica, visando analisar a importância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) no ambiente da saúde. A escolha por uma revisão bibliográfica permite sintetizar e avaliar as evidências disponíveis sobre um determinado tema, proporcionando uma visão abrangente e fundamentada (CONFORTO *et al.*, 2011).

A pergunta norteadora que orientou esta revisão foi: "Qual foi a importância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) no contexto da saúde atual?"

As buscas foram realizadas no buscador GOOGLE ACADÊMICO. Os descritores utilizados correspondem aos Descritores da Saúde (DeCS), utilizados somente em língua portuguesa. Os DeCS foram: Equipamentos de Proteção Individual; Atenção à Saúde do Trabalhador; e Profissional da Saúde.

A estratégia de busca adotada envolveu a combinação descritores da seguinte maneira: [Equipamentos de Proteção Individual] AND [Profissional da Saúde] AND [Saúde do Trabalhador]. Os filtros de busca incluíram artigos disponíveis desde 2019, com páginas em português, e qualquer tipo de manuscrito com evidência a partir do nível 7 (opinião de especialistas). Os estudos duplicados foram desconsiderados para leitura.

Outros artigos mais recentes também foram consultados em outras bases de dados como PubMed, SCIELO e LILACS, com o intuito de melhor analisar e corroborar ou contrariar os resultados do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, foram encontrados 16.900 artigos no google acadêmico, e lidos o título dos primeiros 30 mais relevantes. Após a leitura dos títulos e resumos, 07 foram lidos na íntegra, mas apenas 02 foram selecionados. Adiante, na Tabela 1, segue a apresentação dos artigos selecionados para compor a amostra do presente do estudo.

Tabela 1. Artigos selecionados para compor a amostra do presente estudo.

Base de dados e identificação do artigo	Título do artigo	Objetivo do artigo	Principais resultados
Google Acadêmico	A importância do uso de	Relatar, em primeiro lugar, a	Ressalta-se que o uso dos equipamentos de proteção

<p>A1 CAMPASSI, 2019</p>	<p>Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) frente ao risco biológico no ambiente hospitalar</p>	<p>pesquisa das autoras acerca dos riscos biológicos sem o uso devido e adequado dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs).</p>	<p>individual é comprovadamente uma barreira eficaz contra possíveis eventos adversos, e que um trabalho precoce e preventivo contribui para uma qualidade de vida melhor, e no desenvolvimento de habilidades sociais de cada trabalhador.</p>
<p>Google Acadêmico A2 PIRES <i>et al.</i>, 2019</p>	<p>Saúde do trabalhador em ambiente hospitalar: mapeando riscos e principais medidas de biossegurança</p>	<p>Analisar medidas de biossegurança no ambiente hospitalar, evidenciando os principais riscos aos quais os profissionais estão sujeitos e verificar potenciais soluções.</p>	<p>Constatou-se que a elevada incidência de acidentes se deve, em boa parte, ao fato de que as práticas de biossegurança ainda são relativamente novas e nem sempre são seguidas corretamente. Evidenciou-se, também, fatores como a falta de conhecimento dos funcionários, equipamentos de proteção individual indisponíveis, negligência e fiscalização incipiente. Ações como lavagem de mãos, uso de EPI, cuidados com equipamentos, limpeza e manejo dos resíduos e o descarte adequado de perfurocortantes são precauções que garantem a segurança do trabalhador.</p>

Fonte: o autor (2023).

O estudo A1 destaca a exposição dos trabalhadores a cargas biológicas e acidentes no ambiente hospitalar, enfocando a necessidade de prevenção para preservar a saúde dos profissionais. A pesquisa ressalta as mudanças necessárias nos ambientes com riscos biológicos, defendendo a prevenção por meio do uso de EPIs individuais ou coletivos. Destaca-se a relevância desses equipamentos no cenário hospitalar, onde os trabalhadores lidam com pacientes transmissíveis e infectocontagiosos, além

de outros fluidos por secreções, aumentando a exposição a riscos biológicos (CAMPASSI *et al.*, 2019).

Diversos artigos corroboram a eficácia comprovada dos EPIs como barreira contra eventos adversos, destacando que medidas preventivas, como exames médicos periódicos, imunização, treinamentos e fornecimento adequado de EPIs são essenciais (SOUSA *et al.*, 2022; SILVA *et al.*, 2022; SOUZA *et al.*, 2022). A higiene, esterilização de materiais, e outras práticas preventivas podem reduzir os riscos de transmissão de microrganismos patogênicos, conforme denota o estudo e outros (PEDREIRO, 2022; BARBOSA *et al.*, 2021; BRANCINI *et al.*, 2021).

Em profissões que demandam a utilização de EPIs, como na área hospitalar, a impossibilidade de eliminar todos os riscos é inerente ao próprio ambiente de trabalho. Profissionais de saúde frequentemente lidam com riscos biológicos, físicos, químicos, ergonômicos/psicossociais e acidentes. Os especialistas em Enfermagem do Trabalho, destacam a necessidade imperativa do uso de EPIs nesses cenários para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores (PIRES *et al.*, 2019).

Os resultados do A2 indicam que a elevada incidência de acidentes está relacionada, em grande parte, à relativa novidade das práticas de biossegurança e à falta de seguimento adequado. A falta de conhecimento dos funcionários, a indisponibilidade de equipamentos de proteção individual (EPIs), negligência e fiscalização incipiente são citados como fatores contribuintes.

Medidas de biossegurança, como a correta lavagem de mãos, uso de EPIs, cuidados com equipamentos, limpeza e manejo adequado dos resíduos, e descarte correto de perfurocortantes, são apontadas como precauções cruciais para garantir a segurança do trabalhador. A disponibilidade e utilização adequada de EPIs são destacadas como fundamentais, e a falta de adesão muitas vezes está relacionada à percepção de obstáculos, desconhecimento e até mesmo à alta carga de trabalho.

No entanto, fornecer EPIs não é garantia suficiente de segurança. Os gestores enfrentam desafios significativos na prevenção de infecções causadas por agentes contaminantes, como bactérias e vírus (SILVEIRA *et al.*, 2023; ARAUJO *et al.*, 2021; SILVA; DUTRA, 2019). A capacitação dos profissionais através de treinamentos específicos sobre os cuidados, medidas de controle e uso adequado dos EPIs é crucial (SOUSA *et al.*, 2023; KONZEN *et al.*, 2023).

Mesmo quando capacitados, os profissionais da saúde ainda dependem dos EPIs hospitalares para desempenhar suas funções de

maneira eficaz e segura, enfrentando o constante risco de contaminação em seus locais de trabalho. Portanto, a combinação de fornecimento adequado de EPIs e treinamento contínuo é essencial para promover um ambiente de trabalho seguro e saudável (PINEL *et al.*, 2010).

É crucial que os empregadores, ao buscar fornecedores, invistam em EPIs e equipamentos de UTI de qualidade, considerando que estes demandam um investimento significativo. A qualidade desses equipamentos é vital para minimizar falhas e garantir a segurança tanto dos profissionais de saúde quanto dos pacientes, promovendo um ambiente de trabalho seguro e eficaz (CAMPASSI *et al.*, 2019).

A subnotificação de acidentes também foi identificada como um problema significativo nos estudos analisados, sendo influenciada por fatores como autoavaliação do profissional, desconhecimento da obrigatoriedade, ritmo excessivo de trabalho, medo de demissão e complexidade do processo de notificação. Outros estudos destacam os mesmos problemas (SOUZA; ALIANÇA, 2023; OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2023; ARAÚJO, 2023). As pesquisas destacam a importância de um sistema único de notificação para fornecer informações mais precisas.

A identificação e caracterização dos acidentes têm impacto direto na ocorrência e gravidade dos riscos à saúde do trabalhador no ambiente hospitalar (BROGNOLI; JUSTO; LONGEN, 2023). Investir no processo educativo, conscientizando os profissionais sobre a importância das medidas de precaução e notificação, é considerado essencial para promover um ambiente de trabalho mais seguro. Além disso, destaca-se a necessidade de fornecer condições adequadas de trabalho, qualificação técnica e imunização dos profissionais de saúde.

O risco de contaminação e danos onde esses profissionais atuam são elevados, isso deve-se à presença de diversas bactérias e vírus no ambiente, especialmente nos espaços em que se lida com pacientes em estados críticos (GOMES *et al.*, 2023; SILVA *et al.*, 2023; ZAHRIA *et al.*, 2023). Em tais casos, acidentes ou doenças podem ter repercussões irreversíveis ou até mesmo levar à morte, destacando a necessidade de precauções rigorosas (LIMA *et al.*, 2017; ZAHRIA *et al.*, 2023). Para uma melhor compreensão e organização desses riscos, o Ministério do Trabalho classificou-os em categorias distintas, associadas a cores específicas: riscos físicos (verde), químicos (vermelho), biológicos (marrom), ergonômicos (amarelo) e acidentes (azul) (CAMPASSI *et al.*, 2019). Para prevenir esses riscos, medidas preventivas são cruciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os EPIs continuam a desempenhar um papel crucial na preservação da saúde e segurança dos trabalhadores. Além disso, ao reconhecer os riscos intrínsecos presentes no ambiente em que se promove cuidado e saúde, torna-se evidente que as medidas de controle associadas aos EPIs são essenciais para mitigar os riscos decorrentes dessa assistência. Apesar das limitações do estudo, os resultados e reflexões interpostas neste estudo denunciam que a adoção efetiva de EPIs não apenas protege os trabalhadores de possíveis danos à saúde, mas também contribui para a eficiência e segurança global no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Astha Oliveira Catônio de. **Caracterização dos acidentes de trabalho envolvendo material biológico no Brasil de 2012 a 2022**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023.

ARAÚJO, Carla Larissa Fernandes Pinheiro *et al.* Atuação da gestão institucional na prevenção das infecções primárias da corrente sanguínea. **Ciencia y 38cidentes38**, v. 27, 2021.

BARBOSA, Andressa Lyandra da Silva *et al.* Papel do enfermeiro no controle a infecção adquirida no centro cirúrgico. **Revista Liberum accessum**, v. 9, n. 1, p. 10-19, 2021.

BRANCINI, Mirilaini Lino *et al.* Biossegurança e uso de equipamentos de proteção individual (EPI) na odontologia em tempos de Covid-19. **Clinical and Laboratorial Research in Dentistry**, 2021.

BROGNOLI, Evelyn; JUSTO, Taís Sparremberger; LONGEN, Willians Cassiano. Perfil epidemiológico dos acidentes de trabalho graves e fatais na macrorregião sul de Santa Catarina. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 13, n. 85, p. 12702-12725, 2023.

CAMPASSI, Vanessa Sanches. A importância do uso de equipamentos de proteção individual (EPIS) frente ao risco biológico no ambiente hospitalar. **Revista Eletrônica e-Fatec**, v. 9, n. 1, p. 14-14, 2019.

CONFORTO, Edivandro Carlos; AMARAL, Daniel Capaldo; SILVA, SL da. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. **Trabalho apresentado**, v. 8, 2011.

DIAS, Josivânia Alves *et al.* Conhecimento de acadêmicos de enfermagem sobre os equipamentos de proteção individual (EPI) usados na unidade de urgência e emergência hospitalar. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**, v. 14, n. 1, p. 4-14, 2016.

GOMES, Gabriela Magalhães Bandeira *et al.* Pesquisa de *Staphylococcus aureus* e *Pseudomonas aeruginosa* em estetoscópios e aparelhos celulares de profissionais da saúde em um hospital privado de Anápolis-Goiás e seu perfil de sensibilidade aos antimicrobianos. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 10, p. e143121041387-e143121041387, 2023.

KONZEN, Ione Grace do Nascimento Cidade *et al.* Segurança no trabalho: motivos que levam o trabalhador da construção civil a deixar de utilizar do EPIs. **Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)**, v. 14, n. 6, p. 8875-8896, 2023.

LIMA, Ricello José Vieira *et al.* Agentes biológicos e equipamentos de proteção individual e coletiva: conhecimento e utilização entre profissionais. **Revista prevenção de infecção e saúde**, v. 3, n. 3, 2017.

MACHADO, Kérima Magalhães; MOURA, Laiena Sávia Santos de; CONTI, Tânia Kellen de Faria. Medidas preventivas da equipe de enfermagem frente aos riscos biológicos no ambiente hospitalar. **Revista científica do ITPAC, Araguaina**, v. 6, n. 3, 2013.

MAFRA, Denise Aparecida Lopes *et al.* Percepção dos enfermeiros sobre a importância do uso dos equipamentos de proteção individual para riscos biológicos em um serviço de atendimento móvel de urgência. **O mundo da saúde**, v. 32, n. 1, p. 31-38, 2008.

OLIVEIRA, Abadia da Conceição; FIGUEIREDO, Fabiana de Freitas. Acidente de trabalho com materiais perfurocortantes entre profissionais da enfermagem na unidade de terapia intensiva. **Revista Mato-grossense de Saúde**, v. 2, n. 1, p. 32-48, 2023.

PEDREIRO, Telma Patrícia Machado. **Índice de qualidade dos cuidados de enfermagem aos utentes com cateter venoso central em hemodiálise**. 2022. Tese de Doutorado. Instituto Politecnico de Braganca, Portugal, 2022.

PINEL, Jacqueline Silveira; DE ANDRADE GONÇALVES, Juliana Botelho; DA SILVA CRUZ, Ana Carolina. Educação continuada: Importância do uso de EPI durante manipulação de pacientes em precaução de contato. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, 2010.

PIRES, Yara Maria; ARAÚJO, Verônica Lorranny Lima; MOURA, Maria Camila Leal. Saúde do trabalhador em ambiente hospitalar: mapeando riscos e principais medidas de biossegurança. **Revista uningá**, v. 56, n. 2, p. 115-123, 2019.

SILVA, André Luis da; DUTRA, Silvana. Estratégias e metodologias educativas utilizadas na prevenção de infecções nos hospitais universitários públicos do Brasil. **Journal of Infection Control. São Paulo, SP. Vol. 8, n. 4 (out./dez. 2019), p. 267-272**, 2019.

SILVA, Elaine Abrahão Dias *et al.* Contaminação pelo COVID-19 em profissionais de hospital de referência no Pará. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 2, p. 754-769, 2023.

SILVA, Lorrany Fontenele Moraes da *et al.* Lesões de pele por Equipamentos de Proteção Individual e medidas preventivas no contexto da COVID-19: revisão integrativa. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, p. e3551, 2022.

SILVEIRA, Rodrigo Euripedes da *et al.* Gestão em saúde: desafios e perspectivas pós pandemia de COVID-19. **Revista factus de administração e gestão**, v. 6, n. 1, p. 141, 2023.

SOUSA, Rayhany Kelly de *et al.* Equipamentos de proteção individual na assistência hospitalar de enfermagem: revisão de escopo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 31, 2022.

SOUZA, Débora Carolina Pinto; ALIANÇA, Amanda Silva dos Santos. Work 41cidentes involving exposure to biological material: epidemiological profile in São Luís, Maranhão, Brazil: Acidente de trabalho com exposição a material biológico: perfil epidemiológico em São Luís, Maranhão, Brasil. **Concilium**, v. 23, 2023.

SOUZA, Pedro Elias *et al.* O uso de vídeo educativo como estratégia de treinamento de profissionais da saúde sobre correta utilização de EPI's durante a pandemia da Covid-19. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 4, p. e11965-e11965, 2023.

SOUZA, Pedro Elias *et al.* Treinamento de profissionais de saúde em uso de equipamento de proteção individual durante a pandemia covid-19 em um hospital universitário: ensaio clínico randomizado. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 4, p. e10161-e10161, 2022.

ZAHRIA, Hasna Tuz *et al.* Biosafety of healthcare providers during the COVID-19 pandemic in COVID-dedicated hospitals in Bangladesh. **International Journal of Science and Business**, v. 18, n. 1, p. 128-134, 2023.

CAPÍTULO 4

CONHECIMENTOS E ATITUDES DOS FAMILIARES E CUIDADORES NO MANEJO DA FEBRE NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A FEBRE FOBIA

Elisabeth Maria Gomes de Souza

Acadêmica do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Augusto Motta
– UNISUAM, R.J.

Julia Vieira Francisco Alves

Acadêmica do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Augusto Motta
– UNISUAM, R.J.

Luana Daflon

Acadêmica do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Augusto Motta
– UNISUAM, R.J.

Maria Vitória Araújo Pacheco

Acadêmica do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Augusto Motta
– UNISUAM, R.J.

Alessandra Felix Andre Braga

Enfermeira, Doutora em Ciências, Orientadora e Docente do Centro
Universitário Augusto Motta – UNISUAM, R.J.

RESUMO

INTRODUÇÃO: O diagnóstico de febre pode gerar em algumas pessoas a “febre fobia”, uma reação de medo por ter que enfrentar a criança febril, estimulada pelo limitado conhecimento da população sobre a sua fisiopatologia e manejo. **OBJETIVOS:** Identificar o conhecimento e atitudes dos familiares a respeito da febre; compreender as percepções, experiências e práticas na conduta dos responsáveis/cuidadores no manejo da febre infantil para a atuação da assistência de enfermagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa, a partir das bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), e nas bases eletrônicas de Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando os seguintes descritores em saúde cadastrados na plataforma DESC: febre, medo, criança, cuidadores e enfermagem, combinados pelo operador booleano “AND”. Foram selecionados 14 artigos

publicados entre 2013 e 2023, apenas 9 artigos atenderam aos critérios da pesquisa e contribuíram para a construção dos resultados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados foram analisados e organizados em três categorias: “Conhecimentos e atitudes dos cuidadores e familiares acerca da febre fobia”, “Manejo não farmacológico da febre desenvolvido pelos cuidadores e familiares” e “Manejo farmacológico da febre realizado pelos cuidadores e familiares”. Considerando os resultados do estudo proposto, a revisão integrativa expõe a fobia e temor que os familiares e cuidadores enfrentam no manejo da febre. Observou-se que os responsáveis sofrem influências de crenças, nível socioeconômico e ansiedade em fornecer uma melhora do quadro clínico, o que acarreta a proceder com intervenções que não demonstram eficácia ou que possuem chances elevadas de efeitos adversos e/ou toxicidade. **CONCLUSÃO:** As informações coletadas favoreceram e facilitaram a visualização dos resultados e atenderam aos objetivos propostos na pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Febre; Criança; Cuidadores; Medo; Enfermagem.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa fez parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação de Enfermagem, do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), com a temática sobre os conhecimentos e atitudes dos familiares e cuidadores no manejo da febre na infância. Uma revisão integrativa sobre febre fobia, reação exacerbada/negativa estimulada ao limitado conhecimento dos familiares e cuidadores quanto à fisiologia e manejo da febre.

A motivação deu-se através da necessidade de explorar o conhecimento, a percepção e a atitude dos indivíduos diante da febre, em foco nos familiares de uma criança exposta a essa fisiopatologia, na qual há uma maior apreensão devido às possíveis repercussões em sua saúde e estado geral, muitas vezes resultando em condutas e intervenções equivocadas que influenciam negativamente o estado de saúde dos pacientes.

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2021), o diagnóstico de febre pode gerar em algumas pessoas a “febre fobia”, uma reação de medo por ter que enfrentar a criança febril, estimulada pelo limitado conhecimento da população sobre a sua fisiopatologia e manejo. A elevação da temperatura é associada às doenças infecciosas, gerando ansiedade

quanto a conduta a ser seguida para o manejo correto, a fim de fornecer conforto ao paciente e cessar a febre.

O aumento da temperatura corporal em crianças é considerado uma das causas responsáveis por maiores buscas e dúvidas na clínica médica e emergências. Isso está relacionado à falta de esclarecimento quanto ao valor que constata a febre e associado a possíveis consequências que ela pode gerar em um indivíduo, como convulsões e/ou danos no cérebro em desenvolvimento da criança (SOUZA, M.V. et al., 2021). A elevação da temperatura muitas vezes é vista como doença e isso instiga o medo, ansiedade e o sentimento de incapacidade do cuidar (SBP, 2021; SOUZA, M.V. et al., 2021; TOBÓN, A.L.E., 2017).

À vista disso, é de suma importância compreender que a febre é um estímulo ao sistema imunológico, que ocorre através de uma reação orgânica no hipotálamo, chamado de termorregulação, o qual causa-se a elevação da temperatura corporal como resposta sistêmica para o combate de fatores pirogênicos. Esses fatores são agentes endógenos, modulados pela liberação de hormônios ou por fatores exógenos, que em sua composição são produtos microbianos, toxinas microbianas ou microrganismos íntegros (bactérias e vírus) (DINARELLO, et al., 2020; SBP, 2021; SOUZA, M.V. et al., 2021).

Conforme a Sociedade Brasileira de Pediatria (2021), a fisiopatologia da febre ocorre através dos pirógenos exógenos em contato com os macrófagos teciduais, que irão induzir a produção de citocinas pirogênicas (fatores endógenos), como interleucinas IL-1 e IL-6 e o Fator de Necrose Tumoral Alfa (TNF- α), assim como outras, que irão se encaminhar à corrente sanguínea e se dirigir ao SNC (Sistema Nervoso Central), ativando o centro termorregulador, que fica localizado na região pré-óptica do hipotálamo para produzir a prostaglandina E2 (PGE2), o principal elemento responsável pela elevação do ponto de termorregulação.

Diante do aumento da temperatura corporal, deve-se excluir a possibilidade do resultado ser por condições corporais ou fatores externos, que levam o corpo a produzir mais calor do que pode eliminar, classificado como hipertermia, a qual geralmente a temperatura se eleva acima de 40 °C (SOUZA, M.V. et al., 2022). Na exclusão desses fatores, é considerado febre quando a temperatura atinge valores conforme o local de medição, podendo ser pela via oral, a qual classifica-se como febre quando o valor está acima de 37,5 - 37,8 °C. Na via retal o valor deve estar acima de 38 - 38,3 °C. Na via axilar deve se ter o valor acima de 37,2 - 37,3 °C. Já na via auricular,

constata-se febre quando o valor é acima de 37,8 - 38 °C (SBP, 2021; SOUZA, M.V. et al., 2021).

Os dispositivos eletrônicos e vias escolhidas para medição da temperatura são confiáveis, sendo a mais utilizada a axilar, entretanto a via oral, retal e timpânico podem ser utilizadas para o acompanhamento da doença febril. No Brasil e em muitos países, é definido como febre quando a temperatura axilar ultrapassa 37,3°C. Além da alteração de temperatura, a febre pode causar algumas reações esperadas que se diferem ao padrão do estado geral da criança, como, por exemplo, extremidades frias, ausência de sudorese, sensação de frio e eventualmente tremores, taquicardia e taquipneia (DINARELLO et al., 2020; SBP, 2021).

É possível assimilar a febre infantil a grande demanda e procura ao atendimento para consulta, pois aumenta o temor dos pais e familiares à busca de respostas a tais alterações e sintomas, visto que muitas pessoas têm a percepção de que a febre é como uma doença com consequências devastadoras, causando má gestão do seu tratamento, de modo farmacológico como o uso abusivo de antipiréticos e intervenções não farmacológicas, em geral, a partir de suas experiências prévias (SBP, 2021; SOUZA, M.V. et al., 2021; TOBÓN, A.L.E., 2017).

A escolha do tema apresentado no objeto de pesquisa, possui uma grande importância na realização de estudos que busquem elevar os conhecimentos dos familiares, cuidadores e dos profissionais de saúde em relação à febre e nas práticas assistenciais, para que no futuro seja possível intervir de forma positiva e educativa no campo do saber desses indivíduos.

A temática é de extrema importância para a atuação da equipe de enfermagem, pois permite compreender e abordar de forma adequada o medo irracional da febre. Além de proporcionar orientações eficazes e personalizadas aos pais e/ou cuidadores, visando um manejo adequado da febre e contribuindo para o bem-estar das crianças.

Diante disso, o presente trabalho traz como pergunta norteadora: quais os conhecimentos e atitudes dos familiares e cuidadores sobre febre durante a infância?

Para responder à pergunta, traçou-se o objetivo: Identificar os conhecimentos e atitudes dos familiares a respeito da febre; compreender as percepções, experiências e práticas na conduta dos responsáveis/cuidadores no manejo da febre infantil para a atuação da assistência de enfermagem.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, que consiste na construção de uma análise ampla da literatura, com finalidade de sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente (MENDES, et al., 2008). Esse método apresenta as seguintes etapas: 1) Formulação da hipótese ou questão; 2) Amostragem ou busca na literatura; 3) Categorização dos estudos; 4) Avaliação dos estudos incluídos; 5) Interpretação dos resultados; 6) Síntese do conhecimento.

Realizou-se no período de maio de 2023, o levantamento bibliográfico pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e nas bases eletrônicas de Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando os seguintes descritores em saúde cadastrados na plataforma DeCS (Descritores em Ciências da Saúde): febre, medo, criança, cuidadores e enfermagem, conforme o quadro 01 abaixo, sendo acrescentado o operador booleano “AND” entre eles.

Quadro 01 – Descritores em ciências da saúde (DeCS) aplicados no estudo. Rio de Janeiro, 2023.

Palavras-chaves	Descritores	Mesh
Febre	Febre	Fever
Medo	Medo	Fear
Criança	Criança	Child
Cuidadores	Cuidadores	Caregivers
Enfermagem	Enfermagem	Nursing

Foram incluídos na pesquisa os artigos publicados entre 2013 e 2023, redigidos em língua portuguesa, inglesa e espanhola, disponibilizados na íntegra em bases de dados online que abordassem o conhecimento dos cuidadores no manejo da febre na infância como enfoque principal do trabalho.

Foram excluídas as publicações que não estivessem em formato de artigo científico, como teses, dissertações, monografias e capítulos de livros, obras duplamente indexadas nas bases de dados.

Ao correlacionar os descritores “febre”, “criança” e “cuidadores”, foram encontrados na base de dados BVS 406 produções. Destes, apenas 7 artigos foram selecionados para a pesquisa. Nos descritores “febre”, “criança” e “enfermagem”, foram encontradas 259 produções, sendo selecionados apenas 6 artigos para a pesquisa. Ao correlacionar os descritores “febre”, “medo” e “criança”, emergiram 114 artigos. Destes, apenas 7 foram selecionados para a pesquisa. Já na combinação dos descritores “febre”, “medo” e “cuidadores”, foram encontradas 24 produções, das quais apenas 3 artigos compuseram pesquisa.

Ao correlacionar os descritores “febre”, “criança” e “cuidadores”, na base de dados da SciELO nenhuma produção foi encontrada e selecionada para a pesquisa. Com os descritores “febre”, “criança” e “enfermagem”, foram encontradas 3 produções, destas foram selecionados apenas 2 artigos para a pesquisa. Ao combinar os descritores “febre”, “medo” e “criança”, somente 1 produção foi apresentada e selecionada para a pesquisa. Ao combinar os descritores “febre”, “medo” e “cuidadores”, nenhuma produção foi encontrada.

Na base de dados de Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando os descritores “febre”, “criança” e “cuidadores” foram encontradas 38 produções, sendo 4 artigos selecionados para a pesquisa. Com os descritores “febre”, “criança” e “enfermagem”, das 55 produções apresentadas, 4 foram selecionadas para pesquisa. Ao correlacionar os descritores “febre”, “medo” e “criança”, foram encontradas 21 produções, resultando em apenas 3 artigos que atendiam aos critérios do estudo. Com os descritores “febre”, “medo” e “cuidadores”, foram encontradas 6 produções, destes apenas 2 artigos compuseram a pesquisa.

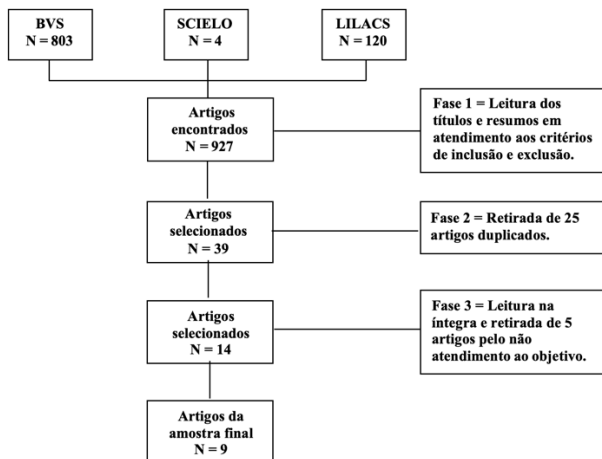
Quadro 02 – Produções científicas encontradas nas bases de dados escolhidas através dos descritores. Rio de Janeiro, 2023.

Descritores	Bases de dados	Artigos encontrados	Artigos selecionados na primeira busca
Febre AND Criança AND Cuidadores	BVS	406	7
	SCIELO	0	0
	LILACS	38	4
Febre AND Criança AND Enfermagem	BVS	259	6
	SCIELO	3	2

	LILACS	55	4
Febre AND Medo ANDCriança	BVS	114	7
	SCIELO	1	1
	LILACS	21	3
Febre AND Medo ANDCuidadores	BVS	24	3
	SCIELO	0	0
	LILACS	6	2
TOTAL		927	39

Conforme o quadro 2, a pesquisa contou com o achado de 927 artigos que foram analisados e revisados, sendo selecionados apenas 39 artigos por grau de relevância e concordância com o contexto da atual revisão. O fluxograma 01 abaixo demonstra o processo de seleção dos estudos que compuseram a amostra final da pesquisa. De modo preliminar, 25 artigos foram removidos por serem duplicados, restando apenas 14 artigos. Realizou-se a leitura dos textos na íntegra, sendo excluídos 5 estudos, pois não relataram os conhecimentos e atitudes dos familiares e cuidadores no manejo da febre na infância, totalizando 9 artigos, dos quais foram analisados e selecionados.

FLUXOGRAMA 01 – Identificação dos artigos encontrados, retirados e selecionados de acordo com os descritores utilizados nas bases de dados e da revisão na íntegra dos artigos. Rio de Janeiro, 2023.



Fonte: Produzido pelos autores (2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações coletadas serão apresentadas com intuito de favorecer e facilitar a visualização dos resultados e respondem aos objetivos propostos na pesquisa. Os estudos foram organizados em três categorias: “Conhecimentos e atitudes dos cuidadores e familiares acerca da febre fobia”, “Manejo não farmacológico da febre desenvolvido pelos cuidadores e familiares” e “Manejo farmacológico da febre realizado pelos cuidados e familiares”. Os artigos foram analisados e apresentados conforme o quadro 3 abaixo.

Quadro 03 – Artigos incluídos na revisão integrativa:

A7	Febre Infantil e seu Manejo pelos Pais: Análise Quantitativa	SA, A.C. et al.	Estado quantitativo descritivo transversal.	Conhecer as perspectivas e abordagens dos pais e cuidadores no manejo da febre infantil.	Os resultados destacaram a importância dos profissionais de saúde como fontes confiáveis de informação, enquanto informações contraditórias aumentam as preocupações e a sensação de insegurança.	O estudo identificou percepções errôneas dos pais/cuidadores sobre a febre infantil, motivadas por medo e influência cultural. É importante desmistificar crenças negativas para que os pais lidam com segurança e saibam quando buscar atendimento médico.
A8	La fiebre en el niño: una mirada reflexiva a las Prácticas de cuidado.	TOBON, A.L.E.	Revisão bibliográfica.	Realizar uma avaliação por meio de profissionais de saúde, cuidadores e familiares, com ênfases nos cuidados voltados à criança e seu bem-estar.	Foi constatado que algumas crianças não recebem o manejo adequado durante episódios febris, ressaltando a necessidade de uma maior presença dos enfermeiros na educação dos pais em relação ao cuidado de seus filhos.	Conclui-se que mediante os quadros de febre, muitos cuidadores ficam nervosos e com isso não executam os cuidados como deveriam.
A9	Manejo não farmacológico da febre e hipertermia da criança: revisão integrativa	SOUZA, M.V. et al.	Revisão integrativa da literatura.	Identificar as intervenções não farmacológicas para febre e hipertermia em crianças indicadas na literatura científica.	Houve diferenciadas formas de condutas tomadas para o manejo não farmacológico da febre, utilizaram-se de: banhos, compressas mornas, esponja; incentivo à ingestão de líquidos, bolsas de gelo, cobertores refrigerados e ventilação do ambiente.	A prática de medidas não farmacológicas isoladamente não é recomendada para o tratamento de febre em crianças, exceto as intervenções que auxiliem nas respostas fisiológicas do corpo. Novas pesquisas devem ser realizadas para fundamentar o cuidado do enfermeiro pediatra com crianças febris.

A4	Conocimientos y manejo de la fiebre en padres de niños menores de 5 años en un hospital pediátrico	CASTELLANO, V.E. et al.	Estudo observacional, analítico, transversal.	Avaliar os conhecimentos, níveis socioeconômicos, práticas e atitudes dos pais e cuidadores no manejo da febre em crianças.	Observa-se que boa parte dos pais acreditam que a febre pode ser prejudicial à saúde. Devido à falta de conhecimento quanto à definição exata de uma temperatura febril, os cuidadores implementaram métodos físicos e utilizaram medicamentos antitérmicos, variando entre diferentes tipos.	Alguns pais consideram medidas que são consideradas como febre, um valor baixo. No entanto, muitos reconhecem que a temperatura elevada representa um perigo para a saúde, e a escolaridade materna pode reduzir o medo associado a isso.
A5	Efetividade de compressas mornas na redução da temperatura de crianças febris: Ensaio clínico randomizado piloto	SOUZA, M.V. et al.	Ensaio clínico randomizado.	Comparar se a combinação de compressa moena juntamente com o uso de antitérmicos prescritos é mais eficaz na redução da febre em crianças hospitalizadas do que o uso exclusivo do antitérmico.	Observou-se que crianças com febre submetidas ao tratamento farmacológico obtiveram temperatura média final mais baixa em comparação às crianças com febre submetidas ao tratamento farmacológico associado à aplicação de compressas mornas.	Não há consenso sobre a eficácia da compressa moena associada aos antitérmicos no controle da febre nos pacientes pediátricos, em comparação ao uso do antitérmico isolado. Dessa forma, novas investigações são necessárias para confirmar esses achados e orientar a tomada de decisão dos enfermeiros em relação ao manejo não farmacológico em crianças febris.
A6	Febre em crianças: procura de pais por serviços médicos de emergência	PITOLI, P.J. et al.	Estudo qualitativo.	Analisar a compreensão de pais ou responsáveis por crianças de zero a cinco anos em relação à febre, sua condução e atendimento em serviços de urgência e emergência.	A febre fobia, leva os pais a procurar por serviços de emergência e adotar cuidados nem sempre adequados. Apesar de oferecer sensação de segurança, o atendimento em serviços de urgência e emergência pode levar ao uso desnecessário de medicamentos e exames, comprometendo o atendimento de casos mais complexos.	Este estudo destaca a importância de educar os pais sobre o cuidado adequado com a febre, a fim de evitar a procura desnecessária de serviços de emergência. É preciso seguir as diretrizes para proporcionar maior conforto e uso racional de medicamentos.

A7	Febre Infantil e seu Manejo pelos Pais: Análise Quantitativa	SA, A.C. et al.	Estado quantitativo descritivo transversal.	Conhecer as perspectivas e abordagens dos pais e cuidadores no manejo da febre infantil.	Os resultados destacaram a importância dos profissionais de saúde como fontes confiáveis de informação, enquanto informações contraditórias aumentam as preocupações e a sensação de insegurança.	O estudo identificou percepções errôneas dos pais/cuidadores sobre a febre infantil, motivadas por medo e influência cultural. É importante desmistificar crenças negativas para que os pais lidam com segurança e saibam quando buscar atendimento médico.
A8	La fiebre en el niño: una mirada reflexiva a las Prácticas de cuidado.	TOBON, A.L.E.	Revisão bibliográfica.	Realizar uma avaliação por meio de profissionais de saúde, cuidadores e familiares, com ênfases nos cuidados voltados à criança e seu bem-estar.	Foi constatado que algumas crianças não recebem o manejo adequado durante episódios febris, ressaltando a necessidade de uma maior presença dos enfermeiros na educação dos pais em relação ao cuidado de seus filhos.	Conclui-se que mediante os quadros de febre, muitos cuidadores ficam nervosos e com isso não executam os cuidados como deveriam.
A9	Manejo não farmacológico da febre e hipotermia da criança: revisão integrativa	SOUZA, M.V. et al.	Revisão integrativa da literatura.	Identificar as intervenções não farmacológicas para febre e hipotermia em crianças indicadas na literatura científica.	Houve diferenciadas formas de condutas tomadas para o manejo não farmacológico da febre, utilizaram-se de: banhos, compressas mornas, esponja; incentivo à ingestão de líquidos, bolsas de gelo, cobertores refrigerados e ventilação do ambiente.	A prática de medidas não farmacológicas isoladamente não é recomendada para o tratamento de febre em crianças, exceto as intervenções que auxiliem nas respostas fisiológicas do corpo. Novas pesquisas devem ser realizadas para fundamentar o cuidado do enfermeiro pediatra com crianças febris.

Fonte: Produzido pelos autores (2023).

Conhecimentos e atitudes dos cuidadores e familiares acerca da febre fobia

Schmitt, em 1980 utilizou pela primeira vez o termo “febre fobia”, para descrever o medo e ansiedade dos familiares, cuidadores e profissionais da saúde diante da febre, pois apesar da maioria dos episódios de febre serem benignos e limitados, a procura de segurança no pronto socorro e consultas médicas são em grande demanda (GOMIDE, A.C. et al., 2014; PITOLI, P.J. et al., 2021; SOUZA, M.V. et al., 2021).

A literatura relata que a elevação da temperatura é a queixa mais recorrente nos serviços de saúde, sendo em 30% dos casos acompanhada de outras sintomatologias e aproximadamente 60% sendo a única queixa dos

familiares e responsáveis. Em relação ao público das pesquisas e idas aos serviços de urgência e emergência, a figura mais presente é a mãe, sendo incontestável em todos os artigos (GOMIDE, A.C. et al., 2014; PÉREZ CONESA, M.C. et al., 2016; POLO, A. P.; FERRERO, A. B, 2016; SÁ, A.C. et al., 2018; SBP, 2014).

Dentre os nove estudos selecionados, acredita-se que fatores socioeconômicos, étnicos e culturais tenham uma influência na prevalência da fobia e nas práticas no manejo da febre, pois o nível de escolaridade mais presente foi o ensino médio completo e, em seguida, fundamental e universitário incompleto, além dos familiares relatarem que se utilizam como fontes de informação a internet, livros, televisão, jornais, profissionais de saúde, amigos e parentes (GOMIDE, A.C. et al., 2014; SÁ, A.C. et al., 2018).

Os fatores como experiências passadas, influências culturais, étnicas e socioeconômicas afetam as abordagens diante da febre. As diferenças culturais resultam em concepções errôneas sobre a febre, independentemente do nível educacional e status socioeconômico dos pais. Além disso, verificou-se que a busca por informações sobre o manejo da febre varia de acordo com a cultura e o nível socioeconômico. A escolaridade não é um fator determinante para o conhecimento e manejo do termômetro. Portanto, é essencial que a equipe de enfermagem compreenda esses fatores para fornecer orientações personalizadas e eficazes, visando um manejo adequado da febre em crianças (GOMIDE, A.C. et al., 2014; SÁ, A.C. et al., 2018).

Diante do estudo, pode-se analisar que a fobia gera sentimentos de medo, ansiedade e insegurança relacionada ao temor das consequências que acreditam que a elevada temperatura possa gerar em um indivíduo frente a qualquer novo episódio febril (GOMIDE, A.C. et al., 2014; PITOLI, P.J. et al., 2021; SÁ, A.C. et al., 2018).

Perante isso, a enfermagem como responsável pela verificação dos sinais vitais, se torna indispensável a sua atuação como acolhedor à família, permitindo um plano de cuidados e intervenções corretas para o controle da temperatura e ansiedade, conseguindo avaliar a necessidade individual (BERTI, B.A.; LAMAS, J.L.T, 2018).

Os resultados da pesquisa descreveram como maiores medos e consequências relatados pelos pais, os seguintes fatores: convulsões febris, desidratação, sistema imunológico ruim, sonolência, prostração, dano cerebral e morte (CASTELLANO, V.E. et al., 2020; PITOLI, P.J. et al., 2021; SÁ, A.C. et al., 2018).

Na pesquisa, a convulsão febril foi a que obteve maior porcentagem de ser um fator de risco da febre para os cuidadores, atingindo a porcentagem de 82% em um inquérito a 201 pais de crianças entre os 6 meses e os 5 anos que frequentam o Hospital Infantil (CASTELLANO et al., 2020; PÉREZ et al., 2016; SÁ et al., 2018; SOUZA et al., 2021).

Apesar da convulsão febril obter grandes níveis de preocupação, a probabilidade da febre estimular uma crise convulsiva é de cerca de 3% a 5% da população. O diagnóstico é clínico com preenchimento de alguns critérios além da elevada temperatura, como:

Aparecimento na faixa etária dos 6 meses aos 6 anos, sem história recente de traumatismo craniano, crise convulsiva generalizada ou, no máximo, lateralizada, nunca focal, episódio único, não recorrente no mesmo quadro febril, tempo de duração da crise inferior a 15 minutos, ausência de sequelas neurológicas pós-crise, convulsão ocorrendo nas primeiras 24 horas do quadro febril, ausência clínica de qualquer sinal suspeito de infecção do sistema nervoso central, tais como: abaulamento de fontanela, torpor sonolência, etc., ausência de história familiar de epilepsia (SBP, 2014, p. 2.466).

Ressalta-se que a elevação da temperatura precisa ser diagnosticada corretamente como febre, diferenciando-a de hipertermia, a qual em sua maioria é diagnosticada por exposição ao calor, e apesar dessa condição não gerar alteração no ponto de termorregulação, a literatura relata que o tratamento com fármacos que interferem na termorregulação pode fazer com que a produção de calor no corpo se torne exagerada, podendo evoluir também para hipertermia. Essa condição contém o risco de óbito, pois caracteristicamente essa não responde aos antipiréticos, ao contrário no caso da febre (DINARELLO, C.A. et al., 2020; SBP, 2014).

Em vista disso, a definição de febre será evidenciada através elevação da temperatura corporal elevada, a qual a interpretação do valor aferido deve ocorrer por meios de dispositivos eletrônicos confiáveis e deve ser analisada com prudência, pois como evidenciado anteriormente, é possível haver variação térmica por diversos fatores, como o horário e circunstâncias em que o sujeito está submetido (DINARELLO, C.A. et al., 2020; SBP, 2021).

O ser humano possui a faixa de 36,5 e 37,5°C de temperatura corporal central considerada normal e equilibrada a fim de manter a homeostase, a elevação da temperatura corporal não possui um valor único

definido, pois a via escolhida para a aferição da temperatura interfere diretamente na temperatura obtida (SBP, 2021; SOUZA, M.V. et al., 2021).

Dessa forma, a interpretação da temperatura deve ser efetuada com precaução para não diagnosticar febre aquele que apresenta a temperatura corporal um pouco elevada, levando em consideração ao meio em que esse indivíduo está ou foi exposto, como por exemplo após exposição ao sol (DINARELLO, et. al, 2020; SBP, 2021).

A Sociedade Brasileira de Pediatria (2021), descreve que a febre é definida quando a temperatura axilar ultrapassa 37,3°C e sua manifestação clínica é presente de extremidades frias (mãos e pés), ausência de sudorese, sensação de frio e eventualmente tremores, taquicardia e taquipneia.

A cada estudo pode-se perceber que a maioria se utiliza do equipamento de aferição o termômetro digital na região axilar, porém houve uma porcentagem considerável aos que utilizavam do termômetro de mercúrio e outros por palpação da pele, além de relatarem não saber utilizar o equipamento corretamente (SÁ, A.C. et al., 2018).

A temperatura em que se define febre é pouco conhecida pelos cuidadores, não houve consenso entre os estudos, apenas que em sua maioria o valor considerado por eles como temperatura elevada é a partir de 38°C, o qual consideravam o momento para iniciar as condutas farmacológicas e não farmacológicas, além da ida ao atendimento nos serviços de saúde, pois relatam a sensação de que neste local as crianças estariam sendo cuidadas, tomando a medicação certa e fazendo exames (PITOLI, P.J. et al., 2021).

O estudo observou que os autores consideram a elevada temperatura, diagnosticada corretamente como febre e obtendo um valor até 39°C e 40°C, uma forma do corpo criar um meio para combater a infecção e indicar o funcionamento efetivo do sistema imunológico (SBP, 2014; TOBÓN, A.L.E., 2017).

No entanto, parece haver uma tendência nas atitudes dos familiares e cuidadores no manejo da febre na infância ao longo desses anos, com uma carência entre conhecimento científico e comportamento dos responsáveis e profissionais da saúde, o que o estudo nos traz conhecido como o fenômeno da inércia cultural (PITOLI, P.J. et al., 2021).

Manejo não farmacológico da febre desenvolvido pelos cuidadores e familiares

A "febre fobia", pode gerar condutas e práticas empíricas dos familiares, cuidadores e até mesmo nos profissionais de saúde ao manejo do diagnóstico de febre, o que pode resultar em ações desnecessárias e negativas a criança, como prescrição inadequada e indiscriminada de medicamentos e cuidados de enfermagem desnecessários. Os artigos selecionados e a literatura descrevem que os familiares possuem diversas opções para manejar a elevada temperatura, os quais se distinguem em métodos farmacológicos e métodos não farmacológicos (DINARELLO, C.A. et al., 2020; SBP, 2014; SOUZA, M.V. et al., 2022).

O manejo não farmacológico é amplamente utilizado pelos pais e pelos profissionais de saúde, o qual consiste em utilizar-se de métodos físicos que visam facilitar a dissipação de calor em busca da normotermia. Exemplos dessas práticas apontados nos estudos desta revisão são: banhos mornos, sponging, compressas frias ou mornas com ou sem álcool, bolsas de gelo e cobertores refrigerados (SOUZA, M.V. et al., 2021; SOUZA, M.V. et al., 2022).

Diante da pesquisa, em um dos artigos foi realizado um questionário com 201 participantes, em sua maioria mãe, em que 60,2% relatam fazer uso de banho com água morna ou 59,2% panos com água, assim como outras medidas como banhos com água fria (4%) ou álcool (2,5%). Quanto às intervenções nos serviços de saúde, observa-se que os enfermeiros no Brasil possuem a prática de utilizar-se de compressas para crianças de um mês aos cinco anos de idade, baseando-se em sua experiência empírica e inconsistentes (CASTELLANO, V.E. et al., 2020; SOUZA, M.V. et al., 2022).

A prescrição de enfermagem para métodos não farmacológicos deve englobar controle frequente de sinais vitais observando as variações ou padrão do valor da temperatura, aconselhar redução de atividades físicas estimulando repouso, manter vigilância quanto ao nível de consciência, remoção de roupas e ventilação do ambiente, ofertar e incentivar ingesta hídrica.

Quanto aos métodos físicos como o de compressas mornas, é descrito como compressas embebidas em água à temperatura entre 29 e 30°C, aplicadas em região axilar e inguinal durante 30 minutos (SOUZA, M.V. et al., 2021; SOUZA, M.V. et al., 2022).

Um dos artigos selecionados, analisou crianças, com idade entre um mês aos nove anos e cinco meses, em sua maioria pertencente ao sexo masculino, internadas em tempo menor que 72 horas e que apresentaram

temperatura corporal igual ou maior que 37,8°C. A pesquisa obteve como amostra 33 crianças, sendo separadas em dois grupos, sendo o de controle (GC), com 17 crianças com febre submetidas ao tratamento farmacológico com antitérmico e o grupo intervenção (GI), com 16 crianças com febre submetidas ao tratamento farmacológico juntamente com aplicação de compressas mornas, método mais utilizado pelos enfermeiros dentro da unidade de saúde (SOUZA, M.V. et al., 2022).

O artigo relata que o grupo de controle, aquele submetido somente ao tratamento farmacológico, obteve temperatura média final mais baixa em comparação às crianças com febre submetidas ao tratamento farmacológico associado à aplicação de compressas mornas e 12,5% dos analisados neste grupo de intervenção apresentou irritabilidade e choro. Visto isso, compressas mornas não se mostraram eficientes como método físico para diminuição da temperatura corporal (SOUZA, M.V. et al., 2022).

A pesquisa citada acima entra de acordo com a literatura, que declara quanto a utilização de meios físicos não ser indicada nos quadros febris, pois os melhores resultados foram relacionados à intervenção compressa morna em associação ao antitérmico. Já que o seu uso fornece a diminuição da temperatura corporal no início após aplicação, pois ao término o indivíduo que se maneja apenas com antitérmico está praticamente com a mesma temperatura, podendo até ser mais baixa. Além da possibilidade de aumentar o desconforto, como calafrios e a irritabilidade aumentada (SBP, 2014; 2021; SOUZA, M.V. et al., 2021; SOUZA, M.V. et al., 2022).

Os métodos físicos possuem indicação para casos de hipertermia, pois como exposto nos estudos, a causa desta difere do diagnóstico de febre, não atingindo o centro termorregulador, pois a intervenção por meios em que se produz uma mudança brusca de temperatura, pode-se causar o efeito rebote, por diminuírem a temperatura corporal aumentando a medida entre a temperatura do corpo e a ambiente, gerando mais calor para atingir o nível adequado de termorregulação, causando vasoconstrição periférica e tremores para compensação do organismo. Além disso, essas condutas podem causar desconforto à criança, como citado na pesquisa, apesar da baixa porcentagem, ainda sim, é um método que necessita do tempo de assistência dos profissionais de saúde, o que é contraditório devido a possibilidade de não oferecer um resultado favorável ao indivíduo acometido por febre (SBP, 2014; 2021; SOUZA, M.V. et al., 2022; TOBÓN, A.L.E., 2017).

Tendo em consideração que a enfermagem é responsável pelos cuidados que visam garantir a recuperação e segurança do paciente, torna-se uma necessidade a percepção total da família e indivíduo exposto a febre,

o qual se encontra vulnerável a aplicação de métodos empíricos. Dessa forma, a humanização desses profissionais se torna indispensável para fornecer a aplicabilidade de condutas e intervenções corretas para a normotermia e bem-estar (BARBOSA, I.A.; SILVA, M.J.P., 2007).

A elevação da temperatura corporal pode provocar desidratação em crianças, portanto é importante garantir uma maior ingestão de líquidos durante períodos febris prolongados. Especialmente em crianças em amamentação exclusiva, sendo fundamental a oferta do leite materno com mais frequência. Pesquisas indicam que o consumo de bebidas geladas pode ajudar a reduzir a temperatura interna do corpo e auxiliar nas respostas fisiológicas diante da febre (PITOLI, P.J. et al., 2021; SÁ, A.C. et al., 2018; SOUZA, M.V. et al., 2021; SOUZA, M.V. et al., 2022; TOBÓN, A.L.E., 2017).

A retirada do excesso de roupas, lençóis e cobertores traz conforto para as crianças com febre, permitindo a perda de calor por irradiação. É essencial que os bebês com febre mantenham suas cabeças descobertas, pois isso ajuda a dissipar o calor excessivo (PITOLI, P.J. et al., 2021; SÁ, A.C. et al., 2018; SOUZA, M.V. et al., 2021; SOUZA, M.V. et al., 2022; TOBÓN, A.L.E., 2017).

O uso do ventilador e abertura de janelas para resfriar o ambiente é considerado positivo, desde que o paciente não apresente tremores e isso não resulte em aumento da temperatura central. Porém, pesquisas recentes questionam sua eficácia na redução da temperatura corporal (SOUZA, M.V. et al., 2021; SOUZA, M.V. et al., 2022).

O objetivo das intervenções não medicamentosas em crianças com febre é proporcionar conforto, sendo recomendadas apenas medidas que ajudam nas respostas fisiológicas do corpo, como a ingestão hídrica, remoção do excesso de roupas, assim como a ventilação do ambiente, desde que não promova tremores. Essas medidas, além de auxiliar na redução da temperatura, visam reduzir o desconforto e melhorar o bem-estar geral. Por fim, é necessário que o profissional avalie o benefício e o risco de cada medida ao prescrevê-la e realizá-la (SOUZA, M.V. et al., 2021; SOUZA, M.V. et al., 2022).

Manejo farmacológico da febre realizado pelos cuidadores e familiares

A literatura e artigos relatam que os familiares e cuidadores controlam e reduzem a febre com métodos não farmacológicos, farmacológicos ou ambos. O manejo farmacológico da febre infantil envolve o uso de medicamentos antitérmicos para reduzir a temperatura corporal da

criança (PITOLI, P.J. et al., 2021; SÁ, A.C. et al., 2018; SOUZA, M.V. et al., 2022).

O uso de fármacos para o controle da temperatura leva em consideração o mecanismo em que se define a febre, pois os antipiréticos provocam a diminuição do ajuste hipotalâmico elevado e redução da síntese de PGE2 (prostaglandina E2), relacionado a inibição da COX cerebral (ciclo-oxigenase). Todo o processo visa facilitar a perda de calor do organismo (DINARELLO, et al., 2020).

De acordo com os artigos, os pais relatam o manejo da febre através de administração de fármacos, visando cessar a febre, garantir que não atinja uma temperatura alta, ou que haja uma constância do quadro febril retornar, além da preocupação em não serem atendidos pelo serviço de saúde por não constar mais a febre após a administração do antitérmico (PITOLI, P.J. et al., 2021).

De acordo com os artigos selecionados, os medicamentos mais utilizados pelos familiares, cuidadores e profissionais da saúde no Brasil para a intervenção são ibuprofeno, dipirona, paracetamol (acetaminofeno) e ácido acetilsalicílico (AAS), mesmo havendo uma ressalva quanto ao uso do ácido acetilsalicílico, contraindicado em crianças menores de dezoito anos, somente por prescrição médica, devido ao risco de desenvolvimento da síndrome de Reye (PITOLI, P.J. et al., 2021; POLO, A. P.; FERRERO, A. B., 2016; SÁ, A.C. et al., 2018; SBP, 2014).

Em vista disso, é de suma importância que os pais e cuidadores antes de administrar medicamentos em crianças, especialmente em caso de febre, busque orientação correta de qual substância e dose exata para uso individual (GOMIDE, A.C.; et al, 2014; PITOLI, P.J. et al., 2021; POLO, A. P.; FERRERO, A. B., 2016; SÁ, A.C. et al., 2018).

Entretanto, pode-se conferir nos artigos que os profissionais de saúde estão expostos a carência de embasamento científico ao realizar cuidados aos usuários dos serviços, pois um estudo nos EUA (Estados Unidos) entrevistou 256 pais sobre a alternância de antitérmicos, com 67% deles relatando que usavam essa prática. Além disso, 81% dos pais afirmaram que a recomendação veio do pediatra da criança, com uma ampla variação nas frequências recomendadas, indicando falta de consenso e racionalidade entre os pediatras (SBP, 2014).

De acordo com um estudo publicado na Revista Brasileira de Toxicologia em 2001, os analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios não hormonais foram responsáveis por um número significativo de intoxicações naquele ano (SBP, 2014). Entre esses medicamentos, a dipirona foi a que

apresentou a maior porcentagem de intoxicações, correspondendo a 28,6% dos casos. Os anti-inflamatórios não hormonais foram responsáveis por 26,2% das intoxicações, enquanto os salicilatos responderam por 21,5% e o paracetamol por 12,1% (SBP, 2014).

Todos os antitérmicos têm efeitos semelhantes, portanto, não há necessidade de combinar dois medicamentos para obter um efeito terapêutico melhor na redução da temperatura, essa prática aumenta o risco de eventos adversos sem oferecer benefícios adicionais. Embora não haja evidências científicas que justifiquem a alternância de antitérmicos, essa prática está se tornando comum na clínica pediátrica. No entanto, várias publicações alertam para o risco dessa prática, pois os pais e cuidadores frequentemente erram nas dosagens e, na tentativa de controlar a febre, aumentando o risco de intoxicações (SBP, 2014).

A recomendação do uso de medicamentos nos quadros febris, como antitérmicos, não se baseiam em um valor de temperatura exato, mas sim, em casos de febre associada ao desconforto, como por exemplo o choro, redução de apetite, redução de atividade, irritabilidade. Quando indicados, devem ser baseados na avaliação dos benefícios que precisam ser superiores aos riscos envolvidos para cada indivíduo, assim como qualquer outro medicamento (SBP, 2014; 2021).

CONCLUSÃO

Considerando os resultados do estudo proposto, a revisão integrativa expõe a fobia e temor que os familiares e cuidadores enfrentam no manejo da febre. Observou-se que os responsáveis sofrem influências de crenças, nível socioeconômico e ansiedade em fornecer uma melhora do quadro clínico, o que acarreta a proceder com intervenções que não demonstram eficácia ou que possuem chances elevadas de efeitos adversos e/ou toxicidade.

Diante do exposto, cabe questionar a prática assistencial implementada pelos responsáveis diante da febre. Dado que o estudo, relata que os métodos não farmacológicos mais utilizados não demonstraram eficiência significativa, apenas com o uso associado de antipirético. Discorre-se ainda, que os métodos farmacológicos são utilizados de maneira errônea com superdosagem e esquema que intercalam substâncias para diminuir a temperatura corporal, muitos casos sob orientação médica.

Desta forma, faz-se importante para a prática profissional do enfermeiro ter conhecimento sobre as condutas de enfermagem adequadas

para aplicação da intervenção correta em um paciente exposto a febre e ao medo dos familiares e cuidadores diante do episódio, fornecendo informações atualizadas e adaptadas aos pais, com foco em grupos étnicos, devido suas crenças imprecisas sobre a febre.

O estudo contribuiu para a compreensão e identificação do manejo que os familiares e cuidadores oferecem à criança em um quadro com diagnóstico correto de febre e dados científicos que respaldam a abordagem realizada. Em prol disso, é necessário que a equipe de enfermagem forneça informações atualizadas com linguagem apropriada ao público-alvo, a fim de cessar a fobia e intervenções de conhecimento empírico, favorecendo a recuperação da criança.

Por fim, destaca-se o papel do enfermeiro como grande agente de mudança e implementação de estudos para este fim, em virtude de sua responsabilidade e atuação indispensável no manejo adequado e individual da criança com febre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ingrid de Almeida; SILVA, Maria Júlia Paes. Cuidado humanizado de enfermagem: o agir com respeito em um hospital universitário. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 60, p. 546-551, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/zwq9mcbRqtP8xVNHxg3QtJF/abstract/?lang=pt> Acesso em:26/05/2023.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil / **Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdfAcesso em: 14/05/2023.

CASTELLANO, V. et al. Conocimientos y manejo de la fiebre en padres de niños menores de 5 años en un hospital pediátrico. **Arch Argent Pediatr**, v.

118, n. 2, p. 89-94, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1099856> Acesso em: 14/05/2023.

DINARELLO, CA e PORAT, R. Febre. In Kasper, DL. **Medicina Interna de Harrison**.

Editora AMGH, 20ed. V.1, Porto Alegre, 2020.

ESCOBAR TOBÓN, Ana Ligia. La fiebre en el niño: una mirada reflexiva a las prácticas de cuidado. **Av. enferm**, v. 35, n. 3, p. 333-344, sep.-dic. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-888424> Acesso em: 14/05/2023.

GOMIDE, Ana Carolina Micheletti et al. Como os pais lidam com a febre infantil: influência das crenças, conhecimento e fontes informação no cuidado e manejo da febre na criança - revisão sistemática da literatura. **Rev Med Minas Gerais**, v. 24, n. 2, p. 175-80, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-725966> Acesso em: 14/05/2023.

PÉREZ-CONESA, Maria Cristina et al. Análisis de los cuidados y los conocimientos parentales sobre la fiebre en la infancia. **Atención primaria**, v. 49, n. 8, p. 484-491, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-167043> Acesso em: 14/05/2023.

PÉREZ POLO, A.; BARTOLOMÉ FERRERO, A. Actitud y conocimiento de los padres sobre la fiebre. **Pediatría Atención Primaria**, v. 18, n. 72, p. e209-e216, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-158707> Acesso em: 14/05/2023.

PITOLI, Pedro Jose et al. Febre em crianças: procura de pais por serviços médicos de emergência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 445-454, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1153798> Acesso em: 14/05/2023.

SÁ, Ana Carolina Micheletti Gomide Nogueira de et al. Febre Infantil e seu Manejo pelos Pais: Análise Quantitativa. **Rev. bras. ciênc. saúde**, v. 22, n. 2, p. 117-124, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-883471> Acesso em: 14/05/2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Departamentos Científicos de Pediatria Ambulatorial e de Infectologia**. Manejo da Febre Aguda. 2021. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/23229c-DC_Manejo_da_febre_aguda.pdf Acesso em 14/05/2023.

SOUZA, Mariana Vieira de et al. Effectiveness of warm compresses in reducing the temperature of febrile children: A pilot randomized clinical trial. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/T8cMzPyQ9CFNsT3HrNq6sbK/?lang=en> Acesso em: 14/05/2023.

SOUZA, Mariana Vieira de et al. Manejo não farmacológico da febre e hipertermia da criança: revisão integrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/3gXPFJ74QR7rJRRwZwTSgJf/?lang=pt#> Acesso em: 14/05/2023.

TRATADO DE PEDIATRIA: Sociedade Brasileira de Pediatria, 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

CAPÍTULO 5

A INFLUÊNCIA DOS SINAIS QUE O CORPO E A MENTE NOS REVELAM

Herivelto Batista Coutinho

Bacharel em Criminologia da Instituição Ampli Educacional
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli.

RESUMO

Ações e comportamentos são marcos na vida do ser humano em sociedade, no entanto, a abordagem da literatura mostra as fortes influências do corpo e mente como sinais que se revelam diante de alguma eventualidade. O presente estudo teve como objetivo discorrer sobre a influência dos sinais que o corpo e a mente nos mostram. Assim, como proposta metodológica foi a revisão da literatura com estudos delineados nas ações e concepções sobre a investigação dessa influência entre corpo e mente nos quais revelam atitudes. Com base nos resultados da literatura e de estudos pesquisados, os sinais e influência para corpo e mente, podem gerar impactos e conflitos em atitudes consideradas muitas vezes comuns na sociedade, mas também suscitam agravos psíquicos resultando em ações comportamentais do indivíduo na relação interpessoal, socialização e até mesmo isolamento requerendo a intervenção e medidas cabíveis junto ao indivíduo. Considera-se, este tema, de suma importância, na busca direta de intervenções, conhecimentos e estratégias, descritas em conceitos e delineadas em pesquisas sobre a forte influência dos sinais que o corpo e a mente revelam sobre as ações e comportamento do ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Ações e Comportamento. Corpo. Intervenção. Mente e Sinais.

INTRODUÇÃO

A abordagem do tema teve como linha de pesquisa buscar conhecimentos sobre o corpo, desvelando sinais que influenciam a mente e suas ações comportamentais no cotidiano.

As bases de leituras, descreveram atitudes comportamentais do ser humano, desde os mais simples ao mais complexo devido a possíveis situações que causariam impactos no âmbito social levando a investigação e entendimento sobre a área da Criminologia.

O presente estudo teve como objetivo discorrer sobre a influência dos sinais que o corpo e a mente nos mostram. Para os objetivos específicos foram delineados: descrever sobre as ações e comportamento do ser humano; apontar investigações sobre sinais que o corpo e a mente revelam nas atitudes; e, abordar os resultados e discussão desse estudo com a literatura.

Assim, como processo histórico, a evolução do homem desde as antigas civilizações já manifestava as condições comportamentais, e mostra-se em ações evidenciadas pelas emoções de conquistas, vitórias nas diversas experiências que o levam ao momento de alegria e prazer, ou até mesmo a ansiedade, causada por estresses e dependência em situações de fracasso, raiva e até mesmo depressão e ações comportamentais presenciadas no cotidiano, e ainda por atividades que levam o corpo e mente apresentar causas e problemas junto as emoções, sentimentos com a formação de pensamentos e atitudes.

Com base nas leituras, foi encontrado o seguinte questionamento: Como definir estes sinais que o corpo e a mente nos mostram?

E como construção de conhecimento para responder à pergunta problema, usou-se como proposta metodológica a revisão da literatura, sob as ideias e concepções centradas na temática, seu objetivo, referencial teórico, resultados e discussão, e descrição das principais ideias sob a organização da produção escrita.

Em considerações iniciais, o ser humano em seu comportamento passa por influências no cotidiano, que geram perspectivas sobre condições da atual sociedade, pressão psicológica, e sinais do próprio corpo e mente iniciais que podem gerar causas e motivos sobre determinada condição /ou situação vivenciada.

Como interesse nesse tema, foi buscar concepções sobre as influências dos sinais que o corpo e mente revelam, no entanto, tem-se por bases compreender as formas, as ações, comportamentos, atitudes ou uma simples expressão do outro com o outro.

Destarte, nos esboços da literatura, o corpo e a mente revelam formas e estilos de vidas, ações e comportamentos que geram perspectivas ou não, podem ser denotados por tipos de experiências com alguma situação, mas ocasionam sensações e sentimentos tanto positivo quanto negativo, sendo

na maioria das vezes necessário observar e até mesmo intervir sob as atitudes do outro

Do mesmo modo, a temática descreveu-se por meio das leituras interativas durante a produção escrita com as pesquisas e estudos ligados aos fatores comportamentais que permitem ao corpo e a mente terem reações positivas e negativas, ou seja, nas causas mais comuns de seus impactos perante a sociedade ao despontar tipos de ações sob a influência de possíveis sinais que o corpo e a mente revelam nas atitudes.

A base do estudo teve como produção escrita, buscar os conhecimentos por meio de investigações sobre corpo, mente, ações e comportamentos do ser humano.

CORPO E MENTE: O QUE NOS REVELAM

Ações e comportamento do ser humano: corpo e mente

Ações e comportamentos do ser humano nos remete ao corpo e mente em pontos diferenciados, desde estados e eventos mentais consistindo diretamente na relação com o corpo físico, e assim, em evidências científicas com caminhos que possam levar ao início e agravamento de distúrbios físicos, doenças e problemas psicológicos em sinais que afetem a forma de pensar, autoestima, identidade e até mesmo o ânimo.

Uma explicação de Vonèche e Stoltz (2007, p.19) sobre conceitos de ação e comportamento: “As ações são, primeiramente, somente rítmicas, e depois reguladoras.” “Regulações dão lugar a diferentes formas de comportamento de regras e consciência das normas.”

Diante dessa elucidação, subentende-se a complexidade da ação e comportamento do ser humano com um propósito, ou com seu estado, independentemente das suas reações. Em outras palavras, o corpo e a mente falam por si, tem muitas evidências, cabendo assim, a um estado nem sempre explicável com suas ações.

Em considerações ainda dos estudos de Vonèche e Stoltz (2007) dir-se-ia que o corpo e a mente têm uma via de mão-dupla, como podem acarretar distintas condições vinculadas aos acontecimentos, normas, causas, ou até mesmo significados em que os sinais do corpo e mente podem simplesmente ser notados no comportamento individual deste ou daquele indivíduo.

Diante disso, ao retratar pesquisas sobre corpo e mente, percebe-se a importância da conduta do indivíduo na sua vida desde a infância até a fase

adulta, é uma construção da identidade e da personalidade já proposta pela convivência com pessoas de níveis sociais diferentes ou até mesmo pelo estilo de vida e suas oportunidades.

Na explicação de Monteiro (2020) sobre o formato e expressão do corpo, salientar conhecimentos de caráter individual de uma pessoa, de como ela se comporta, como conduz suas ações como se vestir, compor-se diante de um acontecimento, as formas de comunicar, gesticular e até mesmo é possível perfilar a pessoa em seu modo mais singelo (simples) de comportamento em análises e observações.

Esse apontamento foi descrito por Monteiro (2020, p.1):

A neuropsicóloga Roselene Espírito Santo Wagner, conhecida como Dra. Leninha Wagner, aponta que os padrões de postura e atitudes corporais revelam quem a pessoa é: “Esses traços são previamente esculpidos pelo sistema nervoso e correspondem às imagens de quem a pessoa é, e de como o seu corpo se parece. Portanto, aquilo que o indivíduo acredita que ele é torna-se uma imagem retida no sistema nervoso e que mais tarde se expressará no corpo, por meio da ação. Logo, os traços de caráter são exatamente os papéis que o indivíduo aprende a assumir desde criança e permanecem, em sua maior parte, na vida adulta”.

Sob tal explicação, há um alinhamento entre o corpo e a mente, no processo e ação que permitem ao indivíduo a exposição natural de suas ações e comportamentos, diante desse evento, subentende-se as reações do indivíduo com determinada ação já pensada, reforçando assim a identidade e autonomia dentro do “eu” e da sua verdade, interesse de si e não para o outro.

Contudo, Freitas (2022) argumenta que corpo e mente podem sofrer com alterações no comportamento e na personalidade, uma vez que tal consideração se alinha com a literatura por meio de conceitos e investigações sobre corpo e mente nas ações significativas entre personalidade, humor, ações e comportamentos podendo ser notados e mais comumente.

Essa condição, tende as reações do corpo quando algo não está transcorrendo de forma natural e a mente gerar impactos negativos onde reações de frustração, fracasso geram sentimentos de ineficácia e raiva, temperamentos e comportamentos agressivos podendo agravar o estado e a conduta individual do sujeito dependendo da circunstância.

Em outras palavras, estudos da literatura, mostram que antes imaginava-se que a mente mandava no corpo, mas atualmente foi constatado que o corpo envia as mensagens em que a mente difere o certo do errado e interage-se da própria postura corporal como expressão física influenciada pelos sinais de pensar e sentir (OURIQUES, 2017).

Assim, entender o domínio do corpo com a mente, ainda requer investigações sobre os principais fatores que levam uma pessoa ter um comportamento alterado, no entanto, em breves explicações, argumentos mostram possíveis fatores ligados a vida pessoal e social, como também a não conseguir realizar determinadas perspectivas de vida que levam a conquistas ou até mesmo ao fracasso, ou apenas por experiências vivenciadas, traumas que causam impactos no corpo físico e mental, por problemas familiares, ou situações de conflitos podendo ser comprovado e/ou não desde a infância com um estilo de vida insatisfatório.

Influência, sinais de que o corpo e a mente nos revelam

Para a dissertação do tema é de suma importância salientar sobre os sinais providos não só do corpo, mas também da mente. Sem o controle emocional provido da mente não conseguiríamos prever tais ações do corpo humano.

Uma importante consideração da influência desses sinais:

A comunicação não verbal também pode revelar os pensamentos, sentimentos e intenções reais de uma pessoa. Por essa razão, comportamentos não verbais são muitas vezes chamados indícios. Como as pessoas nem sempre percebem que estão se comunicando de maneira não verbal, a linguagem corporal geralmente é mais honesta do que os pronunciamentos orais de um indivíduo, conscientemente criados para alcançar os objetivos de quem fala (NAVARRO, 2008, p.15-16).

Essa consideração inicial, discorre a importância da forma de comunicação promovendo assim uma transmissão de pensamentos e ideias, bem como nos move a tipos de ações comportamentais que podem demonstrar realmente sobre o caráter de uma pessoa e sua conduta.

De acordo com estudos de Monteiro (2020) a expressão facial é uma das formas de comunicação que podem demonstrar qualquer emoção, e revelar simultaneamente dizeres e pensamentos daquele exato momento,

contudo, em vários casos criminais, essa ação do indivíduo pode ser observada como algo inerente a possíveis falas em suas ações entre a mente e o corpo como insegurança, desconforto sobre determinada ação, impaciência e até mesmo medo como forma de comunicação na expressão facial.

Um bom exemplo, é uma pessoa com expressão facial feliz



Figura 1 - Pessoa Feliz

Fonte: Disponível em https://br.freepik.com/fotos-premium/conceito-de-pessoas-felizes-imagembrilhante-de-rosto-animado-de-mulher_21783095.htm?sign-up=google. Acesso em: 26 jul. 2023.

Este sentimento, é um dos estados que podem ser alterados conforme os principais eventos ocorridos de momento, ou durante um período, e assim na expressão da Figura 2, descreve-se uma pessoa com a expressão triste.



Figura 2 - Pessoa triste

Fonte: Disponível em <https://br.freepik.com/fotos-gratis/close-up-de-menina-morena-fofa-chateada->

esombriademauhumorparecendomiseravel_10933062.htm#query=rosto%20triste&position=2&from_vie w=keyword&track=ais.Acesso em: 26 jul. 2023.

Em situações adversas, o comportamento pode alterar as reações corporais e trabalhar com a persuasão da mente relacionado diretamente com as uma associação de ideias ou seus padrões (CÁO, VIEIRA, 2019). Pode-se observar ainda quando a pessoa está com a repulsa ou desprezo de algo.



Figura 3 - Pessoa com repulsa

Fonte: Disponível em <https://www.tasaudavel.com.br/saude/voce-tem-nojo-de-feridas-de-pele-e-umaresposta-de-defesa-do-corpo-diz-estudo>. Acesso em: 26 jul. 2023.

Em considerações, os membros superiores (as mãos) podem nos mostrar se a pessoa tem impactos causados por alterações no corpo com a mente como: a ansiedade, a preocupação, o medo e outros sentimentos (DREEKE, 2020). Do mesmo modo, como microexpressões faciais, como o canto dos olhos, o franzimento da testa, podem nos revelar muito mais do que um simples sentimento, mas até mesmo o comportamento da pessoa analisada.

A figura 4 mostra uma reação exposta, de felicidade ao ver algo que a pessoa gosta.



Figura 4 - Pessoa exposta a felicidade

Fonte: Disponível em <https://novonegocio.com.br/empreendedorismo/como-ganhar-dinheiro/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

Destarte, o comportamento além disso é uma fonte de acontecimentos que demonstram que o corpo nos quer contar, como a agitação, a raiva, fatores nos quais percebe-se somente nos gestos impostos do corpo.

“Quando as pessoas cujo comportamento está sendo analisado consideram suas realizações um reflexo positivo de si mesmas, elas se esforçam muito para ajudar o outro da maneira que puderem. Portanto, esse sinal cria puro poder de previsão” (DREEKE, 2020, p.49).

Sob tal reflexão, pode-se compreender estes sinais, não apenas para a leitura corporal, mas com finalidades imensas, como exemplo, extraindo informações para nosso interesse, imagine um interrogatório, ou até mesmo uma simples transação de compra e venda.

Um simples gesto pode nos mostrar muito, como um simples sorriso, como um sinal amistoso (FREITAS, 2022).



Figura 5 - Sorriso

Fonte: Disponível em <https://santiniodontologia.com.br/blog/o-que-e-um-sorriso-perfeito/>. Acesso em 26 Jul 2023.

Uma prática comum, seria a prática isomórfica, ou seja, o espelhamento dos gestos praticados pelo corpo humano, como exemplo, copiar a linguagem corporal do outro, se a outra pessoa cruza os braços, cruzamos os nossos, podendo gerar um conforto ou inquietação no outro, e até mesmo ganhando sua atenção (FREITAS, 2022).

Assim, pode-se encontrar alguns sinais “inimigos”, como uma encarada ou um olhar de cima a baixo, sobrancelha franzida, isso e outros sinais que podem nos mostrar uma certa repulsa.

Na tabela a seguir, foi realizado a comparação de alguns comportamentos (sinais) amistosos ou não:

Tabela 1 – manual de persuasão FBI

Sinais amistosos	Sinais não amistosos
Movimento ascendente das sobrancelhas	Sobrancelhas franzidas
Inclinação da cabeça	Olhos revirados
Sorrisos frequentes	Fechamento prolongado dos olhos ou desvio de olhar
Práticas isomórficas	Postura não sincronizada
Olhos bem abertos	Olhos cerrados
Ato de cuidar da aparência do parceiro	Ato de arrumar a própria aparência

Fonte: Schafer (Manual de Persuasão FBI 2015, p.178).

Deste modo, a abordagem da literatura, nos remete compreender que o corpo e a mente controlam as ações e comportamentos do ser humano, e muitas causas de fatores e alterações mostram situações adversas que podem despontar tanto as reações de confiança ou desconfiança, verdade ou mentira comprometendo a personalidade do mesmo. E de fato, ainda decorrer de possíveis condições vinculadas as relações boas ou ruins de uma vida até mesmo insatisfatória.

METODOLOGIA

A base metodológica foi uma revisão da literatura sob as ideias e concepções centradas na temática, seu objetivo, referencial teórico, resultados e discussão, e descrição das principais ideias sob a organização da produção escrita.

E para desenvolver o conteúdo metodológico, foi necessário buscar materiais no Google Acadêmico, voltado a proposta pedagógica do tema, assunto, objetivo com os sites do CAPES e SCIELO, nos quais possam suprir os conceitos e idealizações investigadas para descrever o projeto.

Conforme ideias de Gil (2010, p.11):

É uma etapa fundamental em todo trabalho científico fornece o embasamento do trabalho. Consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa livros, revistas, jornais, teses, dissertações, anais, etc. É imprescindível antes de todo e qualquer trabalho científico fazer uma pesquisa bibliográfica exaustiva sobre o tema em questão.

Com essa principal base, a busca de materiais terá como fundamentos seus descritores como: ações, alterações de comportamento, corpo, mente, personalidade, etc.

Como fundamental no estudo buscou-se pelas palavras chaves como: Ações e Comportamento. Corpo. Intervenção. Mente e Sinais, nos quais a realização da busca teve dois períodos como importantes sendo os anos de 2000 a 2012 e dos anos de 2013 a 2023 constatando que a bases do antes e depois foram essenciais na fundamentação e análise do discurso, propiciando assim a construção de conhecimentos findados pela literatura.

Após a escolha, todos os materiais que foram utilizados para a produção textual, passaram por uma nova seletiva com leitura e separação

do material encontrado e condizente com a temática e seus objetivos. E, portanto, ao iniciar a escrita do artigo, foi possível apresentar a leitura com as convergências de ideias e conceitos dos autores seletos.

Do mesmo modo, a seletiva dos artigos foi considerada pela busca simples, na explicação sobre o tema, teor, método, publicações mais recentes, revistas e documentos para sua fundamentação e consolidação da análise.

Após essas alternativas, o questionamento foi descrito conforme o resultado das leituras e escritas para tornar plausível o desenvolvimento do trabalho como referência para outras pesquisas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi embasada nas literaturas como busca de conhecimentos sobre o corpo e a mente nos quais o viés da temática, demonstrou métodos nos relatos e experiências, nas quais observou-se claramente a importância das ações e comportamentos diários.

Assim, os resultados abordados se destacaram através de estudos e ideias de Dreeke (2020), conceituando a leitura da mente humana, Navarro (2008), decodificando o que o corpo e a linguagem corporal, lendo as pessoas, Schafer (2021), conseguindo retirar informações sigilosas de pessoas e, através da persuasão, conquistando-as.

Em linhas gerais, corpo e mente foram estudadas e investigadas na psicanálise e seguidores de Sigmund Freud, nos quais fez importantes apontamentos sobre as manifestações do corpo revelada por ações comportamentais como: comunicação, fala, gestos, interação, convivências, relações sociais, tônus muscular, domínio do espaço e a própria forma de pensar.

Um estudo realizado por Oliveira (2014, p.6) salienta que “O corpo, por sua vez, interage com o ‘ego’ e com o ‘superego’. Considerava a cultura, com um papel fundamental na resolução dos possíveis conflitos estabelecidos.”

Em suma, essa reflexão se desvela pela forma e reação do corpo e mente no seu estado emocional, nos quais tem como a prática fatores interligados ao estado, a sua experiência seja para o lado positivo quanto ao negativo, e o indivíduo tinha como evidências o pensamento ligado as ações e condutas pessoais (CÁO, VIEIRA, 2019).

Na abordagem da literatura, e através das investigações, Wilhelm Reich (1933) natural da Áustria, médico, Psicanalista, seguidor de Sigmund Freud e estudioso sobre a performance psique, buscou compreender fatores

interligados as reações do corpo com a mente, por ações e atitudes comportamentais vinculadas ao processo físico nas principais características externas das pessoas (MONTEIRO, 2020).

Assim, inicialmente foi a partir de estudos e embasamento para conhecer os sinais emitidos pelo corpo, e pode ser muito valioso, não só para saber sobre o outro, mas para sabermos interpretar o que o outro está nos passando.

Segundo estudos de Dreeke (2020) e Schafer (2021) corpo e mente são conduzidos pelas ações, e como demonstrado nesse estudo, as ações comportamentais revelam condições com o psíquico e com as emoções, podendo e/ou não causar impactos positivos e negativos.

Pode-se através dessa interpretação, mudar ou até alterar a linha de pensamento, conseguindo revelar detalhes que o outro não revelou verbalmente. Como um exemplo: em uma conversa, imagine a possibilidade de conseguir, entender realmente o que foi falado ser verdadeiro ou não, isso pode ajudar em distintas áreas, tais como: Administração, Marketing, Segurança Pública como Bombeiros, Polícia Civil, Federal, Militar, Medicina, Direito, Pedagogia e tantas outras áreas em existência (NAVARRO, 2021).

No entanto, as leituras descrevem no mais sensato posicionamento encontrado sobre conceitos e concepções sobre as ações e comportamentos das pessoas, ainda existem estudos em análise que envolvem pesquisas e investigações, contudo em casos de crimes, considera-se usar recursos mais tecnológicos atualmente, nos quais por questões éticas como instrumentos de análise da polícia e entre outros, são efeitos sigilosos em casos de investigações.

E assim, tende como ponto chave as informações na busca por novos conceitos, descrição, métodos, resultados e discussão desde o interesse ao seu conhecimento científico realizada nessa produção escrita e seu esboço.

CONCLUSÃO

Ao discorrer sobre o tema, apresentou como viés a luz da literatura a importância de como o corpo e mente promovem sinais em que devesse ter cautela e atenção centradas nas ações comportamentais dispersas pelo indivíduo. Sobre o questionamento, encontrou-se estudos em evidências, bem como em casos de investigações, a análise dos órgãos de defesa por instrumentos mais modernizados em relação ao comportamento humano.

De acordo com as leituras realizadas, o corpo e a mente estão interligados as ações do ser humano com seu comportamento pessoal e

social, durante essas condições, as emoções são instigadas pelo corpo com instruções da mente se revelando na sua própria necessidade e vontade.

Sob tal consideração, ainda se tem vários estudos investigativos sobre como a mente responde ao corpo, dentre as necessidades do homem na sociedade estão vinculados ao estilo de vida, a formação de pensamentos, a ética, moral, adoção de uma filosofia de vida, as condições e metas desejadas, a estabilidade, aos projetos e finalidades que possam lhe permitir emoções e sensações tanto positivas quanto negativas.

Nas linhas de pesquisas e seus conceitos, Sigmund Freud idealiza os comandos da mente ao corpo, resultando em ações e desejos, formação e identidade, ou seja, para Freud, o ser humano ainda tem mistérios, nos quais o próprio homem tenta desvendar, mas corpo e mente revelam sinais e influências talvez pessimistas de egocentrismo, ou seja o “eu” do “eu”, e ao revês do poder em que a atual sociedade presencia por estruturas econômicas, classes sociais, exclusão de grupos e etnias, subentende-se que corpo e mente sofrem a influência de avanços globalizados e tecnológicos.

Essa sobrevivência, tem mostrado sinais e influências no corpo e na mente devido aos fatores socioeconômicos e políticas que levam a utopia do âmbito social, ou seja, corpo e mente tem ações e comportamentos que favorecem sinais de discordância no sentido ainda clássico cultural.

As ações e comportamentos são marcos na vida do ser humano em sociedade, no entanto, a abordagem da literatura mostra as fortes influências do corpo e mente como sinais que se revelam diante de alguma eventualidade.

Com base nos resultados da literatura e de estudos pesquisados, os sinais e influência para corpo e mente, podem gerar impactos e conflitos em atitudes consideradas muitas vezes comuns na sociedade, mas também suscitam agravos psíquicos resultando em ações comportamentais do indivíduo na relação interpessoal, socialização e até mesmo isolamento requerendo a intervenção e medidas cabíveis junto ao indivíduo.

Considera-se, este tema, de suma importância, na busca direta de intervenções, conhecimentos e estratégias, descritas em conceitos e delineadas em pesquisas sobre a forte influência dos sinais que o corpo e a mente revelam sobre as ações e comportamento do ser humano.

REFERÊNCIAS

CÁO, Jéssyka Sarcinelli; VIEIRA, Evandro Vieira Ouriques. Entrelaçamento psicobioenergeticossocial: a autorregulação e a transdisciplinaridade de Wilhelm Reich. **Revista Scientiarum História**, 1, 8.2019. Disponível em: <http://revistas.hcte.ufrj.br/index.php/RevistaSH/article/view/80>. Acesso em: 18 jul.2023.

DREEKE, Robin. **Novo manual do FBI para ler a lente das Pessoas** / Robin Dreeke e Cameron Stauth ; tradução de Aline Uchida. – São Paulo: Universo dos Livros, 2020. 320 p.

FREITAS, Ana Margarete Barbosa de. **Mente e natureza**: O caráter distintivo da ação humana. *Argumento*, (11), 33–48, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/argum/article/view/29382>. Acesso em: 18 jul.2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Editora Atlas, 2010.

SHAFER, Jack. **Manual de Persuasão do FBI**/Jack Schafer, Marvin Karlins; tradução de Felipe C. F. Vieira. – São Paulo: Universo dos Livros, 2015. 256 p.

MONTEIRO, Lilian. **Formato e expressões do corpo dizem muito sobre o caráter do ser humano**. Estado de Minas. Saúde e Bem viver. 2020. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/bemviver/2020/09/26/interna_bem_viver,1123077_formato-e-expressoes-do-corpo-dizem-muito-sobre-o-carater-doser-human.shtml. Acesso em: 24 jul.2023.

NAVARRO, Joe. **O que todo corpo fala/** Joe Navarro, Marvin Karlins; tradução de Edson Furmankiewicz. Rio de Janeiro: Sextante, 2021. 240 p.; 16 x 23 cm.

OLIVEIRA, Gislene Farias de. Considerações Sobre a Teoria de Wilhelm Reich.

Revista Latino-Americana de Psicologia Corporal. Ano 1, No. 2, outubro/2014. Disponível em: <https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/article/view/16>. Acesso em: 24 jul.2023.

OURIQUES, Evandro Vieira. **Teoria Psicopolítica:** a emancipação dos Aparelhos Psicopolíticos da Cultura. Coleção Teoria Psicopolítica, Volume I. Temuco: Universidad de La Frontera, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidad de La Plata, Universidades do Porto, Universidad de Groningen, 2017.

SCHAFER, Jack. **O detector da verdade do FBI/** Jack Schafer, Marvin Karlins; tradução de Laura Folgueira. – São Paulo: Universo dos Livros, 2021. 272 p.

VONÈCHE, Jacques; STOLTZ, Tania. **Ação como solução ao problema mente e corpo na teoria de Piaget.** *Educar*, Curitiba, n. 30, p. 17-43, 2007. Editora UFPR.

CAPÍTULO 6

TORNA-SE NEGRO: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO NA OBRA DE NEUSA SANTOS SOUZA

Douglas Luiz de Oliveira Moura

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG). Especialista em Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG). Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi abordar a visão da autora Neusa Santos Souza, sobre o processo de subjetivação do tornar-se negro. Foi realizado através da metodologia de pesquisa e coleta de informações de ordem teórica, viabilizada através de levantamento bibliográfico. Quanto aos procedimentos, portanto, classifica-se como pesquisa bibliográfica, pois através de bibliografia referente ao tema se torna possível a discussão sobre o tema de estudo. A revisão bibliográfica parte do estabelecimento lógico do tema para o estudo e a leitura da bibliografia proporciona evocar a base de conhecimento atual sobre o tema. Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pois busca a análise de informações de diversas fontes, para a elaboração do trabalho a partir de fontes confiáveis sobre o tema em questão. Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória, buscando dados para a elaboração em diversos meios, envolvendo a pesquisa bibliográfica, que proporciona maior conhecimento e familiaridade com o tema. Com o resultado foi possível concluir que é fundamental reconhecer e desafiar as estruturas de poder e privilégios que perpetuam a desigualdade racial. Isso implica promover políticas inclusivas, garantir igualdade de oportunidades e criar um ambiente que valorize a diversidade étnico-cultural, permitindo que os negros em ascensão social possam alcançar seu pleno potencial sem comprometer sua identidade. A obra de Neusa Silva Souza revela a complexidade e os desafios enfrentados pelos negros ao se confrontarem com estereótipos, preconceitos e a necessidade de se afirmarem em uma sociedade marcada por uma estrutura racista e excludente. Ela aponta para a ferida narcísica gerada por essa tentativa, evidenciando como a busca por um Ideal de Ego baseado em modelos brancos pode resultar em conflitos internos, sentimentos de

inadequação e negação da própria identidade. Sua abordagem ressalta a necessidade de um movimento de reconstrução identitária, no qual os negros se libertem desses padrões impostos, busquem novos referenciais e se afirmem enquanto sujeitos autênticos e reconhecidos em sua pluralidade. A obra aponta para a urgência de um movimento coletivo de valorização e afirmação da identidade negra, colocando em evidência a importância da emancipação subjetiva como um passo crucial rumo à igualdade e justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Identidade; Igualdade; Justiça social.

INTRODUÇÃO

Mencionar o Brasil é falar de uma nação miscigenada, na qual as culturas portuguesa, indígena, africana e europeia se entrelaçam profundamente, gerando uma identidade cultural singular. No contexto dos afrodescendentes, estes desempenharam um papel crucial na cultura, economia e sociedade, considerando que o Brasil foi o principal destino de trinta e oito por cento de todos os africanos escravizados durante a época colonial, conforme Pinsky (2000). Entre 1501 e 1866, mais de cinco milhões e meio de negros foram transportados da África para o Brasil, dos quais pouco mais de quatro milhões chegaram vivos ao país. Esses indivíduos, arrancados à força de diversas regiões do continente africano, desempenharam variadas funções no Brasil, trabalhando nas plantações de algodão, tabaco, cana-de-açúcar, café, bem como nas minas de ouro, prata e diamantes. Mais tarde, atuaram como vendedores ambulantes, comerciantes, artesãos, soldados e desempenharam funções de segunda classe no contexto ascendente do capitalismo.

Após a abolição da escravatura, os afrodescendentes passaram a ocupar predominantemente empregos assalariados, muitas vezes realizando trabalhos de baixa qualificação, o que resultou em sua permanente marginalização na sociedade. Essa marginalização gerou uma dupla discriminação: por ser negro e por ser economicamente desfavorecido. Infelizmente, essa situação persiste até os dias atuais, já que a maioria faz parte das classes sociais mais baixas, e os estereótipos contribuem para manter essa condição inalterada (Bairros, 2003).

Nos quarenta anos posteriores à abolição, segundo Santos (2005), houve uma redução das oportunidades socioeconômicas para a população negra e mestiça. Este foi o contexto em que se deu o término da escravidão

e também se inseriu a imigração europeia, marcada por nuances racistas, intensificando e agravando a marginalização de negros, indígenas e mestiços. Isso aconteceu porque os imigrantes ocuparam as funções mais dinâmicas na sociedade em formação, embora muitas vezes essas funções fossem extremamente exploradoras. Além disso, concentraram-se principalmente no Sudeste, deixando as massas negras em regiões mais subdesenvolvidas do país (Santos, 2005).

De acordo com as reflexões de Florestan Fernandes, mencionadas por Guimarães e Huntley (2000), a partir de 1945, durante a rápida transição da sociedade brasileira para o contexto urbano-industrial, houve um processo de individualização da população negra em São Paulo. Este período enfatizou a mobilidade social individual, embora, mesmo com o aumento das oportunidades de ascensão, apenas um pequeno grupo de negros conseguiu escapar da pobreza. Os estudos de Florestan Fernandes sugerem que os preconceitos étnicos desempenharam um papel fundamental ao impedir a plena participação dos negros e mulatos em condições de igualdade de oportunidades e tratamento na sociedade brasileira.

É inegável a existência de práticas discriminatórias, tanto institucionais quanto individuais, contra estudantes negros nas escolas. Esse tratamento excludente resulta na subqualificação desproporcional dos trabalhadores negros, tornando-os menos capacitados para competir com os brancos ao ingressar no mercado de trabalho em busca de emprego. Se a única explicação para as baixas posições ocupadas pelos negros no mercado de trabalho fosse a sua formação escolar, poderia ser justificado que a maior concentração de negros em setores que não exigem especialização contribuiria para a sua posição socioeconômica mais baixa na estrutura social. No entanto, conforme alertado por Cunha e Gomes (2007), o salário médio real dos negros por hora de trabalho é inferior ao pago aos brancos, mesmo atuando nos mesmos setores.

Assim, como foi visto, a população negra no Brasil ocupou as camadas socioeconômicas mais baixas, vivenciando condições de vida precárias e desfavorecidas na hierarquia social. Essa persistência de condições de vida indignas para a população negra evidencia um racismo silencioso e não explícito. O preconceito e a discriminação racial continuam enraizados na sociedade brasileira (Damasceno; Zanello, 2018).

A maioria significativa da população negra vive em constante angústia mental, resultado das precárias condições de vida atuais e da falta de perspectiva para um futuro melhor. Esta situação gera diversos sintomas físicos e psicológicos, como tensão emocional persistente, angústia,

ansiedade e episódios momentâneos de distúrbios comportamentais e de pensamento, conforme relatado por pessoas sujeitas ao racismo (Silva, 2005, p.130). Essa condição constante pode causar transtornos físicos, incluindo taquicardia, hipertensão arterial, úlcera gástrica, além de desencadear problemas psicológicos, como ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de expressão, explosões de raiva aparentemente sem motivo, distúrbios na identidade e na autoimagem. A exposição diária a situações humilhantes e constrangedoras pode provocar uma série de desequilíbrios nos aspectos psicológicos e emocionais (Silva, 2005).

Com isso, este estudo tem o objetivo de abordar a visão da autora Neusa Santos Souza, sobre o processo de subjetivação do tornar-se negro.

O estudo é realizado através da metodologia de pesquisa e coleta de informações de ordem teórica, viabilizada através de levantamento bibliográfico. Quanto aos procedimentos, portanto, classifica-se como pesquisa bibliográfica, pois através de bibliografia referente ao tema se torna possível a discussão sobre o tema de estudo. A revisão bibliográfica parte do estabelecimento lógico do tema para o estudo e a leitura da bibliografia proporciona evocar a base de conhecimento atual sobre o tema. Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pois busca a análise de informações de diversas fontes, para a elaboração do trabalho a partir de fontes confiáveis sobre o tema em questão. Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória, buscando dados para a elaboração em diversos meios, envolvendo a pesquisa bibliográfica, que proporciona maior conhecimento e familiaridade com o tema.

REVISÃO DE LITERATURA

Damasceno e Zanello (2018) fizeram um estudo com o objetivo de identificar, na literatura científica brasileira, estudos que abordassem o impacto do racismo na saúde mental da população negra no Brasil. O objetivo específico consistiu em avaliar o papel da Psicologia nesse contexto. As buscas foram conduzidas nas plataformas SciELO e Lilacs, abrangendo o período de 1999 a 2014, resultando em 509 artigos. Estes foram criteriosamente filtrados de acordo com critérios pré-definidos. Dezenove artigos foram selecionados para análise, mesmo que não se concentrassem exclusivamente no impacto do racismo na saúde mental. A análise revelou uma produção acadêmica limitada sobre o tema no contexto brasileiro, evidenciando uma contribuição insuficiente da Psicologia e ainda menos das demais disciplinas relacionadas aos Centros de Assistência Psicossocial

(CAPS), instâncias de cuidado público em saúde mental. Vale ressaltar que esses serviços são amplamente procurados pela população negra de baixa renda, que depende do sistema de saúde pública para obter assistência.

Pantoja et al (2019) fizeram um estudo com o objetivo de investigar o racismo direcionado aos negros na história do Brasil, com o intuito de compreender suas implicações psicológicas. Os métodos bibliográfico e histórico foram empregados para analisar conteúdos e compreender os fenômenos presentes na construção da sociedade brasileira, além de investigar os efeitos psíquicos resultantes da emergência do racismo. Com o estudo os autores puderam concluir que através de registros históricos e estudos sobre saúde em diferentes períodos, constatou-se que os negros sujeitos à discriminação são mais suscetíveis a desenvolverem problemas psíquicos, tais como ansiedade, ataques de pânico, baixa autoestima, depressão, questões relacionadas à identidade e distorção da autoimagem.

No Brasil, o racismo contra a população negra está profundamente enraizado na construção sócio-histórica e cultural do país. Desde os tempos das colônias portuguesas e das missões dos jesuítas, houve uma preocupação em colocar os negros em uma posição de inferioridade, associando-os ao valor de negociação e mercadoria. Na época da exploração dos engenhos de açúcar, a sociedade rica branca os via apenas como capazes de realizar atividades manuais pesadas, como limpeza doméstica para as mulheres e trabalho na colheita de cana para os homens. Mesmo após a abolição da escravidão, a ideia de que o negro era inferior persistiu, influenciada pelas filosofias europeias, apesar da miscigenação cultural que é mais aceita atualmente. O racismo afeta significativamente a vida e a saúde mental dos negros, levando ao desenvolvimento de transtornos como estresse, ataques de pânico, baixa autoestima, depressão e distorção da autoimagem. Esses sinais e sintomas podem até levar ao aumento dos índices de suicídio entre a população negra. A maneira como a sociedade se desenvolveu, com os negros enfrentando as piores condições de desenvolvimento, acesso e garantia de direitos, pode impedir que essa população desfrute de uma melhoria considerável na qualidade de vida e na inclusão social a curto prazo. Diante disso, torna-se evidente a urgência de dar mais espaço político ao tema do racismo, dada sua influência histórica e cultural, que impacta de forma constante e direta a vida das pessoas na contemporaneidade.

De acordo com Alencar e Silva (2021), os trabalhadores negros enfrentam desvantagens ao terem sua cidadania restringida, sendo sujeitos a discriminação e desproteção social ao longo de suas trajetórias laborais, o

que os leva a adotar um comportamento de silenciamento. Esse silenciamento é percebido como uma estratégia defensiva diante dos impactos negativos da exclusão social e da aceitação superficial, um contexto que limita sua autonomia e o reconhecimento de suas habilidades. As reações diárias são moldadas pela autoimagem e autoconceito, além do julgamento externo sobre a contribuição que oferecemos no ambiente de trabalho. Em relação ao trabalhador negro, o ambiente laboral tende a ser adverso à diversidade, resultando em situações de inserção subalterna e tratamento discriminatório, afetando negativamente a autoestima e a percepção de si mesmo. Viver experiências de trabalho em posição subalterna e discriminada pode gerar sofrimento no ambiente laboral. Para evitar que o sofrimento laboral se torne patogênico e, ao invés disso, seja uma fonte de criatividade e satisfação, é fundamental que a organização do trabalho permita a contribuição coletiva, a autonomia na execução das tarefas e um espaço para debate e avaliação entre aqueles que vivenciam o trabalho diariamente.

Fernandes e Souza (2016) abordam as representações étnico-raciais, destacando a formação histórica dessas imagens sociais e seu impacto na sociedade. Descreve como as narrativas hegemônicas, fundamentadas numa perspectiva eurocêntrica, estabelecem padrões sociais normativos associados ao homem branco heterossexual, marginalizando e excluindo aqueles que não se enquadram nesse modelo. Além disso, ressaltam como teorias pseudocientíficas do passado, baseadas em marcadores corporais, reforçaram a ideia equivocada de que a identidade é determinada pelo corpo, sendo essas categorizações variáveis em diferentes contextos culturais. Argumenta que os marcadores sociais, como raça e gênero, influenciam a produção e construção das identidades individuais, mas não as definem por completo, já que a identidade é moldada e negociada em um contexto de diversas diferenças, como de gênero, sexualidade e classe, de acordo com Stuart Hall (Fernandes; Souza, 2016).

Ainda, os autores destacam como o racismo estabelece barreiras entre os diferentes grupos sociais no Brasil, criando uma dicotomia entre ser negro e ser branco, baseada em estereótipos negativos para os primeiros e positivos para os últimos. O racismo nega a alteridade da população negra, fixando-a em estereótipos de inferioridade e maldade, desconsiderando suas diferenças individuais e impondo uma "marca do plural". Mencionam o conceito de "esquema epidérmico" de Frantz Fanon, que descreve o processo de estigmatização do negro, principalmente relacionado à cor da pele, aproximando-o da teoria do estigma de Erving Goffman. Destaca-se a

análise de Izildinha B. Nogueira sobre o corpo negro, evidenciando como as significações sobre esse corpo foram culturalmente formuladas, criando um repertório de inaceitabilidade e associando o corpo branco a atributos morais e intelectuais positivos. O texto adverte sobre a transformação da categoria "negro" em uma essência racializada, ignorando a diversidade, a memória histórica e o contexto social e cultural dos indivíduos (Fernandes; Souza, 2016).

A categorização do negro é uma tentativa de aprisioná-lo a uma alteridade forjada, a um lugar social que lhe impõe características de desacreditado. Ou seja, na relação social, a "marca" que lhe é impingida faz recair sobre ele um olhar de descrédito que impede que ele possa ser percebido pela totalidade de seus atributos e de forma individual. Nota-se que a identidade pessoal é subsumida à identidade social. O que faz com que o sujeito negro seja compreendido de acordo com a essencialização de seu grupo étnico-racial. Nas palavras de Edith Piza: "[...] o lugar do negro é o lugar de seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo" (Fernandes; Souza, 2016, p. 108).

Souza (2021) busca estabelecer um tipo específico de conhecimento: um "discurso do negro sobre o negro em relação à sua vida emocional" (p. 45). Souza enfatiza a importância desse discurso na (re)organização de uma identidade negra baseada no amor-próprio e na valorização da negritude. Ela enfatiza que "ser negro" não é uma condição pré-determinada. É um processo de tornar-se negro, que envolve descobrir e criar uma narrativa sobre si mesmo, uma linguagem que não existia anteriormente. A abordagem de Souza (2021) sobre o processo de subjetivação do "tornar-se negro" é profundamente enraizada na análise das experiências vividas por indivíduos negros em sociedades marcadas por estruturas raciais e opressões sistemáticas. Ela se concentra na construção da identidade negra, levando em consideração o contexto social, histórico e cultural que molda essa subjetividade. Souza argumenta que a subjetivação do "tornar-se negro" não é um processo individual isolado, mas sim uma experiência enraizada em relações de poder, estereótipos, preconceitos e hierarquias raciais que permeiam a sociedade. Ela examina como os indivíduos negros internalizam

e respondem a essas dinâmicas sociais, formando suas identidades dentro desse contexto.

Souza (2021) destaca a importância de compreender a negritude não apenas como uma categoria racial, mas como uma experiência multifacetada que é vivenciada de maneira singular por cada indivíduo. Ela explora as maneiras pelas quais os sujeitos negros constroem suas identidades, resistem às opressões e reivindicam suas histórias e culturas dentro de um ambiente social que muitas vezes marginaliza e subestima sua existência. Além disso, Souza critica a ideia de uma identidade negra fixa e homogênea, enfatizando a diversidade de vivências e trajetórias dentro da comunidade negra. Ela ressalta a importância de considerar a interseccionalidade de identidades, como gênero, classe social, orientação sexual, entre outras, que influenciam e moldam a experiência de ser negro

Souza (2021) ainda destaca a resistência, a resiliência e as estratégias de enfrentamento adotadas pelos indivíduos negros para reivindicar sua humanidade, desafiar estereótipos e redefinir narrativas sobre si mesmos e suas comunidades. Ela convida a uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais que perpetuam o racismo e sugere a necessidade de transformação dessas estruturas para alcançar uma sociedade mais igualitária e justa para todos.

Na sociedade, o indivíduo negro se depara com a pressão de se integrar através de valores e modelos de identificação brancos, vistos como a única maneira de alcançar reconhecimento e pertencimento social (Souza, 2021, p. 46). Ao perceber que ser tratado com respeito implica se assemelhar ao branco (Souza, 2021, p. 50), surge o desejo de adotar esses padrões para ser considerado igualmente humano, mesmo que isso signifique se distanciar de sua própria identidade racial. A busca por essa semelhança é muitas vezes feita por meio da ascensão social, já que o termo "branco" está associado a status econômico e social. No entanto, ceder a essas expectativas brancas resulta em um alto custo emocional para o indivíduo negro, envolvendo submissão e negação de sua identidade histórico-existencial.

De acordo com Souza (2021), os negros no Brasil são pressionados a adotar a "vestimenta do branco" para alcançar aceitação e inserção social. No entanto, salienta que o custo emocional para ser equiparado moralmente ao branco é muito alto, envolvendo uma negação dupla de si mesmos: como indivíduos e como parte de um grupo racial. Esta estratégia para lidar com a angústia resultante da discriminação racial, buscando ascensão individual como uma "exceção que confirma a regra", é enganosa, pois estipula um

"preço de reconhecimento" ao negro com base na intensidade da sua negação (Souza, 2021, p. 53).

A autora ainda discute como esses indivíduos se veem na imagem distorcida retratada pelo "mito negro", um discurso ilusório que nega a história para transformá-la em algo "natural", carregando todos os simbolismos negativos associados aos negros, que são vistos como "objeto da história" e são submetidos ao "complexo de inferioridade", reunindo todos os simbolismos pejorativos associados aos sujeitos negros capazes de "estruturar um espaço, feito de expectativas e exigências, ocupado e vivido pelo negro como objeto da história" (Souza, 2021, p. 55). Estes valores da ideologia do branqueamento são internalizados especialmente no contexto familiar, um ambiente crucial para a formação do sujeito e a introdução à linguagem e cultura, onde a branquitude é estabelecida como um valor.

Souza (2021) argumenta que a busca do Ego pela realização do Ideal do Ego, geralmente resulta em frustração, definindo na subjetividade negra uma busca impossível de concretização. Ela destaca que o Ideal do Ego para os negros, predominantemente constituído pelos padrões sociais, é de brancura, o que é inatingível para eles. Segundo a autora, este processo cria uma ferida narcísica que desencadeia efeitos psicológicos como culpa, inferioridade, defesa fóbica e depressão. Quando se depara com a impossibilidade de se tornar branco, a opção por um parceiro branco se torna uma tentativa fantasiosa de realizar o inalcançável Ideal do Ego através de uma relação afetivo-sexual. Esses processos sociais e subjetivos revelam a influência profunda do racismo e o sofrimento que ele gera em uma sociedade em que o padrão de beleza e a noção de realização estão ligados à brancura.

Através do processo de reconhecer-se como negro, o indivíduo afrodescendente liberta-se da negação de sua identidade, um efeito da tentativa de se ajustar a padrões brancos como uma forma de progredir. "O afrodescendente que adota o branco como seu Ideal de Ego causa uma ferida narcísica profunda e dilacerante, que, para ser curada, requer a construção de um novo Ideal de Ego" (Souza, 2021, p. 77). Ao rejeitar o Ideal de Ego branco e criar um novo Ideal de Ego através da valorização da identidade negra, o indivíduo negro busca "reconectar-se com sua história e reconstruir-se com base em suas próprias capacidades" (Souza, 2021, p. 46).

Para escapar das ilusões da suposta democracia racial no Brasil, onde busca se realizar como um "negro com alma branca", o sujeito afrodescendente deve se envolver em uma jornada de reconstrução pessoal, forjando uma identidade autêntica e própria (Souza, 2021, p. 116). A autora informa que a questão identitária é fundamental no debate sobre raça e nas

discussões políticas contemporâneas. Assim, Souza enxerga a identidade negra como uma construção histórico-existencial, percebendo-a como um processo contínuo de formação política e subjetiva.

Nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negróide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência [...] Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (Souza, 2021, p. 115).

Existem várias barreiras que impedem o avanço social dos negros, contribuindo para ampliar a distância entre sua identidade como indivíduos e como grupo. Resultado da sociedade escravocrata, a desigualdade racial que marginalizava os negros em relação às populações nacionais era mantida e fortalecida pelo preconceito racial, que sustentava a supremacia branca nas relações entre diferentes raças. Uma reação comum, originada da assimilação da imagem do negro construída pelo branco, é a aceitação tácita da inferioridade por parte dos negros, evitando confrontos diretos com os brancos. Essas respostas ao preconceito racial não apenas representavam obstáculos para a ascensão, mas também causavam danos à autoimagem dos negros, levando-os a avaliações depreciativas de si mesmos (Souza, 2021).

A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação (Souza, 2021, p. 23).

Arraigado em nossa estrutura social e presente no superego de pais e filhos, o mito negro, permeado por sua contingência, se coloca como um

desafio para todo negro que rejeita a submissão. Encarando-o de forma intensa e desconcertante, o negro se vê confrontado por um desafio complexo: compreendê-lo e anulá-lo. Assim como Édipo diante da esfinge, o desafio é apreender o conhecimento, desvendar o enigma e, assim, neutralizar o adversário para conquistar a liberdade. Este propósito é uma tarefa compartilhada entre negros e não-negros, uma vez que o mito negro é composto por imagens fantasmagóricas compartilhadas por ambos. É crucial para todos nós a construção de um mundo sem a divisão entre negros e brancos. No entanto, como a vítima da opressão, cabe ao negro liderar essa batalha, assumindo um papel ativo para alcançar uma verdadeira libertação. O mito negro se estabelece rompendo com uma das características do mito - a identificação - e impondo a marca do excepcional, do diferente (Souza, 2021).

CONCLUSÃO

Com o estudo ficaram claros os desafios e complexidades enfrentados por indivíduos negros que buscam alcançar uma posição social mais elevada dentro da estrutura da sociedade brasileira.

Os estigmas, preconceitos e as complexidades históricas, sociais, econômicas e culturais em relação aos negros no Brasil são legados do período colonial, persistindo ao longo da história do país. Embora o processo de redemocratização e suas influências na legislação sejam relativamente recentes, enfrentam diversos desafios em sua implementação.

É claro que o racismo, a discriminação e a exclusão ainda permeiam toda a sociedade brasileira, revelando-se de maneira ampla e profunda. O enfrentamento desses problemas exige uma reflexão extensa e contínua, um processo que se desenvolve gradualmente, ainda em estágios iniciais.

As ações afirmativas não apenas representam atos democráticos que reconhecem a diversidade cultural e buscam justiça social, mas também são formas de combater a discriminação e promover a interculturalidade. Ao reestruturar as representações e práticas sociais, essas ações convocam novos parâmetros de convivência e reconhecimento, buscando produzir resultados eficazes de forma consistente, sem depender exclusivamente de imposições normativas, mas sim pelo convencimento e conscientização.

Além de abordar a existência do racismo no Brasil e suas ramificações, as ações afirmativas visam a superar a exclusão social não apenas de aspecto étnico, mas também de gênero, especialmente no caso das mulheres negras. O Estatuto da Igualdade Racial é uma legislação

profunda, pois redefiniu a população brasileira, introduzindo o conceito de afro-brasileiro e tornando-o a base das ações afirmativas. Essa medida representa uma vitória significativa para os afrodescendentes, ao dar visibilidade à questão racial, proporcionar dados claros sobre a discriminação e instituir a participação ativa do Estado no combate à desigualdade de oportunidades e tratamento.

Ainda, o processo de ascensão social para os negros no Brasil é atravessado por múltiplos obstáculos, incluindo a persistência do racismo estrutural e a perpetuação de estereótipos e preconceitos enraizados na cultura e na história do país. Ao tentar avançar socialmente, os negros se deparam com barreiras sistêmicas que limitam suas oportunidades, criando um ambiente que desafia sua identidade e autoimagem.

A ascensão social muitas vezes exige dos negros um esforço adicional para superar as desigualdades, lutar contra a discriminação e se desvincular de estereótipos negativos. Nesse processo, eles enfrentam dilemas emocionais complexos, incluindo a necessidade de conciliar sua identidade cultural com as expectativas e normas sociais predominantes.

A busca por ascensão social pode gerar um conflito interno entre a identidade étnico-cultural e a pressão por assimilação em um sistema que frequentemente favorece os padrões eurocêntricos. Isso pode levar a uma fragmentação da identidade, à negação de raízes culturais e à adesão a modelos de sucesso social baseados em valores brancos e ocidentais.

No entanto, muitos negros em ascensão social buscam redefinir suas identidades de maneira positiva, resgatando e valorizando suas raízes culturais, promovendo a autoaceitação e contribuindo para a desconstrução de estereótipos e para a diversidade cultural.

Conseqüentemente, é fundamental reconhecer e desafiar as estruturas de poder e privilégios que perpetuam a desigualdade racial. Isso implica promover políticas inclusivas, garantir igualdade de oportunidades e criar um ambiente que valorize a diversidade étnico-cultural, permitindo que os negros em ascensão social possam alcançar seu pleno potencial sem comprometer sua identidade.

A abordagem de Neusa Silva Souza sobre a subjetividade do tornar-se negro é um convite à reflexão profunda sobre os processos individuais e coletivos de construção da identidade negra no contexto brasileiro. Sua obra revela a complexidade e os desafios enfrentados pelos negros ao se confrontarem com estereótipos, preconceitos e a necessidade de se afirmarem em uma sociedade marcada por uma estrutura racista e excludente.

Ao longo de sua análise, Neusa Silva Souza destaca a tentativa muitas vezes dolorosa de indivíduos negros de se inserirem em um padrão social que, historicamente, esteve associado à branquidão. Ela aponta para a ferida narcísica gerada por essa tentativa, evidenciando como a busca por um Ideal de Ego baseado em modelos brancos pode resultar em conflitos internos, sentimentos de inadequação e negação da própria identidade.

Sua abordagem ressalta a necessidade de um movimento de reconstrução identitária, no qual os negros se libertem desses padrões impostos, busquem novos referenciais e se afirmem enquanto sujeitos autênticos e reconhecidos em sua pluralidade. A obra de Neusa Silva Souza oferece não apenas uma análise crítica, mas também aponta para a urgência de um movimento coletivo de valorização e afirmação da identidade negra, colocando em evidência a importância da emancipação subjetiva como um passo crucial rumo à igualdade e justiça social.

REFERÊNCIAS

BAIRROS, Luiza. Desemprego: O Negro é o Primeiro que Sobra. Força de Trabalho e Emprego. SINE/SETRAS, Salvador, v. 10, n. 1, p. 55-60, jan./abr., 2003.

CUNHA, Olívia; GOMES, Flávio (org.) Quase-cidadão: antropologias e histórias do pós-emancipação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38 n°3, 450-464, Jul/Set. 2018.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, C. C. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 63, p. 103-120, 2016.
GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (org.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

PANTOJA, D. C.; RODRIGUES, E. C.; ABRANTES, D. S. S. O negro e o racismo no Brasil: Ênfase nas consequências psicológicas. Revista Arquivos Científicos (IMMES). Macapá, AP, v. 2, n. 2, p. 16-22, 2019.

PINSKY, Jaime. *A Escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 171p

CAPÍTULO 7

MARX, DURKHEIM E WEBER: REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS

Lucas Cavalcante de Lima

Bacharel em Direito (UFRN). Pós-graduado em Direito Constitucional (FEAD/IED), Direito Processual Civil (UNESA), Direito Penal (UCAM) e Segurança Pública (FFOCUS). Delegado de Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA) e Professor da Academia de Polícia Civil da PCPA.

RESUMO

A Sociologia é a ciência que estuda a sociedade e o comportamento humano em função da mesma e os processos que interligam os indivíduos em grupos. Para os mais entusiasmados estudiosos, ela é considerada para além de uma simples ciência teórica, tendo os estudos e resultados da mesma ligações diretamente com as atividades humanas, ou seja, com a vida prática. Durkheim, Marx e Weber colocaram diferentes visões de como o ser humano reage ao seu ambiente e natureza e como este encara sua realidade. A partir das reflexões desses autores será possível identificar e conhecer o objeto de estudo da Sociologia, no caso, o homem e sua natureza na qual convive, ao mesmo tempo em que será possível perceber as diferenças metodológicas entre eles.

PALAVRAS-CHAVE: Reflexões sociológicas. Marx. Durkheim. Weber.

KARL MARX

Karl Heinrich Marx (1818-1883) deixou claro em sua “Ideologia Alemã” que a ciência real começa na vida real (1984 p. 24). A intenção de Marx era contrapor a filosofia dominante que relegava a matéria a uma posição secundária no processo histórico. O idealismo alemão repousava na sensação, no imaginário da cognição humana, afastando-se da realidade. Por isso que ele defendia a *praxis*¹ (ou prática) ou materialismo ativo. Na

¹ Como destaca Etienne Balibar, “desde a filosofia grega, a práxis era ação livre, na qual o homem não realiza e não transforma nada, a não ser a si mesmo, procurando atingir a sua própria perfeição” (1995 p. 53). O sujeito é o sujeito prático ou o sujeito da prática; o sujeito não é outra coisa senão a prática (Ibidem, p. 37). “Somos e vivemos da forma como trabalhamos e produzimos nossa sobrevivência, pela práxis” (ROCHA: 2005 p. 99).

concepção materialista, a realidade não é entendida como autodeterminante, dotada de regras já postas que seguem uma linearidade interrompível. O mundo material é feito de coisas materiais, e para conhecê-lo não poderemos partir da crítica abstrata, da ideia absorta ou da consciência. O caminho é inverso. “Não é a consciência que determina a vida, é a vida² que determina a consciência” (Ibidem p. 23). A partir dessa premissa, Marx estabeleceu uma nova corrente filosófica que escolheu como elemento basilar da evolução histórica, o próprio homem. É cognominado materialismo para opor-se ao idealismo predominante segundo o qual, a história do homem é resultante da ordem das coisas como algo transcendente a ele. Para o marxismo não é a ideia que produz a realidade, é a realidade que produz as ideias.

Dessas constatações decorre a orientação metodológica que dirá ser necessário, para conhecer a verdadeira história da humanidade, estudá-la em conexão com a história da indústria e da troca (Ibidem p. 33). “A explicação sociológica marxista começa pela produção, pelo trabalho humano necessário à produção de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência dos homens” (ROCHA: 205 p. 98). É fato inconteste que para o homem pensar, refletir, criar ideias e forjar críticas seja necessário ele estar vivo! A máxima de Descartes “penso, logo existo” toma o caminho inverso, “existo, logo penso!” Ou seja, para a produção intelectual acontecer, primeiro o homem terá que satisfazer suas necessidades primeiras.

Em “A Ideologia Alemã”, a partir da página 31 encontramos a brilhante explicação para o caso apresentado. De forma sucinta e simplificada a ideia apresentada pelo intelectual alemão pretende esclarecer uma verdade que pode ser verificada por qualquer vivente dotado de um mínimo de raciocínio. Quais nossas necessidades primárias? Marx nos dirá: comer, beber, habitação, vestuário, reprodução (sexo), entre outras. Logo, “o primeiro ato histórico é a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material” (MARX; ENGELS: 1984 p. 31). “A primeira preocupação do homem é sobreviver materialmente” (ROCHA: 2005 p. 101). É a luta pela sobrevivência que motiva a ação do homem e esta, por sua vez, impulsiona o processo histórico. A organização da vida do indivíduo tomará parte na estrutura da sociedade em geral. Somente quando já tivermos atendido a essas exigências poderemos passar a resolver outras questões de naturezas diversas. Dessa forma é forjado o pensamento marxista: a estrutura (o sistema produtivo) determina a superestrutura (Lei, Direito, Estado, educação, etc.). Quer dizer, a base

² Vida aqui deve ser entendida (e essa era a intenção de Marx) enquanto vida material.

econômica determina a sua dimensão política, jurídica e ideológica. Um determinado modo de produção está ligado a uma fase social.

Como o sistema produtivo será composto por vários indivíduos, com responsabilidades, atribuições e, por consequência, poderes diferentes, a estrutura trará em si as marcas das relações antagônicas das posições ocupadas no modo de produção. Portanto, se a sobrevivência é uma necessidade primária e sempre presente no homem e se para satisfazê-la o primeiro ato histórico foi a produção material, deduz-se disso, que sempre existiu a desigualdade nas relações produtivas e, por extensão, a divisão em classes sociais e com ela a luta de classes. Marx, e nisso consiste a singularidade teórica, vai eleger esse fato como o motor da transformação social e da história da humanidade. Esta passa por estágios de desenvolvimento. O capitalismo, por exemplo, é mais uma etapa desse processo histórico. Esse movimento manifesta-se e progride por meio da dialética³, das oposições e da superação. O motor da história é a contradição.

A divisão do trabalho social ao mesmo tempo em que foi uma exigência coletiva, culminou na diferenciação dos agentes sociais quanto à função desempenhada no seio da sociedade. Assim surge a desigualdade como produto da divisão do trabalho. Para Marx, a divisão social do trabalho é a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil que diferem em ordem, gênero e variedade. Ele demonstrou “que a divisão do trabalho social sempre foi na essência, a exploração do trabalho humano por um grupo menor de indivíduos (ROCHA: 2005 p. 103). No Manifesto Comunista encontramos um breve histórico dessas formas produtivas que configuram esse regime de exploração do homem pelo homem. “A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS: 1998 p. 9).

Na sociedade moderna não é diferente. A burguesia e o proletariado rivalizam-se em suas ideias e objetivos, o que configura uma situação conflituosa (dialética). Ou seja, será inevitável a mudança. A queda daquela e o triunfo deste são igualmente inevitáveis. “A burguesia produz os seus próprios coveiros” (Ibidem p. 29). Quando isso acontecer mais uma fase do desenvolvimento humano terá chegado, o socialismo. Depois será substituído pelo comunismo, onde a propriedade e a produção serão coletivas, não haverá luta de classes e inexistirá o Estado, por não ser mais necessário. Porque, conforme Marx, o Estado é um instrumento de dominação através do

³ O termo dialético vem diretamente do grego *Dialekein*, que significa discutir. Expressa a luta de ideias contrárias. Num pensamento silogístico, atribuímos como elementos da dialética a tese, a antítese e a síntese.

qual, a vontade de uma minoria dominante é transformado em projeto da sociedade de forma geral. “As ideias dominantes de cada época sempre foram as ideias da classe dominante” (Ibidem p. 41). Esse sistema vicioso de dominação chagará ao fim com a revolução do proletariado, que se fortifica com o passar do tempo.

Quanto ao sistema jurídico, não seria novidade dizer que ele está determinado pela estrutura econômica e estar a serviço da lógica mercantil do Estado e de seus projetos políticos. Quer dizer, o direito é entendido como um instrumento de controle social pela permanência do *status quo*. “A lei e o direito vão perpetuar as formas de dominação e exploração da força de trabalho humano” (ROCHA: 2005 p. 137). Desta forma, a ordem jurídica age para legitimar as relações de desigualdade. Ela nasce da estrutura social (produção) refletindo sua essência. Se no comunismo houver o Direito então ele reservará para si o poder de manter as novas relações (de igualdade). O direito em si nem é reacionário nem revolucionário; nem mau nem bom. Ele nasce na sociedade com as características desta. O Direito que não emanar da sociedade perderá sua legitimidade (Ibidem p. 144).

ÈMILE DURKHEIM

Èmile Durkheim (1858-1917), sociólogo francês, é considerado um dos pais da sociologia moderna. Destacado positivista, engendrou sua teoria sobre a sociedade considerando-a como produto das leis sociais pré-existentes e subsistentes ao indivíduo. Ou seja, ele objetiva estudar o comportamento humano como resultado da unidade, da coletividade de seus componentes. O ser só terá atuação (será determinante) quando agir em grupo. Para entender o comportamento será preciso apreendê-lo no convívio social. Mais que simplesmente a exigência de um critério teórico, somente e quando em sociedade é que o ser humano poderá desenvolver toda sua potencialidade. Vê-se claramente uma importância dada ao coletivo, ao grupo por parte do pensamento durkheimiano. Nesse estágio, o homem passa por verdadeiro processo de sociabilização. “O homem é um animal que só se humaniza pela socialização” (OLIVEIRA: 2007 p. 233). E quanto ao pesquisador social, seu trabalho estará prejudicado caso não trate o ato (agir, pensar, ver) com imparcialidade nem o trate enquanto categoria sociológica do coletivo. “Quando, portanto, o sociólogo empreende a exploração de uma qualquer ordem de fatos sociais, deve esforçar-se por considerá-los sob um ângulo em que eles se apresentem isolados das suas manifestações individuais” (DURKHEIM: 1978 p. 109).

Na intenção de tratar os fatos sociais com objetividade, Durkheim vai classificá-los enquanto coisas que guardam em si qualidades consideradas distintivas. Porque nem todo fato pode ser considerado fato social, assim com nem todo fenômeno será qualificado enquanto fenômeno social. Os fatos sociais constituem maneiras de agir, pensar e sentir exteriores aos indivíduos, e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem. Nas suas próprias palavras, “é um fato social toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior”, ou ainda, “que é geral no conjunto de uma da sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (Ibidem p. 93). Pérsio Santos de Oliveira vai explicar em sua “Introdução à Sociologia” que os fatos sociais são considerados como coisas por constituírem algo com existência própria, objetiva, e que atua de forma coercitiva sobre o indivíduo (2007 p. 233).

A qualificação do objeto é decorrente da necessidade de adequação ao método proposto. Como é de uso o empirismo, a experimentação, faz-se necessário um objeto que se imponha à observação. Considerar os fatos sociais como “coisas” é dar-lhes caráter daquilo que se apresenta independente do querer alheio, pois se oferece, se impõe. Logo, não é totalmente correto afirmar que o objetivo da sociologia durkheimiana seja o estudo do comportamento social grupal. Mais acertadamente será dizer que o seu objeto é o comportamento social grupal que atendam aos requisitos de “coisificação”, quais sejam coercitividade, exterioridade e generalidade. Ao referir-se à primeira característica, o sociólogo francês afirma que “um fato social reconhece-se pelo seu poder de coação externa que exerça ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos.” (Ibidem p. 91).

Isso significa que sua manifestação independe das vontades individuais. Quando o homem chega num determinado grupo, numa determinada época e num determinado local, já encontra as regras sociais e morais às quais terá que segui-las, quer goste quer não, a favor ou contra ao seu querer particular. O que impera é a “consciência moral da sociedade”. Desta convenção já podemos perceber outra característica do fato social: a exterioridade. Conforme dito anteriormente, os fatos são coativos externamente porque exteriores ao indivíduo. As regras sociais são anteriores ao ser individualmente considerado, daí porque estão isentas de vontades particulares. Não se estuda as manifestações interiores do indivíduo, porque então não poderíamos falar de método sociológico, mas sim de estudos da psique num trabalho de investigação psicológica. E não podemos esquecer que Durkheim pretende “vender” a idéia de um método puramente

sociológico, com objeto próprio e metodologia definida e particular. Para completar as exigências quanto ao conceito ora em análise, deveremos expor o caráter da generalidade, decorrente do ato grupal. O comportamento esperado é aquele que se tornou comum para determinada sociedade. Sua repetição, exterioridade e coercitividade favoreceram uma sujeição da parte em relação ao todo.

O sujeito seguirá determinada conduta por causa também da generalidade do fato observado. A criança, por exemplo, será educada conforme os preceitos já definidos para aquele grupo, de forma que tais preceitos realizem-se por serem coercitivos, exteriores e gerais em relação ao ser que chega na sociedade já posta, que lhe é anterior e decerto lhe sucederá. O corpo social é mais duradouro que um componente seu, por isso deverá aquele sobrepor-se a este. Para tal fim, a sociedade dispõe de sistemas capazes de impregnar no indivíduo a consciência coletiva, quer seja por meio das instituições (a família, a escola, a igreja, o Estado) ou então pelas necessidades coletivas que o tornará receptível à estrutura social por princípios gerais de sobrevivência. O dito anteriormente, entretanto, não exclui a possibilidade de que o já estabelecido socialmente pela vontade geral não seja passível de alteração. O homem tem sim uma ação transformadora, desde que sua ação seja dentro e pelo grupo, porque “a consciência coletiva é fator determinante do comportamento social” (ROCHA: 2005 p. 53).

É de nosso interesse estudar também os conceitos de solidariedade e direito. Quanto ao primeiro, estaremos pensando a sociedade e sua economia em conjunto de inter-relações, pois *a priori* solidariedade tem haver com a participação do indivíduo na atividade produtiva. A produção individual que não traga benefícios ao corpo social não será útil e este indivíduo estará automaticamente excluído da sociedade haja vista não estar integrado ao sistema participativo da economia local. Vê-se, claramente, que Durkheim pretende demonstrar que a divisão social do trabalho torna o homem um ser sociável e útil ao grupo, no que resultará numa sociedade sadia, capaz de evitar os comportamentos anômicos. “Anomia significa o desvio e descumprimento, por parte dos indivíduos, de regras e normas (jurídicas ou extrajurídicas) que objetivam condutas desejáveis e esperadas em determinado grupo social” (Ibidem p. 65).

A partir do conceito de solidariedade, o pensamento durkheimiano entende que a sociedade humana passou por três estágios de desenvolvimento⁴. Na Barbárie não havia solidariedade porque também não

⁴ Essa idéia de desenvolvimento em estágios de evolução é uma evidência do positivismo na teoria de Durkheim. Este sociólogo fez, de certa forma, uma paródia do que Comte expôs em

havia divisão do trabalho social. Depois evoluímos para a solidariedade mecânica, onde se manifesta a primeira fase da divisão do trabalho, considerada um instrumento de sobrevivência. A esta época a sociedade era patriarcal, extremamente religiosa e com pouca mobilidade social. A educação era nuclear, familiar e fechada. O Direito dessa fase era muito rígido, com sanções imediatas, restringindo ao máximo a liberdade individual.

O Direito era, portanto, repressivo e a justiça retributiva. Seu principal objetivo era punir o infrator e indenizar a vítima. Pouca importância era dada às possíveis causas sociais do comportamento anômico, interessava mais agir repressivamente para, além de punir o culpado, executar uma sanção que servisse de exemplo para que nenhum outro ousasse burlar as regras socialmente estabelecidas nem a ordem existente. O Direito era, por fim, extremamente reacionário. Na sequência do desenvolvimento alcançamos a solidariedade orgânica, onde há extrema divisão do trabalho e acentuada especialização produtiva. A educação desloca-se para a escola e para o Estado. Associa-se a esse estágio o nascimento da sociedade moderna e industrial.

Nesta nova fase da humanidade, reina uma nova forma de Direito, o retributivo que efetivamente exerce uma justiça restauradora. Determinou-se que a punição do infrator e a indenização da vítima não solucionavam o problema antinômico. Fez-se necessário a atuação de um direito que entendesse as causas, as raízes das manifestações desviantes da sociedade e tratasse os criminosos e insurgentes na intenção de reintegrá-los ao seio social. Somente assim o Direito alcançará seu objetivo: cumprir o papel regulador e controlador da ordem legal como instrumento do exercício ordenador do Estado. Aqui já é possível falarmos em um sistema jurídico que não vise simplesmente à ação repressiva, mas concentre seus objetivos na ação preventiva e restauradora. Este conceito se aproxima do conceito que a ciência jurídica, modernamente, estabelece. Um direito compreensível que apresenta função não apenas reguladora, mas se mostra na prática como um instrumento de justiça.

MAX WEBER

Para o alemão Maximilian Carl Emil Weber (1864-1920), a “sociologia é uma ciência que pretende compreender interpretativamente a

seu Curso de Filosofia Positiva, “cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico, estado metafísico e estado positivo” (1978 p. 03).

ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (1991 p. 03). A sociologia weberiana pretende ser uma ciência compreensível do sentido interposto no relacionamento entre os agentes sociais. Mais que isso, destaca Cláudio Marques Martins Nogueira, a Ciência Social que Weber pretende exercitar é uma “Ciência da Realidade” (1999 p. 01). Para ele, a sociedade pode ser compreendida a partir do sentido manifesto no conjunto das ações individuais entendidas como ação social. O autor concebe o objeto da sociologia como, fundamentalmente, "a captação da relação de sentido" da ação humana.

A originalidade de Weber está em pensar a sociedade a partir de relações sociais determinadas por uma certa 'autonomia' dos agentes sociais, construindo o conceito de ação social como uma conduta pessoal determinada por objetivos específicos em relação ao outro (ROCHA: 2005 p. 79).

Uma ação social (incluindo omissão ou tolerância) é composta de ações individuais que se relacionam mutuamente. Como uma ação social se dá com referência a um comportamento (passado, presente ou esperado como futuro) de outrem (conhecido ou não), logo se estuda a conexão de sentido entre as partes complementares. Assim com Durkheim afirmou que nem todo fenômeno é um fenômeno social, Weber também dirá que nem todo tipo de ação é “ação social”. Se não houver, explica ele, uma relação de sentido na situação manifestada não poderemos dizer que o caso representa uma ação social. “Ação social significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando por este em seu curso” (WEBER: 1991 p. 03).

Percebe-se certa “autonomia” do indivíduo. Este age em perspectiva ao comportamento dos outros. Disto se conclui que o objetivo da Sociologia é compreender interpretativamente as ações orientadas por um sentido. Para Weber, a unidade compreensível portadora do sentido é o indivíduo. Mesmo que estudemos as instituições, deveremos, para compreendê-las, notar que elas são constituídas de indivíduos (Ibidem p. 09). Todo artefato somente pode ser interpretado e compreendido a partir do sentido que a ação humana proporcionou à sua produção e utilização. Sabendo disto, o pesquisador alcançará o objetivo proposto desde que siga os “passos” do método weberiano: observação, interpretação, compreensão e, por fim, explicação. Neste trabalho, o pesquisador não poderá alegar imparcialidade. Nisso, em

Weber, falamos de uma objetividade possível ao conhecimento das ciências sociais⁵. Nas palavras de Weber, “o conhecimento científico-cultural encontra-se preso a premissas ‘subjéticas’ [...] é indubitável que as idéias de valor são subjéticas [...] “não existe qualquer análise científica puramente ‘objetiva’ da vida cultural, ou dos fenômenos sociais” ([s.d.] p. 87-89). Não poderíamos falar em objetividade científica se o que elegemos como científico já é produto de uma subjetividade pessoal.

Para cientificar o estudo das ações sociais, o pensador alemão criou um instrumento de análise sociológica para o apreendimento da sociedade por parte do cientista social com o objetivo de criar tipologias puras. Para tanto ele introduz o conceito de tipo ideal, entendido como um recurso analítico estabelecido racionalmente conforme uma realidade hipotética, servindo como um guia no estudo da variedade de fenômenos que ocorrem na realidade real. Assim encontramos quatro tipos de ação social. São os seguintes: 1) Ação Social de modo racional referente a fins; 2) Ação Social de modo racional referente a valores; 3) Ação Social de modo afetivo; 4) Ação Social de modo tradicional. No primeiro caso, o comportamento do agente, planejado racionalmente, dá-se pelos meios definidos para alcançar fins desejados. Os fins pressupõem os meios. Na segunda categoria, a crença no valor-ético, estético, religioso guia a ação sem, *a priori*, preocupar-se com os resultados. Na terceira espécie, os afetos ou estados emocionais carregam o indivíduo de sentido compreensível. No modo tradicional, o costume arraigado é quem impulsiona a ação. A ação afetiva e a ação racional referente a valores apresentam diferenças quanto a elaboração consciente dos alvos últimos da ação e pela orientação consequente e planejada com referência a estes no caso da última.

Decorrente do conceito de ação social, Weber trabalha a conceituação de relação social. O autor escreve: “por relação social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência” (1991 p. 17). Pelo conceito a pouco referido, refletimos sobre o comportamento social. Este não é previsível nem probabilístico. Cada comportamento carrega sua significação, logo, não carregam em si um mesmo sentido.

Sobre a questão da ética protestante, o autor afirma que os valores éticos de uma sociedade que tem por base a religião protestante favorecerão o desenvolvimento do modo capitalista. A ética protestante é caracterizada

⁵ Na continuidade deste texto veremos que essa idéia vai de encontro às postulações de Auguste Comte e de Émile Durkheim, seus antecessores, que preconizavam uma objetividade absoluta.

pelos seguintes fatores: liberdade vigiada; contratualismo; mercantilização e secularismo. Consoante destaca José Manuel de Sacadura Rocha, a ética católica tradicional não guarda em si estes caracteres. Ela “de alguma forma conserva em seu imaginário moral fortes entraves à sociedade de livre mercado” (2005 p. 86).

Como a relação social é apenas uma probabilidade, os agentes sociais agirão à mercê dessas possibilidades de que as coisas venham a ser como esperadas. É mais subjetivo que determinado pela razão, certeza dos fatos, objetivamente esperados. Não encontramos essa postura na sociologia weberiana. Desta forma, o Direito, que entendemos enquanto um conjunto de normas harmônicas e, portanto, sistematicamente organizado, deve ser entendido como subjetivo. Weber diz que “uma ordem é encarada como Direito quando está garantida externamente pela probabilidade de coação (física ou psíquica) exercida por determinado quadro de pessoas cuja função específica consiste em forçar a observação dessa ordem ou castigar sua violação” (1991 p. 21). Ele diz ainda que a principal diferença entre convenção, costume e Direito é a existência do quadro coativo (Ibidem). O Direito, a despeito de ser subjetivo, é garantido, pois o cidadão legitima esse sistema. Com essa idéia o autor apresenta um direito que aponta para a liberdade e para a igualdade, condizente com o sistema democrático das sociedades modernas, ou ainda, “transmodernas”. A despeito disso, o Direito é garantido porque (e somente quando) está legitimado nos agentes sociais que, por sua vez, buscam no sistema jurídico benefícios para o presente e futuro. A discussão acerca do Direito em Weber é por demais importante e complexa. Será necessária uma pesquisa que vise especificamente trabalhar esta questão na teoria weberiana.

Weber trata também das três legitimações do domínio. Ele escreve: “há autoridade do ontem eterno; do dom da graça (carisma); finalmente, há o domínio em virtude da legalidade. Respectivamente, é o domínio do tradicional, é o domínio carismático, e o domínio exercido pelo moderno ‘servidor do Estado” (1982 p. 99). Na Dominação Tradicional o líder domina os indivíduos pela força da tradição. Na Dominação Carismática, o caso mais comum, o governante recebe de seus súditos um respeito e submissão incontestes. Na Dominação Racional Legal, há uma reciprocidade necessária entre Estado e cidadãos. O domínio carismático, conforme Weber é o mais corrente, pois fundamenta-se no personalismo. Não nos é estranho essa assertiva porque ela tem se manifestado na atual estrutura sociopolítica. Líderes têm criado toda uma personalidade pública que, às vezes, infelizmente, não condiz com sua personalidade individual. Essa é uma

questão que remete à antiga distinção entre a coisa pública e a coisa privada, só que não referente ao ser mas à sua ação. Decerto, o carisma ainda é um forte sistema de dominação ou, nos termos de Foucault, uma “tecnologia de controle.”

De forma ideal, mas alcançável, numa sociedade democrática, o povo deve se aproximar do sistema jurídico, de forma a dar-lhe legitimidade e, ao mesmo tempo, garantir a eficácia e efetividade do ordenamento vigente. No Estado moderno, a condição de racionalidade legal deve prevalecer para a concretização do ideal na ação social. Vale registrar que quanto mais legitimidade for atribuível a um ordenamento jurídico, mais garantido estará o direito estatuído pelo sistema. É uma relação recíproca entre sistema e seus componentes. O sentido de um e de outro se moldam a partir do comportamento alheio. Por isso que o comportamento é variado ainda que o mesmo sujeito esteja nas mesmas circunstâncias. Será variado porque o sentido do “outro” pode alterar o comportamento do referido. Mesmo com sentido já estabelecido na relação o resultado pode ser diverso do já apresentado na mesma situação, haja vista a volutividade da vontade e ação humanos. Por reconhecer essa dinâmica do pensamento e agir humanos, Weber conclui: “a autêntica tarefa das ciências sociais consiste numa perpétua caça a novos pontos de vista e construções conceituais” ([s.d.] p. 127).

DISTINÇÃO ENTRE OS MÉTODOS DE MARX, DURKHEIM E WEBER

A simples leitura das exposições anteriores já seria suficiente para percebermos as peculiaridades da cada autor trabalhado, estabelecendo as diferenças metodológicas entre eles. Logo, as palavras que se seguem são apenas a caráter de resumo. Lembremos, também, que a análise proposta neste simples trabalho não esgota as possibilidades de abordagem do tema, apenas objetiva fazer uma discussão introdutória do assunto. Para melhor encaminhamento da discussão nesse ponto, elegeremos, arbitrariamente, Max Weber para servir de apoio comparativo (ponto de referência) na comparação dos métodos dos três sociólogos que ora tratamos. Começemos com Weber e Karl Marx. Aquele teceu duras críticas à teoria marxista, em especial à sua pretensão de explicar a história pela dialética da luta de classes. Era muito difícil aceitar a idéia de que a realidade infinita pudesse ser explicada unicamente pelos fatores econômicos. No texto “A objetividade do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política” vamos encontrar referência direta à crítica weberiana à concepção marxista.

Quanto à chamada concepção materialista da história, é preciso repeli-la com a maior firmeza enquanto concepção do mundo ou encarada como denominador comum da explicação causal da realidade histórica. Atualmente, a chamada concepção materialista talvez subsista nas mentes dos leigos e diletantes ([s.d.] p. 84)

De início, é evidente que objeto da compreensão científica variará de um a outro pensador. Marx coloca no centro da observação sociológica a estrutura econômica. Nossas necessidades materiais exigirão sua satisfação, e isso através da produção material. Todas as demais relações sociais derivarão dessa premissa maior. Logo, se pretendemos entender a sociedade deveremos conhecer, primeiramente, suas relações produtivas (a estrutura), porque as demais (superestrutura) resultam daquela. Weber, diferentemente, elegerá a ação social como ponto inicial da observação científica. O comportamento do agente social referido ao sentido do comportamento de outrem guardará o significado geral das relações sociais. Parte-se, neste caso, do particular para o geral, tanto que se a intenção é estudar as instituições sociais dever-se-á entendê-las enquanto unidades portadoras de sentido. São elas compostas de pessoas capazes de estabelecer relações referenciadas em sentido interposto aos agentes ativos da sociedade. Em suma, enquanto o marxismo parte da estrutura econômica para a compreensão da superestrutura e, por consequência, do próprio indivíduo, o pensamento weberiano parte do indivíduo para compreender e explicar as demais ações e relações sociais.

Weber quer mostrar que o sentido interposto na ação e relação é de uma forma tão variada e complexa que o máximo que o cientista poderá alcançar é compreender uma pequena parte da realidade infinita. Por isso ele é crítico do materialismo histórico que entende a complexidade das relações humanas petrificadas no dogma da economia, como se o fator econômico fosse capaz de representar toda a infinita realidade. Prova da limitação do método marxista é a questão de que todo fato que não pode ser deduzido a partir de motivos econômicos, a concepção materialista da história rebaixa-o a fato acidental e cientificamente insignificante. Ou então amplia o conceito de economia para abarcar o dito fato (WEBER: [s.d.] p. 86). Ora, ainda que estivéssemos a tratar apenas da economia, os fatores puramente

econômicos ao conseguirem representar toda a realidade. Também deveriam ser levados em consideração os fenômenos “economicamente relevantes” e os “economicamente condicionados”. “Em nenhum domínio dos fenômenos culturais pode a redução unicamente a causas econômicas ser exaustiva” (Ibidem). Deveremos estudar a configuração real e da vida sociocultural que nos rodeia. Para isso, todos os fatores contam na hora da análise. Mas o ponto de partida, a unidade compreensível é o homem na ação social, no estabelecimento de sentidos reciprocamente condicionados.

Os marxistas explicam o desenvolvimento histórico como resultado da luta de classes. A sociologia compreensiva entende que o fazer histórico é condicionado pela relação orientada de sentido que se manifesta nas ações sociais. Ou seja, enquanto os primeiros atribuem ao coletivo a construção da história, evoluindo através da dialética, os weberianos enxergam a força e capacidade de transformação social no indivíduo. Este agente pode interferir no processo histórico através da ação referida a outrem, no estabelecimento do sentido recíproco. Não é uma atuação individualista, mas uma premissa que parte do individual ao geral. Em Marx encontramos a contraposição desta ideia quando o mesmo entende a realidade social como formada pelos fenômenos coletivos, daí porque falar em burguesia, proletariado e outras classificações que coloquem os homens para agirem em conjunto. Já essa compreensão não se confunde com a ideia de coletividade em Durkheim, como veremos mais a frente. O que importa é a ação do indivíduo numa categoria coletiva, mais especificamente agrupado em uma classe. A realidade social é conhecida, conforme o marxismo, pela dialética. Para Weber a compreensão da realidade se dá através da ação social.

No que tange à comparação entre Durkheim e Weber perceberemos, sem muitas dificuldades, que a principal diferença entre ambos está na ordem da análise científica. Para o alemão os passos para a pesquisa devem seguir a seguinte disposição: observação; interpretação; compreensão; explicação. Já o francês entende que sequência deve ser: observação; explicação, compreensão. Aparentemente não parece ser uma grande diferença, mas na prática haverá de ser. Outra distinção importante a se feita diz respeito ao objeto da observação nos métodos weberiano e durkheimiano. Naquele, o objeto é ação social. Neste, o objeto é o fato social, entendido como o fenômeno social coercitivo que tem em si três características: exterioridade, coercitividade e generalidade. Enquanto Weber quer trabalhar com a ação dotada de sentido pela relação recíproca do indivíduo, Durkheim quer apontar

para a estabilidade e uniformidade do fato social. Aquele acredita na variedade e infinitude dos fenômenos.

O outro pensador prega que os fatos sociais são invariáveis exatamente porque regidos por regras fixas da natureza. O agente transformador da história conforme este pensador é o homem quando agindo em grupo. Weber dará certa autonomia ao agente social, reconhecendo no indivíduo uma força de ação capaz de dotá-la de sentido e referido a outrem nas transformações sociais. Se para Weber a variedade dos sentidos não permitirá o conhecimento antecipado dos fenômenos sociais, Durkheim dirá que pelo conhecimento prévio das regras já existentes no seio social será possível fazer previsões, haja vista essas ações não estarem a mercê da subjetividade individual.

Os fatos sociais têm existência própria, externa aos indivíduos. Conhecê-los através da identificação das regras já impostas à vontade do indivíduo, permitirá o conhecimento objetivo. Durkheim defende uma objetividade na pesquisa que prega ser necessária a imparcialidade do pesquisador. Weber dirá que isso é impossível porque todo conhecimento está impregnado de premissas subjetivas. Além disso, o método durkheimiano pretende ser puramente sociológico. O outro pensador dirá que é importante a utilização de todos os recursos para a compreensão da ação social. É claro que Weber também procurará um estudo objetivo, mas trata-se de uma objetividade possível. Através da criação do tipo ideal, o sociólogo alemão quis cientificar o estudo da manifestação idealística para entender na realidade como verdadeiramente acontece. Agora passemos ao estudo comparativo entre Marx e Durkheim.

Se Marx assegura que não é possível compreender nenhum fenômeno da natureza se o encararmos isoladamente, Durkheim dirá que é possível sim. Para este pensador, o objeto a ser estudado é aquele que se adéqua ao conceito de fato social, e este entendido como “coisa”. É claro que o fato gestou-se nas relações sociais, mas para estudá-lo não é preciso referi-lo a outrem. Deve-se separar o objeto dos outros fenômenos que não correspondem ao conceito de fato social. E é a análise desses fatos que possibilitará ao pesquisador social conhecer e explicar as relações sociais e o próprio desenvolvimento histórico, enquanto para Marx esse conhecimento só seria alcançado pela compreensão da luta de classes. Este pensador elegeu como cerne de sua teoria o próprio homem, dando a este um potencial para provocar as mudanças e, assim, construir evolutivamente a história. E como já expusemos anteriormente, na concepção durkheimiana, os fatos

acontecem seguindo uma ordem invariável das regras pré-estabelecidas. A ordem das coisas é tida como algo transcendente ao homem. Este, para o pensador alemão, é o motor das transformações sociais, mas para Durkheim apenas o homem em grupo e agindo em grupo poderá intervir na ordem das coisas. Individualmente, será neutro para influenciar apesar de ser constantemente influenciado. Entretanto, Marx também compreende que o homem coletivamente organizado tem sua força reivindicatória aumentada. Por isso ele vai terminar o texto do Manifesto Comunista com o imperativo: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (p. 65).

Outro ponto importante a ser destacado, diz respeito à relação entre indivíduo e sociedade. Para Durkheim, a sociedade sobrepõe-se ao indivíduo e lhe impõe suas regras gerais, a despeito da vontade do indivíduo isoladamente considerado. Este terá que se submeter às determinações exteriores, coercitivas e gerais, não lhe cabendo exercer qualquer papel revolucionário na sociedade. Marx dirá o contrário, o indivíduo sobrepõe-se ao coletivo e deve revolucionar toda vez que as estruturas estabelecidas legitimem as relações de desigualdade entre as classes sociais. Os autores vão se distanciar também quando à concepção de divisão social do trabalho. A professora Érica de Cássia Oliveira Caetano, explica muito bem este ponto:

[...] para Durkheim a divisão social do trabalho, irá ocupar o papel da Igreja, do Estado e das demais instituições sociais, na função de integrar o indivíduo ao corpo social, promovendo a coesão na sociedade, levando-a ao progresso. Isto, por meio da especialização de funções que cria uma interdependência entre os indivíduos. Para Marx, a divisão do trabalho gera uma relação de exploração da classe burguesa sobre o proletariado, promovendo a sua alienação, por meio da propriedade privada dos meios de produção. Neste caso, a alternativa para a classe proletária será promover uma revolução capaz de solucionar os antagonismos sociais, eliminando a sociedade de classes ([s.d.] p. 13).

As diferenças aqui apontadas não esgotam as possibilidades de abordagens. Muitas outras comparações poderão ser feitas, graças à amplitude e significância do assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto nas páginas anteriores, conclui-se que os pensadores abordados neste trabalho contribuíram de forma incontestável para a compreensão do fenômeno social. Nenhuma das abordagens pode ser prescindível. Cada autor escolheu seu objeto e método de pesquisa, mas o objetivo era o mesmo: estudar a sociedade. Vale lembrar que Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber foram contemporâneos, apesar de suas produções não o serem totalmente. Quando Marx morreu, em 1883, por exemplo, Weber estava com dezenove anos de idade e, portanto, é mais provável que este tenha conhecido a teoria daquele que o contrário. O certo é que não podemos dispensar as discussões desses estudiosos se pretendemos entender a sociedade em seu processo de construção histórica.

Não podemos, entretanto, limitar-se à catalogação das idéias dos que ousaram pensar e escrever sobre os fenômenos sociais. Devemos também refletir sobre nossa própria sociedade quando então poderemos participar ativamente na construção das idéias. E como construir uma idéia? Weber dá a resposta: “Entusiasmo e trabalho, e acima de tudo ambos em conjunto, é que criam a idéia” (1982b, p. 162).

REFERÊNCIAS

BALIBAR, Étienne. **A Filosofia de Marx**. (tradução Lucy Magalhães). – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CAETANO, Érica de Cássia Oliveira. **A divisão do trabalho: uma análise comparativa das teorias de Karl Marx e Émile Durkheim**. [s.l.;s.n.], [s.d.].

Disponível

em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC.NOME_ARQU I20060410095823.pdf>. Acesso em: 30 out. 2008.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 3-39. (os pensadores).

DURKHEIM, Émile. **As regras do Método Sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 87-157. (os pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. (tradução Maria Lucia). 17 ed. – Rio de Janeiro: paz e terra, 1998. (coleção leitura).

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Considerações sobre a sociologia de Max Weber**. Artigo publicado no Caderno de Filosofia e Ciências Humanas – Unicentro Newton Paiva, Ano VIII, nº 13 – Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <<http://www.sociologia1.hpg.ig.com.br/textos/weber.htm>>. Acesso em: 30 out. 2008.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. (série Brasil) – 25ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2007. [Volume Único].

ROCHA, José Manuel de sacadura. **Fundamentos e Fronteiras da Sociologia Jurídica**. (os clássicos). São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2005.

WEB: www.culturabrasil.pro.br/weber.htm. Acesso em: 30 out. 2008.

WEBER, Marx. **A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política**. IN.: Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, [s.d.].

_____. **A Política Como Vocação**. IN.: Ensaios de Sociologia. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **A Ciência Como Vocação**. IN.: Ensaios de Sociologia. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **Conceitos Sociológicos Fundamentais.** IN.: Economia e Sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

CAPÍTULO 8

TRIBUNAL MULTIPORTAS: MEDIAÇÃO NA DEMANDA FAMILIAR NO PÓS-PANDEMIA

Adriana Pereira de Araújo

Pós-Graduada em Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor,
Pós-Graduada em Processo Civil com ênfase em Empreendedorismo,
Pós-Graduada em Mediação e Gestão de Conflitos,
Mediadora no TJRJ,
Graduada em Direito,
Cabo Frio-RJ.

RESUMO

O trabalho constitui um breve estudo sobre a teoria do Sistema Multiportas idealizado pelo professor Frank Sander, que foi um dos pioneiros no campo de resolução de conflitos. O objetivo é elencar os principais pontos acerca dos métodos alternativos e adequados de solução de conflitos, com ênfase na mediação, que se revelam uma resposta adequada para a solução de controvérsia principalmente nas questões familiares. O assunto será delimitado ao sistema multiportas, conflito na perspectiva da mediação, regulamentação normativa no Brasil, mediação no contexto familiar. Pretende-se buscar os conceitos, evolução histórica. Busca-se ainda, analisar o instituto da mediação como meio de resolução de conflitos, que envolve uma terceira parte imparcial para mediar o conflito. Para tal, foi realizado levantamento bibliográfico de livros, artigos publicados por psicólogos, mediadores, livros sobre mediação de conflito no âmbito familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Multiportas, Conflito, Mediação, Demandas Familiares.

INTRODUÇÃO

A criação do sistema multiportas rompe com a cultura da judicialização, para que haja mudança nesse paradigma, é necessário que a

solução de conflito deixe de ser judicial, e que haja envolvimento das partes pela busca do consenso.

Nos últimos anos muito se tem falado sobre o Sistema Multiportas, instituto idealizado por Frank Sander¹, em Havard em 1976. Foi diante de inúmeros casos na corte americana, que foi lançado o conceito de Tribunal Multiportas, os chamados métodos alternativos ou adequados de resolução de conflitos. Em suma o professor Frank Sander apresenta os cinco critérios para classificar os conflitos: natureza do litígio, relação entre os oponentes, a quantidade da disputa, o custo e a velocidade.

A mediação está intimamente ligada a um tipo de negociação, é, também, se não principalmente, uma via de acesso à cidadania, e ao preparar o sujeito para gerir seus conflitos, assegura a participação e a pluralidade na busca por soluções justas para os mesmos.

O instituto não se esgota na formalização de um acordo: ela busca auxiliar a parte, através da restauração da comunicação e do exercício da alteridade, entretanto não pode ser vista simplesmente como um meio de resolução de conflitos alternativo ao Poder Judiciário.

No Preâmbulo da Constituição Federal do Brasil de 1988, fala da observância da “Solução Pacífica de Controvérsia”, o Art. 5º. Incisos XXXV e LXXVII busca por soluções que visam encontrar métodos eficazes para os julgamentos e desburocratização dos processos.

No Direito Brasileiro o marco inicial sobre mediação foi a Resolução de nº. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que dispôs sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, em seguida tivemos a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil – Lei 13.105, de 16 de março de 2015, ainda no mesmo ano tivemos a Lei de Mediação - 13.140, de 26 de junho de 2015, e em 1º de setembro de 2016, tivemos alteração do Código de Ética e Disciplina da OAB, que no inciso V do artigo 2º, estabelece que é dever do advogado estimular, a qualquer tempo, a conciliação e a mediação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios.

Existem muitos processos pendentes de julgamento, inúmeros problemas nas relações consumerista, empresarial, nas relações continuadas, principalmente no âmbito familiar. É importante lembrar que

¹Sander, Frank EA. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Frank_Sander. Acesso em 28 set. 2023.

conflitos familiares são comuns, devido os sentimentos e laços envolvidos, e não resta dúvida que a melhor forma de resolvê-los pode ser a via através da mediação.

O objetivo do presente trabalho é a de oferecer contribuições a cerca do sistema multiportas, a compreensão da importância das formas adequadas de solução de conflitos, sob a égide da Resolução 125/2010 do CNJ, Código de Processo Civil de 2002 e Lei de Mediação nº. 13.140/15, e por fim também tem como objetivo demonstrar que a mediação é uma importante forma de resolução de conflitos, principalmente nas demandas familiares. A mediação contribui atendendo as necessidades das pessoas envolvidas e satisfazendo a todos, pela cultura de paz e por fim a busca da pacificação social.

O presente trabalho foi estruturado com o objetivo de analisar a contribuição da mediação nas relações continuadas com ênfase na Mediação Familiar, o processo de regulamentação por meio de legislações, buscando estimular o debate e a reflexão do impacto da prática da mediação em conflitos familiares.

TRIBUNAL MULTIPORTAS

A história da mediação está intimamente ligada ao movimento de acesso à justiça iniciado ainda na década de 70, época que o Tribunal Multiportas foi desenvolvido pelo professor de direito de Harvard Frank Sander, na intenção de ampliar o acesso a justiça americana. A ideia inicial era examinar as diferentes formas de resolução de conflitos: mediação, arbitragem, negociação e ar“med-arb”².

O sistema multiportas teve impacto, influência direta e abriu muitas portas para a mediação, para que seja conhecida não só nos EUA, mas no mundo inteiro.

A depender do tipo da demanda, o sistema judicial seria a última porta a bater, o último recurso a se utilizar, ou seja, esse sistema nos diz que existem alternativas para que as pessoas tenham acesso à solução de seus conflitos e isso depende da vontade das partes e do potencial de cada conflito.

²O conceito foi apresentado na palestra de abertura da Pound Conference, em 1976, em Saint Paul, Minnessota, conforme explica Frank Sander em: Diálogos entre os professores Frank Sander e Mariana Hernandez Crespo: explorando a evolução do Tribunal Multiportas, CRESPO, Maria Hernandez. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, p. 32.

Tem-se ainda entendido que o Tribunal Multiportas através dos meios consensuais, como a mediação pode se dá com a participação direta das próprias partes interessadas, que conhecem melhor do que ninguém suas peculiaridades, suas necessidades e suas possibilidades, e somente elas poderão dar solução mais adequada ao conflito instalado.

Os métodos autocompositivos de resolução de conflito se diferenciam em seus procedimentos, em relação aos envolvidos e sobretudo na pacificação social. Enquanto a mediação é uma forma consensual de solução de conflitos na qual um terceiro imparcial denominado mediador, facilita a comunicação entre as partes auxiliando-as na busca de uma solução construída por elas. O mediador facilita o diálogo para que os litigantes construam, com autonomia e solidariedade, a melhor solução para o problema, visando o consenso.

A mediação veio para trazer essa oportunidade a todas as pessoas.

Em suma o Sistema Multiportas pode ser visto como um modelo alternativo para solução de conflitos que prevê a integração de diversas formas de resolução dos litígios, sendo judiciais ou extrajudiciais.

Nesse contexto, o acesso à justiça adquire uma concepção ética, axiológica, valorativa, e em sentido material, a palavra “justiça” refere-se ao valor justiça³. Por isso, Kazuo Watanabe indica que deve ser grafado com a inicial minúscula, para deixar claro que não se trata de acessar apenas o Poder Judiciário⁴, mas à juridicidade como um todo.

CONFLITO NA PERSPECTIVA DA MEDIAÇÃO

O conflito é inerente às relações humanas, entretanto não é um obstáculo à paz. O conflito pode ser definido como um processo ou estado em que duas ou mais pessoas divergem sobre um tema de interesse comum, isso porque cada pessoa é única, têm experiências, percepções, objetivos, crenças, sentimentos diferentes.

Lidamos com o conflito de modo diferente, têm pessoas que os evitam a qualquer custo, outras negam tê-los, e há aqueles que acham que lida bem. Nossa dificuldade com o conflito vem em parte da forma como o definimos e vemos, muitas vezes o vemos como uma situação de ganhar-perde. Se víssemos o conflito como uma oportunidade de crescimento

³ SILVA, José Afonso da. Acesso à Justiça e cidadania. In: Poder constituinte e poder popular: estudos sobre a Constituição. São Paulo: Malheiros Editores, 2000, p. 150.

⁴ WATANABE, Kazuo. Sobre o conteúdo do livro. In: Acesso à ordem jurídica justa: conceito atualizado de acesso à justiça, processos coletivos e outros estudos. Op. cit., p. XIII

pessoal ou profissional, teríamos mais chance de resolver a situação antes de acontecer.

Para Cândido Rangel Dinamarco, o conflito pode ser entendido como “a situação existente entre dias ou mais pessoas ou grupos, caracterizado pela pretensão a um bem ou situação da vida e impossibilidade de obtê-lo⁵”.

Para lidar apropriadamente com o conflito deve-se ser capaz de desenvolver uma comunicação não violenta, construtiva, de acordo com William Ury, antropólogo e mediador, co-fundador do Harvard’s Program on Negotiation, no livro “Como Chegar ao Sim com Você Mesmo”.

No calor no conflito, é fácil se perder em ressentimentos do passado ou em preocupações com o futuro. O desafio é fazer o oposto e viver o presente, a única condição em que é possível experimentar a verdadeira satisfação e também mudar a situação para melhor⁶.

Conflitos surgirão, mas com a mentalidade e competência certa o conflito, quando bem conduzido, pode resultar em mudanças positivas e novas oportunidades de ganho mútuo.

REGULAMENTAÇÃO NORMATIVA DA MEDIAÇÃO NO BRASIL

Os meios alternativos de solução de conflito incentivam o rompimento de uma cultura voltada para os litígios e, ao mesmo tempo, promove a aproximação com os métodos de resolução pacífica de conflitos.

No Preâmbulo da Constituição Federal do Brasil de 1988⁷, tem-se a observância da “Solução Pacífica de Controvérsia”, o Art. 5º. Incisos XXXV e LXXVII visa a busca por soluções que visam encontrar métodos eficazes para os julgamentos e desburocratização dos processos, e um dos marcos mais importantes no Direito Brasileiro sobre mediação é a Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça⁸ - CNJ, que dispôs sobre a política pública para tratamento adequado dos conflitos de

⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil, v. 1. 7. Ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 120-121.

⁶ URY, William. Como chegar ao sim com você mesmo. Rio de Janeiro: Ed. Sextante. 2015. P. 13.

⁷BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 set. 2023.

⁸Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/Resolucao_n_125-GP.pdf. Acesso em 10 out. 2023.

interesses no âmbito do Poder Judiciário, reconhecendo o papel dos conciliadores e mediadores.

Em seguida tivemos a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil⁹ - Lei 13.105, de 16 de março de 2015 que estimula as partes e procuradores a buscarem a autocomposição, seja por meio da conciliação ou mediação, conforme previsto nos artigos 3º. § 3, 139, V, 154 § único, 165 a 175, 319, VII, 334, 359, 694 a 696.

O Novo Código de Processo Civil enfatiza que o conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, enquanto a mediação deverá ser preferencialmente ser adotada em relações marcadas por um vínculo entre as partes, vínculos continuados, onde as próprias partes podem construir melhor acordo satisfatório para ambos.

Ainda no mesmo ano foi sancionada a Lei de Mediação¹⁰ - Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, em agosto de 2016 foi aprovada na I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Conflitos, promovido pelo Conselho da Justiça Federal¹¹ o Enunciado 24 sugerindo que as faculdades de direito projeto de extensão destinado a mediação, conciliação e arbitragem, Enunciado 24: “Sugere-se que as faculdades de direito instituem disciplinas autônomas e obrigatórias e projetos de extensão destinados à mediação, à conciliação e à arbitragem, nos termos dos Artigo 2º, § 1º, VIII, e 8º, ambos da Resolução CNE/CES n. 9, de 29 de setembro de 2004”.

Ainda, no mesmo ano tivemos em 1º de setembro alteração do Código de Ética e Disciplina da OAB¹², que no inciso VI do artigo 2º, estabelece que é dever do advogado estimular, a qualquer tempo, a conciliação e a mediação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios.

Tem-se se percebido que estamos caminhando para quebra de paradigmas, em 2018, o Ministério da Educação, por meio do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR,

⁹Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 10 out. 2023.

¹⁰Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em 10 out. 2023.

¹¹Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/prevencao-e-solucao-extrajudicial-de-litigios>. Acesso em 10 out. 2023.

¹²RODAS, Sérgio. Revista Consultor Jurídico, 19 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-abr-19/entrada-vigor-codigo-etica-oab-adiada-setembro>. Acesso em: 10 out. 2023.

através RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018¹³, inseriu a recomendação do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, nos termos do art. 4, inciso VI: “desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos”.

No que tange a mediação, no artigo 2 da Lei 13.140/2015, é importante os princípios que norteiam o instituto, sendo eles: imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, oralidade, confidencialidade, informalidade, autonomia da vontade das partes, busca do consenso, confidencialidade, e, boa-fé, não competitividade, poder de decisão das partes.

O mediador desempenha inúmeros papéis, utiliza técnicas que promovem o restabelecimento de diálogos, promove reflexão sobre o futuro, e permite que as partes sejam protagonistas se sua própria história.

MEDIAÇÃO FAMILIAR

Partindo da análise do direito de família, a mediação tem ganhado notoriedade. Logo aplicação de métodos de solução de conflitos como a mediação, tem sido ferramenta para a resolução de conflitos familiares.

Os conflitos familiares são comuns, e na época do isolamento, em decorrência da pandemia do Covid-19, foi revelado um aumento do número de demandas familiares.

Nesse contexto é possível entrar em consenso? O caminho mais buscado é a mediação.

A vantagem desse procedimento é levar à compreensão do conflito e também fazer com que um possa escutar o outro. A mediação se mostra vantajosa, principalmente nos conflitos familiares por ser uma prática mais acessível, informal, que facilita a comunicação, levando em consideração o melhor interesse das partes envolvidas, lembrando que o conflito relacionado ao divórcio, divisão de bens, guarda de filhos, dentre outros é um momento desgastante para a família, e o que busca através de mediação no âmbito familiar é diminuir conflitos advindo da ruptura do casal.

A capacidade de transformar relações e resolver disputas pontuais depende da comunicação construtiva. Um conflito levado à mediação pode levar de 2 horas até 3 (três) meses, tudo vai depender do tipo de conflito, da

¹³ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104111-rces005-18/file>. Acesso em: 15 out. 2023.

cooperação das partes envolvidas, se estão dispostos a resolver as questões e a elaborar soluções que atendam suas necessidades.

Na II Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Conflitos, promovido pelo Conselho da Justiça Federal, ampliou a utilização das soluções extrajudiciais, aprovados enunciados incentivando a mediação como solução de conflitos. O Enunciado 223: “Em conflitos familiares a mediação, combinada com outros meios, deve ser incentivada, para que as partes diminuam eventual animosidade, contemplando também a objetividade para a solução dos conflitos”.

Quando falamos de mediação, a sessão pode ser presencial ou on-line, e a modalidade on-line, a partir do Novo Código de Processo Civil ganhou um protagonismo diferente.

Durante o isolamento no período da pandemia do Covid-19 a mediação se tornou uma ferramenta importante para a resolução de conflitos, principalmente no âmbito familiar, permitindo que o outro visualize o conflito sobre outra ótica, sem julgamento, permite a cooperação mútua.

Na II Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Conflitos, foi aprovado o Enunciado 189 que trata a mediação como uma ferramenta importante nas soluções de conflitos nas crises decorrente da pandemia. “Diante da crise decorrente da pandemia da Covid-19, a mediação apresenta-se como meio adequado no enfrentamento das múltiplas contendas a ela relacionadas”.

Quando o conflito familiar é administrado por meio da mediação ele sempre tende a ter um viés de resolução mais construtivo.

O foco da mediação familiar recai sobremaneira no sentimento e nas emoções, no futuro das relações que almejam a saúde da família, para um momento após a mediação.

Portanto a mediação no âmbito familiar tem se mostrado uma ferramenta poderosa onde os participantes são verdadeiros protagonistas, não apenas porque eles que decidem pela utilização ou não da mediação, mas porque são eles que constroem a decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema Sistema Multiportas é absolutamente relevante para a vida em sociedade, não só por ser uma forma de reduzir o número de demanda no Judiciário, mas também por oferecer às partes meios efetivo de solução de conflitos e assegurar o acesso à justiça de forma mais ampla, com várias opções e alternativas de solucionar seus próprios conflitos.

Um dos marcos mais importantes no Direito Brasileiro é a Resolução nº. 125, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que dispôs sobre a política pública para tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, reconhecendo o papel dos conciliadores e mediadores.

Em razões de política social fizeram com que o tema fosse discutido como política nacional, e viesse também previsto no Código Processo Civil de 2002, e no mesmo ano foi editada a Lei de Mediação nº. 13.140/15, contribuindo para o mundo jurídico, incentivando a cultura de paz e; por fim a busca da pacificação social.

A mediação é um mecanismo de solução de conflitos, no qual um terceiro imparcial e com capacitação adequada facilita a comunicação entre as partes, restabelece diálogo, permite que as partes se tornem protagonista da sua própria história.

O estudo dos meios alternativos de solução de conflito é tão importante para mudança de paradigma que o Ministério da Educação, por meio do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, através RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018 inseriu a recomendação do domínio das formas consensuais de composição de conflitos nos cursos de graduação em Direito, para que os novos profissionais estejam familiarizados com os institutos do Sistema Multiportas.

Portanto, a partir do marco legal no Brasil a mediação passa a ser pelo ordenamento jurídico brasileiro, também como uma forma de acesso à justiça e pacificação social, em virtude de poder se aplicada em vários ramos do direito, bem como na comunidade, na área de saúde, na escola, na administração pública, e principalmente nas relações continuadas, como no ramo do direito de família.

Nesse contexto, os meios alternativos de solução de conflito, e em especial a mediação vieram para transformar comportamento, permitir olhar sob outro ponto de vista, quebrando barreira e construindo pontes entre pessoas e relações, e a mediação pode ser vista como o meio mais adequado para a autocomposição.

Por fim, como resposta ao problema de pesquisa, a mediação é indicada e pode ser utilizada como um método de resolução de conflitos, em especial em demandas pós-pandemia, e principalmente nas demandas de famílias. A mediação pode ser vista como ferramenta que agiliza, flexibiliza as partes resolverem seus conflitos.

REFERÊNCIAS

Sander, Frank EA. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Frank_Sander. Acesso em 28 set. 2023.

CRESPO, Mariana Hernandez; SANDER, Frank. Diálogo entre os Professores Frank Sander e Mariana Hernandez Crespo: explorando a evolução do Tribunal Multiportas. In: ALMEIDA, Rafael Alves; ALMEIDA, Tania; CRESPO, Mariana Hernandez. Tribunal Multiportas: Investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 32.

SILVA, José Afonso da. Acesso à Justiça e cidadania. In: Poder constituinte e poder popular: estudos sobre a Constituição. São Paulo: Malheiros Editores, 2000, p. 150.

WATANABE, Kazuo. Sobre o conteúdo do livro. In: Acesso à ordem jurídica justa: conceito atualizado de acesso à justiça, processos coletivos e outros estudos. Op. cit., p. XIII.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil, v. 1. 7. Ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 120-121.

URY, William. Como chegar ao sim com você mesmo. Rio de Janeiro: Sextante. 2015. P. 13.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 29 out. 2023.

Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/Resolucao_n_125-GP.pdf. Acesso em 10 out.2023.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 10 out. 2023.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em 10 fev. 2023.

Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/prevencao-e-solucao-extrajudicial-de-litigios>. Acesso em: 10 out. 2023.

Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-abr-19/entrada-vigor-codigo-etica-oab-adiada-setembro>. Acesso em 10 out. 2023.

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104111-rces005-18/file>. Acesso em 15 out. 2023.

CAPÍTULO 9

A PRÁTICA DOCENTE E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Arielma Nunes Ferreira Picanço

Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Administração Educacional (2007). Especialista em Docência do Ensino Superior IESAP (2008).

Especialista em Gestão Escolar IPBEX (2014). Especialista em Educação Especial e Educação Inclusiva (2014). Especialista em Transtorno do Espectro Autista: Inclusão Escolar e Social (2022). Especialista em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo (ABA) Faculdade Líbano (2023) em curso. Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (2018).

Atualmente Professora no Núcleo de Formação Continuada NUFOC/CRH/SEED e Pedagoga no Núcleo de Ensino Especial NEES/SEED servidora Pertencente ao Quadro Efetivo de Pessoal do Governo do Estado do Amapá.

RESUMO

O presente artigo vem propiciar uma análise dos direitos que circundam a vida em sociedade de indivíduos surdos, assim como discorrer da realidade das práticas inclusivas, tendo como o tema “A inclusão de Alunos Surdos no Primeiro Ano do Ensino Fundamental”. Desta forma, vem retratando abordagens referentes a este contexto, numa perspectiva histórica, metodológica, estadual e educacional. A histórica, através de seus registros e memórias apresenta a situação excludente, discriminatória, e preconceituosa aos quais os surdos sofreram, sem direito a educação. Eles eram colocados em manicômios, internatos e centros especiais para os “diferentes”, pois era assim que eles eram taxados; após séculos de exclusão a luta pela extinção do preconceito começa a tomar forma na sociedade brasileira, surgida a partir da década de 80, através de iniciativas

de grupos e organizações que defendiam a igualdade de direito a todo e qualquer pessoa, ganhando força em 1991 com a publicação da resolução nº. 45/91 que tinha como enfoque principal “a sociedade inclusiva”. Todavia a comunidade dos surdos ao longo do tempo conseguiu significativos avanços e conquistas, se comparado as décadas que antecederam os anos 80. Dentre estes, podem ser citados a normatização da Língua de Sinais e a resolução CNE/CEB nº. 2 que instituem Diretrizes e Bases Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação de surdos. Educação especial. Língua de sinais.

INTRODUÇÃO

A escolha do referido tema surgiu da observação em escolas de crianças surdas inclusas na rede regular de ensino. Assim, a motivação então da pesquisa seria voltada para a verificação de como vem ocorrendo o processo de inclusão de alunos surdos no Primeiro Ano do Ensino Fundamental. Com isso, os objetivos propostos vem ser a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa, do processo de inclusão, se ele ocorre ou como ocorre; bem como, a análise da estrutura física escolar, os recursos disponíveis, a qualificação profissional, as metodologias empregadas no processo ensino e aprendizagem, como se dá a comunicação entre alunos surdos e ouvintes e vice-versa e a observação da relação socioafetiva entre todos os membros da comunidade.

Neste sentido, foi realizado uma comparação teórico-prática, com bases em leis, documentos e ações educativas que envolvem a inclusão, para verificar se de fato, estão sendo executadas conforme os documentos e práticas norteadoras.

Sendo assim, a proposta da realização de tal pesquisa, além do que já foi citado, visa apresentar aos leitores em geral a realidade de uma escola pública que não é diferente da realidade de outras escolas de Macapá, a respeito do tema abordado; assim como, promover a reflexão e a sensibilização destes, no que se refere as diversidades existentes em uma sociedade.

A opção em trabalhar a pesquisa com o enfoque voltado para o Primeiro Ano do ensino fundamental, se deu por conta da importância do processo de alfabetização; por ser uma etapa crucial no desenvolvimento do

indivíduo, enquanto base de fortalecimento das práticas sociais, dentro ou fora do ambiente escolar; e com os alunos surdos, pelo fato do mundo gestual, do “bale” das mãos e das expressões faciais causar-nos admiração, chamando-nos atenção quanto a descoberta do papel do educador no universo da inclusão.

Neste contexto, a metodologia empregada para verificação de todos os aspectos já mencionados se constitui de uma abordagem qualitativa, mediante o processo indutivo em que os instrumentos metodológicos estavam atrelados a uma análise documental, onde também foram utilizados questionários e entrevistas para coleta de dados.

Portanto, o tema em questão será abordado mediante dois fatores: visão histórica na educação do surdo no Brasil e a prática da inclusão dos alunos surdos na escola do Amapá. Assim, o primeiro fator retrata o processo histórico dos surdos no Brasil, como eram visto pela sociedade da época em quais foram os meios em que eles usaram para tentar modificar o contexto ao qual passavam, vale lembrar que foram séculos de exclusão e segregação, nos quais os direitos fundamentais do cidadão eram lhes negado. Apresentou-se ao longo do tempo práticas utilizadas para viabilizar a comunicação dos surdos, dentre essas as citadas foram: método oral, língua de sinais, comunicação total e bilinguismo.

A partir dessa problemática foi que surgiu a Inclusão, para que se não acabar, pelo menos minimizar as práticas de exclusão que vinham assolando o país, vale ressaltar nesse sentido, que os movimentos educacionais populares ajudaram muito para que se avançassem as questões da igualdade e do respeito à diversidade. Assim como vem relatando as políticas que estão sendo desenvolvidas no Estado, ou seja, como estão ocorrendo os programas de ação e estruturação da educação especial em nível de Estado do Amapá, desde o ano de 1971 até os dias atuais. Focaliza, além disso, o número de alunos surdos atendidos no Estado, o número de professores e o número de escolas que realizam o atendimento de pessoas com necessidades educativas especiais na rede pública de ensino.

Com tudo, o último fator vem expor a prática da inclusão dos alunos nas escolas do Estado do Amapá, com base em pesquisas, observações e comparações legais, partindo de uma ótica geral, dos princípios, instrumentos e práticas referentes ao contexto educacional inclusivo. Apresentado no decorrer do trabalho os resultados pertinentes as pesquisas realizadas.

VISÃO HISTÓRICA NA EDUCAÇÃO DO SURDO NO BRASIL

A história do surdo no Brasil apresenta-se em diferentes faces, desde o preconceito total até a conquista de alguns direitos juntos a sociedade, sendo assim, durante antiguidade (4.000 a.C. a 476) e por quase toda a Idade Média (476 a 1453) os surdos eram considerados retardados, incapazes, seres sem pensamentos, não educáveis, imprestáveis, amaldiçoados, pobres coitados e sem vida própria, ou seja, eram totalmente discriminados, desrespeitados e sem direito algum a sociedade. Além disso, os casos de extermínio (infanticídio), exorcismos e prisões eram muito praticados para com as pessoas surdas; quando não, eram mantidos em internatos, orfanatos e manicômios com uma educação totalmente segregadora.

Diante disto, somente no fim da Idade Média é que começa a preocupação com a educação para surdos, ou seja, surgem os primeiros trabalhos no sentido de educar a criança surda; inicialmente realizados em centros, escolas especiais, particulares entidades filantrópicas.

Em 1825, chegou ao Brasil o professor surdo francês Ernest Huet, trazido pelo imperador D. Pedro II, para iniciar um trabalho educacional de duas crianças surdas, com bolsas de estudo pagas pelo Governo. Foi ainda D. Pedro II que com a Lei nº. 839, de 26 de setembro de 1857, fundou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos sob influência do professor H. Huet acima citado. Cem anos após sua fundação, a Instituição passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), pela Lei nº. 3.198, de 06 de julho; o presente instituto na época utilizava a Língua de Sinais.

O atendimento feito pelo Instituto Nacional de Surdos era precário segundo Mazzotta (1996, p. 27), eram atendidos apenas 17 surdos, sendo que na época havia um contingente de 11.595 surdos. Apesar disso, esse e outros Institutos tiveram o mérito de realizar em 1883, o I Congresso de Instrução Pública, que abriu a discussão da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais no país.

Em consequência há vários congressos e reivindicações de pedagogos e grupos de surdos contra a exclusão, o Governo Federal iniciou várias campanhas voltadas especificamente para as pessoas com deficiência. A primeira a ser intitulada foi a Campanha para a Educação Surdo Brasileiro (CESB), pelo Decreto Federal nº. 42.728, de 03 de dezembro de 1957, que tinha por finalidade “promover, por todos os meios a seu alcance,

as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo Território Nacional” (decreto nº. 42.728/57, art. 2).

Além disso, acredita-se que essas iniciativas, somadas as expressões de entidades públicas e filantrópicas, como APAE e Pestalozzi, foram essenciais para a inclusão de um Capítulo sobre a educação de excepcionais na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. No texto dessa Lei os dois Artigos que tratam da educação dos excepcionais (termo utilizado na época) são:

Art. 88º - a educação de excepcionais deve, no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89º - toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação e relativo a educação de excepcionais receberá dois poderes públicos tratamento especial mediante bolsa de estudo, empréstimos e subvenções. No entanto, o direito a educação e a obrigatoriedade escolar presente na LDB de 1961, não foi praticada universalmente pelos órgãos competentes, em contrapartida, emendas e leis posteriores vieram e uma mudança prática no sentido de inclusão não surgiu concretamente.

O momento que legitima o atendimento educacional especializado no Brasil ocorreu dia 05 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Nova Carta Constitucional Brasileira, no título VII, da Ordem Social, Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, que em seu artigo 208, inciso III, prevê o “*o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino*”.

Dando prosseguimento na história de conquistas e retrocessos na educação especial, é pertinente ressaltar a atuação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394 de 20 de outubro de 1996, que após oito anos de intensa discussão no congresso nacional, foi sancionado, pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Nesta, merece destaque os artigos 58, 59 e 60 que tratam da Educação Especial:

Art. 58 Entende-se por educação especial para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para os educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas

dos alunos, não for possível e sua integração nas classes comuns no ensino regular.

§3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender às suas necessidades;

II- Terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados;

III- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV- Educação especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelam capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino regular.

Art. 60 Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às Instituições previstas neste artigo.

A presente Lei reafirma a preferência do atendimento aos PNEEs (portadores de necessidades educativas especiais) na rede regular de ensino, sendo deveres do Estado e da Educação Pública.

Depois de cinco anos de criação da LDB 9.394/96, foi aprovado na Câmara de Educação Básica o Conselho Nacional de Educação a resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001 que instituiu Diretrizes Nacionais

para Educação Especial na Educação Básica. Ressaltando os principais artigos:

Art. 1º - A presente resolução institui as Diretrizes Nacionais para educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Art. 2º - Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Art. 3º - Por educação especial, modalidade de educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educando que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Art. 12 Os sistemas de ensino nos termos da Lei 10.098\2000 e da Lei 10.172\2001 devem assegurar acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

Art. 18 Cabe aos sistemas de ensino estabelecer normas para o funcionamento de suas escolas, a fim de que essas tenham suficientes condições para elaborar seu projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados, conforme previsto no artigo 59 da LDB e com bases nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior, cursos de licenciatura de graduação plena.

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Para desenvolver a Inclusão faz-se necessário compreender as três formas de linguagem utilizados pelos alunos surdos.

MÉTODO ORAL

O Método Oral é considerado uma filosofia educacional que propicia o ensino da língua oral, visando a integração do surdo na sociedade ouvinte, onde o desenvolvimento da fala é típico como essencial e única forma de comunicação.

LÍNGUA DE SINAIS

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) teve suas primeiras origens na França, a partir de 1.760 por religiosos franceses, que assim deram início as bases sistemáticas dessa língua, pois precisavam se comunicar com pessoas surdas no trabalho que desenvolviam, criando sinais principalmente para o grupo de palavras mais usuais. No entanto, foi Sicard o primeiro registrar essa sistematização em dicionários de língua de sinais.

COMUNICAÇÃO TOTAL

A comunicação Total é a filosofia que prima pelo sucesso do processo comunicativo entre surdos e entre surdos e ouvintes, assim como, procura-se com a compreensão e aprendizagem da língua oral, mas sempre destinando uma grande parcela de importância aos aspectos sociais, emocionais e cognitivas da criança surda; em que o emprego de recursos – visuais são tidos como facilitadores do processo de comunicação.

A PRÁTICA DA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS DO ESTADO DO AMAPÁ

A efetivação da pesquisa referente à inclusão de alunos surdos no Primeiro Ano do ensino fundamental, ocorreu em uma instituição escolar pública municipal, onde foram realizadas pesquisas e observações à respeito e aspectos como: infraestrutura, profissionais qualificados, recursos didáticos, metodologias, legalidade, relação socioafetiva escola/família, postura dos trabalhos da educação, a importância da escola como um todo destina ao processo de inclusão e por fim, a acessibilidade.

O contexto da observação e pesquisa deu-se através de questionários abertos e entrevistas com a devida participação de gestores, professores da classe regular e da educação especial, orientadores, supervisores, alunos e familiares.

No tocante na infraestrutura encontrada pode-se verificar que no local, as salas de aula são razoavelmente adequadas quanto ao tamanho, mas tornam-se pequenas para o número de alunos por sala, uma média de 36 a 40 alunos por turma; a sala de apoio é pequena demais para a realização de uma intervenção mais efetiva com os alunos como por exemplo a realização de brincadeiras, danças, teatro, musicais e outros; fato confirmado pelas professoras de apoio-educação especial. Outro aspecto a ser citado diz respeito a falta do sinal luminoso nas salas, para indicar o momento do lanche, entrada ou saída; além do que não tem um horário de recreação ou mesmo intervalo para os alunos e professores.

Ainda nesse contexto, a identificação dos respectivos ambientes não estão sinalizados em LIBRAS.

Segundo o MEC (2006, p. 71):

A surdes é uma experiência visual que trás aos surdos a possibilidade de construir sua subjetividade por meio de experiências cognitivo-linguísticas diversas, mediadas por formas alternativas de comunicação simbólica, que encontram na língua de sinais, seu principal meio de comunicação.

Desta forma, este aspecto elencado não foi percebido no ambiente escolar.

A política inclusiva perpassa por vários processos que visam assumir tal relevância, e um desses processos é a qualificação de profissionais para atuarem com a diversidade existente no meio educacional; respaldado nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (Res. CNG nº. 02/2001); quanto a este ponto pesquisado, pode-se perceber que no quantitativo de entrevistados, apenas 2% deste contingente possuíam cursos e especializações na área de educação especial e LIBRAS.

Assim, a deficiência de profissionais qualificados naquele educandário, dificulta a plena comunicação, interação, diagnóstico e conseqüentemente a aprendizagem de alunos surdos.

A respeito do que foi exposto, os professores alegaram que os recursos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED),

contemplam uma minoria dos trabalhadores da educação e, quando acontecem poucas vezes chega aos conhecimentos dos interessados.

As metodologias desenvolvidas na sala de apoio, segundo as educadoras, são voltadas para a alfabetização e LIBRAS por meio de jogos adaptados, fichas ilustrativas, livros em LIBRAS, atividades diversificadas e estímulo a estimulação facial. Sendo pertinente salientar que o apoio especializado consiste em um trabalho de complementação curricular, que visa o enriquecimento das atividades já desenvolvidas em sala de aula, para as quais o aluno surdo apresenta maiores dificuldades, havendo assim, a necessidade de um trabalho mais aprofundado e em conjunto com um professor da classe comum, não só para realizar planejamentos, mas também para auxiliá-lo no seu fazer pedagógico diário com os alunos.

A cerca da integração e auxílio entre os professores da classe especial e comum para a realização de planejamentos, projetos, trocas de experiências e ação educativa; não foram percebidos durante o período de observação e muito menos nas salas dos referidos profissionais. Acarretando com isso, o uso de metodologias não favoráveis do educador para com os alunos surdos, não por falta de compromisso, e sim pela falta de orientação de práticas inclusivas em sala de aula. Dessa forma, observou-se a leitura, o ditado, a apresentação, a exposição dialógica, a realização de atividades de ficção, dinâmicas, trabalhos em grupos, dentre outros; sem uma mediação que se fizesse entender para o surdo, isso de uma forma geral.

Ouve casos em que o aluno surdo oralizava fazia leitura de lábios, facilitando a compreensão e acompanhamento da aula. Outro caso foi a ajuda do irmão da criança em todo momento em sala de aula; onde ele realizava vários gestos informais para que o faça entender. Segundo essa linha, Powell (1992, p. 88) expõe a importância do irmão parceiro, ressaltando que “Demorou muito tempo para que se reconhecesse que irmãos e irmãs de crianças com necessidades educacionais especiais são importantes no quadro total do desenvolvimento humano”.

Em relato realizado pelo próprio irmão, do caso a pouco citado, pode ser percebido que este é a ponte de comunicação tanto na escola como na família. Disse o mesmo “*Quando dá, vou para sala de apoio junto com minha irmã para aprender a Língua de Sinais e ensinar a meus pais*”.

É pertinente, comentar que a avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem e, para que seja realizada da melhor forma possível, é preciso que haja um bom preparo técnico e grande capacidade de observação por parte dos profissionais envolvidos.

Na avaliação da aprendizagem, o professor não deve permitir que os resultados das provas periódicas, geralmente de caráter classificatório, sejam supervalorizados em detrimento de suas observações diárias, de caráter diagnóstico. O professor que trabalha numa dinamizar interativa tem noção ao longo de todo ano, a participação e da produtividade de cada aluno. É preciso deixar claro que a prova é somente uma formalidade do sistema escola. (MEC, 2006. p. 107)

Referente à avaliação, o que pode ser observado é que devido à falta de preparação dos professores da classe regular para com os alunos surdos, muitas vezes ocorre uma avaliação superficial e equivocada. Assim, o grande prejudicado é o aluno; pois, se o educador não souber quais os pontos do conflito, que geram fracasso escolar, como este ajudará para que o aluno tenha um melhor desempenho? Além do mais, como este professor sondara se o aluno tem condições ou não de ir para o Ano seguinte?

Estes questionamentos nos fazem perceber a importância de se ter profissionais qualificados e preparados na rede regular de ensino, já que a ele cabe o papel de refletir a cerca dos avanços e dificuldades dos alunos surdos e, assim realizar com êxito e segurança a tarefa de avaliar.

Quanto a participação dos familiares na escola, o que pode se perceber foi uma grande maioria de colaboradores e parceiros; contribuindo com atividades extras e intraescolar; interessando-se com a aprendizagem do educando, trocando informações, realizando trabalhos de melhorias para a escola, entre outros.

Para Ramos (1988) e Prado (1990),

...o papel da família estável é oferecer um campo de treinamento seguro no qual as crianças possam aprender a ser mais humanas, a amar, a formar uma personalidade única, a desenvolver sua autoimagem e a relacionar-se com a sociedade mais ampla e imutável, da qual e para a qual nascem.

De acordo com esta abordagem, a família consciente e participativa no processo global, que perpassa a educação de seu filho, é fator de grande relevância para o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos.

Nesta perspectiva, os poucos familiares que se fazem ausente do contexto escolar pesquisado, estão prejudicando não a si mesmo, mas aos filhos que necessitam desse acompanhamento.

Assim, a escola tem por finalidade estreitar cada vez mais esta relação escola-família, por meio de ações diversas e viáveis ao fortalecimento do trabalho em conjunto; sanando com o tempo as dificuldades encontradas. Para tanto, os educadores, como mediadores de todo o processo educacional, precisam tomar consciência dessa nova postura, ou seja, dominar técnicas, métodos, metodologias, realizar projetos, saber usar a tecnologia, promover o respeito, a compreensão, a solidariedade, a justiça, ter responsabilidade e muitos outros conhecimentos.

Agora não se trata somente de saber o que fazer, mais como o profissional pode refletir sobre sua conduta, e agir de forma mais ética. É importante que, mais do que conhecer estas competências, o trabalho tenha compreensão sobre elas, e queira adotá-las. Vontade, neste caso, é tudo. Perceba que as companhias éticas estão interligadas, sendo aplicadas a todas as áreas da vida. Elas são imprescindíveis, pois dizem respeito aos problemas sociais que enfrentamos diariamente. São, então, nossa contribuição a sociedade, (CARNEIRO, 2003, p. 31).

De acordo com o exposto, o que se percebeu em relação à postura dos profissionais de educação daquele ambiente pesquisado. Foi a prática que já caminha para este fazer inclusivo, principalmente na questão do respeito e da valorização da diversidade; vislumbrando uma cidadania para todos.

Com base em todos os parâmetros que envolvem o processo de inclusão, tais como: política administrativa, organização dos espaços escolares (número de alunos por sala de aula, número de alunos inclusos por sala de aula), capacitação dos professores de forma contínua, acessibilidade arquitetônica, parcerias com os sistemas de saúde, sociais e jurídicos; bem como, a promoção da igualdade, liberdade e suas derivações; não são estratégicas a se resolver do dia para a noite e, sim como um processo a médio prazo, que deve ser constituído por toda sociedade e com o apoio do poder público, federal, estadual e municipal. Estas adaptações políticas, e práticas alencadas, têm o propósito de se concluir com êxito, segundo expectativas da ONU, por volta do ano de 2010, constituindo de fato e de direito uma sociedade para todos.

É notório, que as mudanças apesar de serem lentas e graduais, começam a ganhar forças nos últimos tempos, mais precisamente na década

de 90. Sendo assim, as escolas do Estado do Amapá já demonstram interesse e algumas práticas pertinentes quanto a inclusão de alunos surdos, tendo em parte a consciência da importância dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi pesquisado e dos dados que foram coletados, constatou-se que algumas ações educativas, ambiente escolar (comunicação e relação socioafetiva), recursos didáticos, metodologias e profissionais capacitados, constituem-se em requisitos básicos para a real efetivação do processo de inclusão; o que no contexto educacional ainda necessita de algumas adequações para o acolhimento e recebimento satisfatório da criança surda.

Assim, o que se aborda teoricamente quanto às ações educativas, metodologias ou práticas pedagógicas; em muitas situações não condizem com a necessidade do aluno surdo, pois os professores no ensino regular, em sua maioria, não encontram-se amparados pedagogicamente para a mediação do conhecimento do aluno, o que resulta em planejamentos e práticas pedagógicas que não contemplam essa clientela, favorecendo o não acompanhamento e entendimento desse educando aos conteúdos programáticos estabelecidos.

Já o ambiente escolar encontrado, sempre se mostrou disposto a caminhar junto com o que rege as documentações legais, no que diz respeito a comunicação e a relação sócio-afetiva, privilegiando a interação do aluno surdo com as demais crianças ouvintes sem discriminação; bem como, o processo de comunicação dos surdos com toda comunidade escolar, em que a percepção obtida detectou que estes, em sua maioria, não demonstravam dificuldades em se fazer entender e vice-versa; resultando na aprendizagem por partes dos colegas, de alguns sinais e expressões faciais que constituem a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Assim, a relação socioafetiva, destaca-se no contexto escolar pesquisado; onde apesar das dificuldades diárias, tanto os profissionais quanto os colegas de turma, apresentavam-se sempre dispostos e interessados em ajudar e acolher a criança surda em suas necessidades.

Quanto a estrutura física, foram encontrados aspectos que favoreciam a circulação do aluno surdo pelo ambiente. Porém, também se observou pontos, já citados anteriormente, que não condizem com o que ditam os documentos oficiais; dentre eles: a falta de sinalizadores luminosos

nas salas de aula, a não indicação em LIBRAS dos ambientes, o excessivo número de alunos por sala e o tamanho reduzido da sala de apoio.

Ainda se falando de inclusão e dos desafios encontrados para sua concretização, pôde-se compreender que incluir não é simplesmente integrar uma pessoa em ambientes destinados à sua educação, lazer, saúde ou trabalho; vai muito além desse contexto. Incluir implica no acolhimento de todos os autores envolvidos no processo, sem distinção de suas características; assim como, adquirir a percepção de que as pessoas são seres singulares, diferentes uns dos outros e, portanto, sem condições de serem selecionados por categorias.

Ao se falar em recursos e metodologias aplicadas, constatou-se em alguns casos, a preocupação dos professores em adequar seus materiais didáticos e sua prática pedagógica às necessidades dos alunos surdos; em que para estes não eram destinados um planejamento específico, mas sim um planejamento que possibilitasse a integração no desenvolvimento da aprendizagem em conjunto com toda a turma. Para isso, jogos adaptados, alfabeto ilustrado e outros, perfaziam os instrumentos da práxis de alguns profissionais comprometidos com a efetivação do processo de inclusão.

No entanto, outra vertente também foi se salientando acerca desse contexto; pois, a maioria dos professores do ensino regular das escolas pesquisadas, não se acham suficientemente preparados para oferecer ao alunado especial as mesmas condições educacionais que são oferecidas aos alunos considerados “normais”. Assim, a maneira como estes professores atuam irá influenciar ou até determinar o sucesso ou não dos objetivos do ensino e dos ideais da inclusão.

Por outro lado, os educadores do ensino especial que possuem uma especialização, não interagem em conjunto com os professores do ensino regular; o que dificulta a comunicação e conseqüentemente todo o processo que envolve o fazer pedagógico dentro dessas Instituições; além da não detenção de todos os meios que viabilizem a inclusão.

Então, conforme todo o universo pesquisado e comentado, compreende-se que inclusão sugere a quebra de paradigmas; em que a reformulação do sistema de ensino, seria primordial para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o atendimento, o acesso e a permanência do aluno especial na escola regular, sejam direitos garantidos a todos.

Todavia o que se observa são as dificuldades advindas dos administradores, equipes pedagógicas e professores na compreensão dos comportamentos e limitações manifestados pelas crianças surdas; o que ainda se constitui de obstáculo para a conquista de uma escola inclusiva.

Contudo, consideramos que a inclusão ainda é um processo a ser construído, haja visto que as práticas e ações executadas na maioria das escolas não contemplam de maneira total o processo que visa à aprendizagem e as potencialidades dos educandos; em que se faz necessário a formulação e execução de políticas públicas inclusivas que estejam voltadas para o apoio a família, a escola, a criança e ao professor desde a sua formação. Apesar de muitas conquistas comprovadas historicamente, é fundamental manter um olhar esperançoso e buscar soluções que garantam a igualdade de oportunidade e a plena participação dos alunos surdos na vida escolar e social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Projeto inclusão: manual informativo sobre inclusão. 1. ed. São Paulo: Didática Paulista, 2004.

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10520, agosto, 2002.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. APAE. 2004.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL. Ministério Público Federal. O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2003.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Como você deve comportar-se diante de uma pessoa com deficiência. Folheto. [s.n, s.d.].

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, [s.d].

CICCONE, M. Comunicação Total. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CONGRESSO MUNDIAL. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática na área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CAMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001- Seção 1 E, p. 39-40.

FERNANDES, E. (Org.). QUADROS, R. Muller... [et al.] Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

MEC. Secretaria de Educação Especial/SEESP. Saberes e Práticas da Inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. Série: Saberes e Práticas da inclusão. Brasília: MEC, 2006.

MOURA. M. C. (Org.) Língua de Sinais e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Série Neuropsicológica, 1993.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasília, 2000.

ROCHA, S. Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/96: emenda à constituição nºs 11 e 14 de 1996 e Lei nº 9424 de 1996. Brasília: Senado Federal, 1998.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (Org). Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas, São Paulo: Cortes, 2006.

SENAC. Transversalidade e inclusão. desafios para o educador. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2003. 208.p.

SOARES, M. A. L. A educação do surdo no Brasil. São Paulo: Autores associados.

CAPÍTULO 10

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS PARA O FAZER PEDAGÓGICO

Silvia Gomes Correia

Doutora em Educação pela Unimep. Atualmente é professora do Instituto Federal do Amapá- Campi/ Macapá.

Ana Luiza Dutra

Musicista, Bacharel em Direito e Especialista em Direito civil.

RESUMO

O processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica vem assinalando nos últimos anos alguns preceitos legais, epistemológicos, práticos e metodológicos com maior fundamentos no que tange organizar ações educativas que visem atender de forma igualitária e equitativa os alunos. Neste artigo, buscamos alguns referenciais teóricos que nos auxiliem na compreensão de se promover uma estreita relação articulação entre a educação geral e a educação especial. Concluímos que diante das atuais políticas educacionais, corroborar com as discussões sobre a educação como direito humano e no reconhecimento de que a educação envolve um ambiente cultural e comunitário onde as políticas afirmativas devem ser ampliadas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Educação Especial: Política De Educação Especial.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma temática que não está restrita ao ensino no contexto da escola regular, na qual deve ser oferecido, sempre que possível, serviço de apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais. Em princípio, ela diz respeito também a instituições de educação especial ainda existentes e a unidades de atendimento especializado,

localizadas fora da escola, além de abranger a relação entre esses âmbitos. Ao debater um assunto tão em pauta, convém assinalar que o termo inclusão abrange uma série de aproximações temáticas que tratam de identidades, diferenças e da busca de compreensão do nosso modo de viver e viver com o outro.

Nas últimas décadas, essa questão tem recebido um destaque na agenda educacional brasileira e faz parte da tentativa de suplantar concepções de deficiência estabelecidas ao longo da história do homem que, por longos tempos, excluíram aqueles que mais necessitavam de atenção, seja por uma visão de estrutura social hierárquica e segregatória, seja por uma concepção de superioridade racial.

O termo 'inclusão' remete também ao sentido antagônico, que é a 'exclusão'. O verbo incluir vem do latim *includere* e significa colocar algo ou alguém dentro de um espaço, entrar num lugar até então fechado. O termo cada vez mais vem sendo utilizado não apenas para questões das necessidades educacionais especiais, como também para construir discursos de acessibilidade a quaisquer indivíduos que estejam excluídos de determinados espaços e situações (fala-se hoje, por exemplo, em inclusão digital, econômica). Assim, o uso da palavra pode se referir tanto especificamente às pessoas com deficiência quanto a atitudes de inclusão relativas a outras situações observadas em nossa sociedade (CURY, 2014; SILVA; CARVALHO, 2012; FONSECA, FREITAS, NEGREIROS, 2018; BARBOSA, 2019).

Do ponto de vista histórico, por um longo período, determinadas deficiências foram consideradas praticamente como sinônimo de castigo. De acordo com relatos do período da Inquisição e, posteriormente, na Reforma Protestante, as pessoas com deficiência eram tratadas como uma personificação do mal. Com as transformações sociais e principalmente o avanço da medicina, novos estudos e conceitos foram sendo elaborados e ressignificados em relação a tais pessoas. No campo científico, estudos e pesquisas mostraram a origem e as causas de diversas deficiências, evidenciando que não se tratava da configuração de um estigma. Dessa forma, surgiram as primeiras práticas sociais voltadas para um maior cuidado com essas pessoas (FONSECA, FREITAS, NEGREIROS, 2018; BARBOSA, 2019).

No Brasil, durante o período Imperial, o que acontecia era apenas a institucionalização da deficiência, ou seja, essas pessoas eram mantidas em suas residências ou em instituições, enclausuradas e excluídas de outros contatos sociais. O modelo de institucionalização permaneceu até meados do

século XX, período em que houve algumas mudanças no que se refere aos movimentos sociais. Um dos principais acontecimentos, em 1948, foi a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que, em seu artigo 1º, reconhecia que “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos”. De um modo geral, essa declaração afirmou os direitos de todos à liberdade, à educação e ao convívio social (CURY, 2014; SILVA; CARVALHO, 2012).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) dá máxima importância a esses direitos e, em princípio, impede qualquer outra norma ou lei lhes negue validade. O artigo 5º e seus setenta e sete incisos, fundamento do ordenamento jurídico brasileiro, legitimam a busca por uma sociedade igualitária.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Por muito tempo a educação escolar teve um caráter excludente, concedendo às pessoas com deficiência pouco contato com os vários espaços da sociedade e limitando suas aprendizagens. Apenas no final do séc. XX, foram avançando pesquisas na direção de configurar modos assertivos de inclusão das pessoas com peculiaridades no seu desenvolvimento. As discussões sobre propostas no espaço escolar passaram então a somar forças nesse movimento de produção de conhecimento a respeito da deficiência, com o intuito de escolarizar os sujeitos e inseri-los nas escolas comuns, tendo em conta o direito à educação para alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou com habilidades e superdotação. No entanto, existe um hiato entre realidade cotidiana e o arcabouço legal, posto que há muitas dificuldades para se promover condições básicas reais de boa qualidade de vida às famílias brasileiras.

O debate sobre exclusão e inclusão muitas vezes ganha tonalidades diferentes e altera as políticas sociais, implicando uma nova ética e uma moral que justificam o controle das tecnologias, o domínio das informações, a difusão de conhecimento, a seleção dos benefícios e as possibilidades de melhorias de vida. As reflexões e análises acerca das diferentes formas de organização escolar e social que buscam agregar a diversidade humana mostram que essa não é uma tarefa simples. Não se trata apenas de

configurar um conjunto de situações que marcam os segmentos excluídos da sociedade, por exemplo, aqueles têm seus direitos usurpados. De certo modo, esses direitos, que muitas vezes são negados ou subtraídos, decorrem e injustiças sociais que demonstram mais do que a ideia do outro como ser diferente e revelam uma condição de valorização de uns em detrimento de outros.

A inclusão passou a ser defendida como uma proposta de aplicação prática no campo da educação, numa perspectiva de construção de um processo da sociedade para efetivar a equiparação de oportunidades para todos. No âmbito da educação escolar, a Declaração de Santiago (UNESCO, 1993) preconiza um eixo pedagógico relativo às questões de ensino nas escolas. Dentre suas recomendações destaca-se a capacitação docente para que se desenvolvam, em sala de aula, estratégias de integração de alunos com deficiência. Desse modo, para um avanço das propostas pedagógicas, as políticas oficiais que defendem essa integração – embasadas pelos discursos de igualdade de condições e oportunidades, e direito a um pleno desenvolvimento cognitivo, social e cultural – devem focar, também, as questões de formação dos profissionais envolvidos.

Entre os documentos posteriores de grande importância vale destacar a Declaração de Salamanca e Linha de Ação (UNESCO, 1994), a Declaração Mundial de Educação para Todos nas Américas (UNICEF, 2000) e, recentemente, a publicação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no 13.146 (BRASIL, 2015), destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A Declaração de Salamanca assume o lema da “educação para todos” e propõe a escolarização de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. Esse documento (UNESCO, 1994) salienta que “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas” (p.11) e preconiza a atenção para

[...] crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (UNESCO, 1994, p.11).

Ao invés de se pautar por uma concepção que inabilita e enumera impedimentos, o documento advoga por uma pedagogia que reconhece as potencialidades dos sujeitos, as suas diferenças, a dignidade de todos os seres humanos. Trata ainda de outras recomendações relativas ao treinamento de educadores, aos serviços externos de apoio, às perspectivas comunitárias etc.

Apesar de existirem dispositivos legais desde a Constituição Brasileira de 1988, que estabelece a equidade de oportunidades e a valorização da diversidade ético-política, nas diferentes esferas de poder, é somente, a partir de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 (LDBEN), que as instituições de educação superior começam mais especificamente a discutir a questão. Essa lei garantiu avanços para o atendimento educacional escolar de alunos portadores de necessidades especiais. Entretanto, percebe-se que ainda faltam mecanismos que garantam sua operacionalização, seja em relação à organização da escola para que, efetivamente, atenda às necessidades básicas de aprendizagem de todos os alunos, seja quanto aos procedimentos que devem constituir as ações cotidianas, da educação infantil até a educação superior, além da formação de professores para atuar nesse contexto.

Desde 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), um conjunto de diretrizes políticas tem sido implementado para ampliar e garantir os direitos educacionais do público alvo da educação especial, constituído por pessoas com deficiência intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, com o objetivo de, entre outros aspectos, assegurar a inclusão escolar de alunos da educação especial pública, orientando os sistemas de ensino para garantir acesso ao ensino regular, com participação e aprendizagem, assim como a continuidade nos níveis mais elevados do ensino. Do mesmo modo, é proposto que a educação especial venha a ser transversal desde a educação infantil até a educação superior. Nessa política ainda se sublinha a oferta do atendimento educacional especializado (AEE), a ser contemplado no contraturno, visando a garantir suporte educacional para a escolarização.

Essas diretrizes buscam consonância com os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conhecida como Declaração da Organização das Nações Unidas – à qual o Brasil aderiu e, em decorrência, promulgou o Decreto nº 6.949 (BRASIL, 2009) – referente ao propósito de buscar estabelecer a inclusão e a equidade

por meio da educação, como base para um movimento capaz de transformar a sociedade, erradicando a pobreza, enfrentando a exclusão e situações de vulnerabilidade social, assim como as disparidades e desigualdades no acesso, na participação e nos resultados de aprendizagem (BRASIL, 2009).

Nessa direção, tanto as redes de ensino como as universidades têm buscado desenvolver ações e propostas educativas para efetivar as orientações da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei n. 13.146 (BRASIL, 2015).

Todo o aparato legal relativo à educação inclusiva é derivado de transformações sociais ocorridas no país nas últimas três décadas, nas quais as diretrizes já implementadas necessitaram de mudanças significativas no âmbito político, econômico e social, com impactos na estrutura do sistema de ensino brasileiro. Tais mudanças ocorreram com maior incidência, nas gestões presidenciais de 1990 a 2002, período em que foram iniciadas reformas do estado que incidiram na área da educação e tiveram como propósito aquecer a economia do país no que se refere ao processo de reformulação produtiva e às modificações no mundo do trabalho. No entanto, além dos interesses da sociedade civil que mobilizam essas políticas, chama a atenção o fato de que muitas dessas reformas foram oriundas de deliberações neoliberais efetivadas em decisões acordadas com agências internacionais, tais como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Outro aspecto importante é considerar as Declarações de organismos internacionais que subsidiaram a formulação de políticas públicas no contexto da inclusão escolar e de direitos humanos.

Com base em considerações de Kassir (2011) e Silva (2014) sobre essas políticas, é possível identificar e caracterizar três ciclos do processo de constituição da educação especial no Brasil.

Kassir (2011), ao analisar a implantação da educação inclusiva no Brasil, pondera sobre o primeiro ciclo:

No início da República, os primeiros sinais de atenção às pessoas com deficiências no Brasil apareceram sob impacto de ideias já difundidas na Europa comungadas por estudiosos daqui. A atenção sobre o que foi considerado “anormal” pode ser identificada na literatura

médica da época e na legislação educacional que restringia a essa população o acesso à escolarização ou à instrução, como era tratada a Educação no período (p. 42-43).

Silva (2014) aponta que esse ciclo pode ser demarcado entre o século XVI a 1930, quando surgiram as primeiras tentativas de norteamento do processo de cunho institucional. A busca de concretizar a prática pedagógica na esfera da educação especial foi baseado em estudos provenientes principalmente da medicina e, com menor destaque, da psicologia.

No segundo ciclo, conforme Kassir (2011), a educação especial consistiu da ação conjunta de instituições privadas assistenciais, fora da rede de ensino nacional. É um período que demarca a participação da sociedade na política na educação especial entre 1930 a 1973, com ações referentes a tentativas de escolarização, especialmente em instituições especiais de cunho filantrópico. Essas instituições concretizam suas práticas pedagógicas com base nos estudos provenientes da área da medicina e vai sendo sobreposta pela área da psicologia como ramo da psicopedagogia.

Sobre o terceiro ciclo, Kassir (2011) afirma:

[...] no início dos anos 90 as agências multilaterais abriram-se para as demandas da promoção de direitos humanos e programas e ações foram propostos disseminando conceitos e posições. Nesse período, o termo inclusão passa a fazer parte do discurso educacional brasileiro, educadores afirmavam a importância da inclusão de alunos com deficiências na Escola Regular, da compreensão do conceito de inclusão, das oportunidades de aprendizagem na sala de aula regular e da necessidade de envolvimento dos pais. (p. 51)

Silva (2014), por sua vez, indica que esse ciclo vai de 1973 aos dias atuais e é marcado pela busca de “equidade nas políticas de cunho social: princípios de vieses integracionistas e inclusivistas nas políticas de educação do estado gestor” (p.6). Esse período caracteriza-se, de um lado, pela institucionalização da educação especial no Brasil, com o desenvolvimento de órgãos normativos na esfera federal e estadual, e, de outro lado, pela ascensão de políticas sociais que visam um tratamento igualitário por parte

desses órgãos. Com isso, criou-se um sistema secundário educacional com o surgimento de várias instituições privadas e públicas que lidam com o atendimento aos indivíduos especiais. Assim, a educação especial passa a caracterizar-se por dois aspectos: a proliferação de instituições privadas e públicas de atendimento especial e o termo inclusão sendo parte do discurso geral da educação e dos projetos educacionais.

Contudo, em relação aos desdobramentos, Garcia (2006) pondera que esse cenário ainda se caracteriza por uma “insuficiência das proposições inclusivas para as políticas de educação especial no Brasil no sentido da superação das desigualdades educacionais” (p. 314).

De acordo com Nozu, Bruno e Heredero (2016), no Brasil tem se naturalizado a ideia de educação inclusiva enquanto sinônimo de educação especial. Para esses autores, deve-se entender que a primeira é um princípio ou um conjunto de princípios que destacam a igualdade, a participação e o respeito pela diversidade humana, ao passo que a segunda se refere a um campo de conhecimento teórico e prático que tem como função promover a aprendizagem, o desenvolvimento e a autonomia dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A partir dessa concepção, toma-se a educação inclusiva como um princípio condutor das políticas, práticas e culturas escolares, tendo como público-alvo todos os alunos, sendo educação especial voltada para um público-alvo delimitado.

A despeito de todo o arcabouço legal e de algumas conquistas na educação escolar em termos gerais, a inclusão de pessoas com deficiência ainda encontra muitos percalços em sua efetivação, como salienta Cury (2014) ao afirmar que “ainda há muito o que se fazer” (p. 16), apesar do esforço para a universalização do ensino fundamental e a melhoria do ensino médio e da educação infantil.

Quanto à qualidade do ensino nesses níveis, encontram-se certas fragilidades diante de um sistema que necessita ser repensado. Faz-se necessário reconhecer dificuldades contidas nos sistemas de ensino e o modo como podem ser confrontadas e superadas as práticas excludentes que marcam o cenário educacional.

Há que se considerar que, em seu percurso histórico, a educação especial se configurou como sistema de ensino à parte, com escolas e classes separadas e compostas por alunos com o mesmo tipo de deficiência. De acordo com Saviani (2000), sistema de ensino significa “uma ordenação articulada dos vários elementos necessários à consecução dos objetivos educacionais preconizados para a população à qual se destina” (p. 120).

Ainda que a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) preconize, em seu artigo 205, que a educação “é direito de todos”, e, mais à frente, no artigo 208, “a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais, garantindo-lhes o atendimento educacional especializado, preferencial na rede de ensino”, constatamos um quadro de distorções das possibilidades da inclusão escolar, que depende de mudanças de paradigmas e que ainda não foi, de fato, realizada.

O texto do Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172 (BRASIL, 2001) assevera que “o grande avanço que a Década da Educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” (p. 2). Nesse sentido, ao apontar alternativas para superar dicotomias existentes na realidade educacional brasileira, o texto da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) enfatiza que, a educação inclusiva no âmbito do seu marco histórico e formativo, vem assumir um “espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão” (BRASIL, 2008, p. 2).

Nesse cenário político convém assinalar a grande importância das Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas e outras instituições, ao enfatizarem a necessidade de cuidar dos indivíduos que pertencem à faixa da população designada por “população de risco”, como forma de integrá-la e dar a ela possibilidade de agir e ser capaz de construir história própria. Dessa forma, a atuação de organizações tais como associações de pais de pessoas com deficiência e transtornos (por exemplo, Pestalozzi, AMAS) traz para a discussão sobre inclusão o protagonismo da sociedade civil, em busca da consecução de alguns avanços no que tange à garantia de direitos, incentivando vários movimentos que culminaram com o suporte legal para o processo de inclusão escolar e social no Brasil.

A fundamentação legal que ampara a meta da inclusão em todo o sistema de ensino é extensa e foi ampliada em 2015 pela Lei nº 13.156 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que objetiva garantir e gerar condições de igualdade quanto às liberdades fundamentais para pessoas com deficiência, abrangendo inclusão social e cidadania. A Constituição Federal do Brasil estabelece vários direitos para as pessoas portadoras de deficiência, abrangendo também a promoção de sua integração à vida comunitária. Ao assumir a premissa de que a educação é direito de todos, significando que a pessoa com deficiência obrigatoriamente se insere nesse patamar da igualdade. Desse modo, é dever do Estado

prover o aparato físico e social para a oferta da educação inclusiva dentro dos preceitos legais a partir dos quais ela vem sendo difundida e preconizada.

Se a escola é um espaço que deve favorecer a todos os cidadãos, ela deve estar adaptada e equipada com recursos materiais, humanos e pedagógicos para receber as pessoas que compõem a diversidade da comunidade. Nessa linha de pensamento, faz-se necessário ressignificar, especialmente, as condições de acessibilidade e o manejo de métodos e técnicas relacionadas ao ensino. Em relação à estrutura financeira nos quesitos de aplicabilidade de recursos e apoio pedagógico, existe a premente necessidade de compreender de que forma estão se dando essas políticas e investimentos nos cursos que promovem a formação continuada de professores.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, assinala 19 estratégias que visam o fortalecimento de um sistema educacional inclusivo, dentre as quais cabe se destacar:

- Universalização do atendimento escolar às crianças e jovens de 0 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Implantação gradual de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) e formação continuada de professores para o AEE nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;
- Estímulo à criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, integrando profissionais de diferentes áreas que possam amparar o trabalho dos professores da educação básica, responsáveis pela educação especial;
- Ampliação dos programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, garantindo o acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares;
- Capacitação e ampliação do número de profissionais envolvidos no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo professores de AEE, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdos-

cegos, professores de LIBRAS (prioritariamente surdos) e professores bilíngues;

- Incentivo à abordagem de temas relativos à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e ao AEE nos cursos de licenciatura e formação de profissionais da educação;
- Promoção de parcerias com instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a esfera governamental, objetivando: o apoio integral ao público-alvo da educação especial matriculado nas escolas da rede pública; a formação continuada de professores; a elaboração de material didático acessível; a disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade; e a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educativo inclusivo (BRASIL, 2014).

Ainda que sejam visíveis no campo educacional a inclusão de pessoas com necessidades especiais, em relação ao ponto acima de que trata sobre a capacitação e ampliação do profissionais para atendimento no AEE (sem perder de vista a importância de outros pontos), sobretudo, dos tradutores e intérpretes de LIBRAS (linguagem Brasileira dos Sinais), é necessário destacar que ainda é escasso no Brasil, especialmente em municípios de regiões menos desenvolvidas, cursos superiores para professores nessa área e não podemos deixar de considerar a relevância da formação pedagógica e didática desses professoras e/ou professores.

As mudanças trazidas pela perspectiva inclusiva geraram resultados favoráveis como o desenvolvimento de programas de capacitação de professores e o envolvimento da comunidade escolar e da família com o propósito de atender aos alunos com necessidades especiais. No entanto, há muitos contrastes nos âmbitos dos discursos e das práticas. Garcia (2016) chama a atenção para a expressão “na perspectiva da educação inclusiva”, hoje presente nos debates em decorrência das diretrizes oficiais, e assinala que, nessa nova concepção, a educação especial assume função complementar e suplementar no currículo, o que mostra uma visão restritiva, que transforma a educação especial em uma modalidade e toma o atendimento educacional especializado como oferta de serviços. Nesse ordenamento, a autora argumenta que as políticas têm resultado na ampliação da relação público-privado de dois modos:

“com a participação do privado-mercantil mediante a venda de equipamentos para as salas de recursos multifuncionais; e b) frente à não universalização do atendimento educacional especializado, nas redes públicas, destaca-se a participação do privado-assistencial nessa oferta mediante conveniamentos das redes de ensino com instituições filantrópicas; sobre a formação docente, em cursos a distância em licenciaturas ofertadas predominantemente em instituições privadas, para atender à demanda de professores necessários ao crescente número de atendimentos nas salas de recursos multifuncionais (GARCIA, 2016, p.61).

Em acepção da necessidade dessa estreita relação da relação público-privado para a melhoria da qualidade desse atendimento educacional, podemos afirmar que são pontes para que sejam desenvolvidas e adaptadas para que possa atender de forma eficaz cada sujeito na sua especificidade sociocultural ainda que na mesma diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social como fator fundamental para equidade e desenvolvimento da sociedade brasileira requer, hoje, que os educadores estejam, permanentemente, informados sobre os processos educacionais e necessidades especiais das pessoas com deficiência, como, por exemplo, as tecnologias assistivas, que proporcionam à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, pois promovem a ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, facilitando o desenvolvimento de habilidades para o aprendizado, o trabalho e a integração na sociedade.

Nos dias atuais, a inclusão vem sendo amplamente discutida e ressignificada. A mídia vem apresentando, através de filmes, seriados, novelas, comerciais, situações que levam a refletir sobre como as pessoas com necessidades especiais podem exercer seus direitos de cidadãos. Em vários contextos, além da educação escolar, os discursos sobre a inclusão estão acontecendo cotidianamente, potencializando assim um repensar sobre a forma de tratar os temas da deficiência, da diversidade e da diferença. No entanto, ainda que exista um cenário de transformação, persistem

questões que ainda não foram dirimidas e o fato de que a realidade está muito distante daquela idealizada. Os pontos percorridos nesse trabalho não se esgotam aqui, apenas permitem uma aproximação epistemológica com situações práticas vivenciadas na práxis pedagógica de uma realidade com dinâmica social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 01 de janeiro de 1988.

BRASIL. Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte.

BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

BRASIL. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE).

BRASIL. Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação.

BRASIL. Lei nº 13.156 de 4 de agosto de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 134, n.248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833- 27.841.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASARIN, Sonia; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. Síndrome de Down e Arte: contribuições de Vigotski. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 36, n. 90, pp. 31-47, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema Nacional de Educação: uma reflexão provocativa ao debate. IN: **O sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos pós o Manifesto**. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SASE, 2014.

FONSECA, Thaisa da Silva; FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger; NEGREIROS, Fauston. Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 427-440, 2018.

GARCIA, Rosalba M. C. Educação especial na perspectiva inclusiva: determinantes econômicos e políticas. **Comunicações Piracicaba** v. 23 n. 3 Número Especial p. 07- 26, 2016.

GARCIA, Rosalba M. C. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Revista Brasileira de Educação Especial**. [online]. v.12, n.3, p. 299-316, 2006.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Rev. bras. educ. espec.**, Ago 2011, vol.17, no.spe1, p.41-58.

NOZU, Washington Cesar; BRUNO, Marilda Moraes Garcia; HEREDERO, Eladio Sebastian. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: problematizações à proposta brasileira. In: BEZERRA, G. F. (Org.). **Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: concepções e práticas**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2016. p. 21-52.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enez. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 293-308, 2017.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. Contribuições da pedagogia histórico-crítica para a educação especial brasileira. **Revista HISTEDBR**, v. 1, n. 58, p. 78-89,

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação. 1994.

UNESCO. Declaração de Santiago. 1993.

UNICEF. Declaração Mundial de Educação para Todos nas Américas. 2000.

CAPÍTULO 11

PEDAGOGIA E PSICOPEDAGOGIA: CONCEITOS HISTÓRICOS E DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO TRADICIONAL E A ESCOLA NOVA

Edna Machado da Silva

Especialista em Educação Especial e Licenciatura em História pela Faculdade Martins – FAMART. Bacharelado em Teologia pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. E-mail: comercialibm@hotmail.com.

José Ronaldo de Freitas Machado

Mestrando em Educação pela Universidade de Uberaba – UNIUBE. Mestrado Internacional em Teologia pela Universidad Martin Lutero - UML. E-mail: jr.ronaldoronaldo@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8026976631953005>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8416-259X>

RESUMO

O processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica vem assinalando nos últimos anos alguns preceitos legais, epistemológicos, práticos e metodológicos com maior fundamentos no que tange organizar ações educativas que visem atender de forma igualitária e equitativa os alunos. Neste artigo, buscamos alguns referenciais teóricos que nos auxiliem na compreensão de se promover uma estreita relação articulação entre a educação geral e a educação especial. Concluimos que diante das atuais políticas educacionais, corroborar com as discussões sobre a educação como direito humano e no reconhecimento de que a educação envolve um ambiente cultural e comunitário onde as políticas afirmativas devem ser ampliadas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Educação Especial: Política De Educação Especial.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva conceituar, dialogar e refletir sobre a pedagogia e a psicopedagogia, no que concerne à educação tradicional e à escola nova, além das práticas pedagógicas, tal como a atuação do professor e sua organização no atendimento educacional no processo construtivo do ensino.

A relevante temática busca, geralmente, uma reflexão crítica com o sistema educacional, objetivando construir uma sociedade mais inclusiva que garanta a excelência do ensino educacional a cada aluno, respeitando e acatando as diversidades, almejando uma educação de valorização das potencialidades nas necessidades dos alunos (Brasil, 1988).

Para tanto, a pesquisa está pautada na revisão de literaturas, numa abordagem denominada “pesquisa qualitativa”, usufruindo-se dos materiais bibliográficos na área de pesquisa, artigos, e dos documentos legislativos que fundamentam a concepção de direitos humanos e a igualdade das oportunidades definidas pela garantia do direito de todos à educação, conforme consta na Constituição Federal (Brasil, 1988), e valoriza as diferenças.

Além disso, é relevante expressar que toda temática que se pretende pesquisar, traz consigo uma história. Portanto, brevemente, apresentar-se-á o contexto histórico acerca da educação até que se possa descrever as características pertinentes à educação tradicional e o posicionamento da escola nova, de igual forma as contribuições diretas na formação sócio-histórico-educacional dos alunos; e o desenvolvimento das competências no efetivo exercício da cidadania.

CONCEITOS HISTÓRICOS

A educação na sociedade contemporânea, tal como antigamente, tem demonstrado preocupação no quesito qual pedagogia deveríamos adotar no ensino-aprendizagem. Tendo em vista que o público que compõe a sociedade atual seja vista como hiperconectada, chega a acreditar que não é mais necessário frequentar uma sala de aula para a construção do conhecimento, ou seja, para sua formação. Tal atitude é conhecida como “educação não formal” (Gohn, 2006).

Assim sendo, a sociedade chamada de modernidade líquida por Bauman (2011) e hiperconectada, sente-se na liberdade de menosprezar os docentes, a ponto de dar credibilidade às falas de oposição ao conhecimento

já construído ao longo dos anos por inúmeros cientistas, pesquisadores, mestres, doutores, simplesmente porque alguém que se diz representá-lo, mesmo sem nenhuma base convincente, sem argumentação e sem conhecimento de causa, afirmando ser mentira, ou que ele encontrou a verdade absoluta dos fatos que julga serem verdadeiros. A respeito disso, parece-nos uma lacuna pedagógica, ou seja, uma falta de formação e apreço pela educação que transforma pessoas que, por sua vez, poderão transformar o mundo (Freire, 2014).

Nos últimos anos, o cenário educacional no Brasil vem passando por situações antagônicas no que tange à valorização do docente que tem se esforçado para que a educação (ensino) não chegue à estagnação. Tal esforço fez os educadores permanecerem firmes, mesmo diante de tantos contratempos e acusações ora psicológicas, ora verbais, tentando disseminar o ódio, já que no período pandêmico os docentes tiveram que se reinventarem com aulas à distância e diferenciadas, tencionando atingir aqueles alunos que os aguardavam do outro lado de um aparelho de comunicação para estudarem e apreenderem algo novo, principalmente a não perderem a esperança em dias melhores.

Além disso, ainda se discute o porquê de tanta perseguição aos professores, visto que estes sempre tiveram o capricho de zelarem pelo conhecimento e sua construção nas diversas teorias de aprendizagens existentes no ensino e por aqueles que ainda não dominam bem os saberes nem conhecem as competências, sobretudo as habilidades necessárias para sua formação.

Apesar de a contribuição de Aranha (2006, p. 31) ser relevante, já que “a educação não é simples transmissão da herança dos antepassados para as novas gerações, mas o processo pelo qual também se torna possível a gestação do novo e a ruptura com o velho”, isso implica em dizer que não se deve ficar preso às pedagogias tradicionais, que tinham por regra uma formação de repetições e transmissão de conhecimentos; uma educação bancária e não libertadora.

Nesse íterim, postulou Freire (2014, p. 18): “A educação reproduz, assim, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do homem”, ou seja, uma educação que não influencia outras pessoas a buscarem a libertação, a transformação e a construção do conhecimento não merecem o devido valor. Portanto, os conceitos históricos a respeito da pedagogia e da psicopedagogia, tal como as reflexões, fundamentações e atuações, são dignos de aceitação, sobretudo pelo que representam no ensino.

Sendo assim, conceituar o termo “pedagogia” é relevante para essa pesquisa, pois quando se perde o significado, perde-se a valorização, o objetivo de sua existência. E o que fazer? Certamente, buscar uma pedagogia melhor! Sabe-se, entretanto, que o substantivo “pedagogia” carrega, etimologicamente, a missão de conduzir pelo caminho certo o discente. E esse caminho é a educação, a construção no ensino-aprendizagem. A pedagogia, desde os primórdios da educação até a contemporaneidade, é defendida e entronizada como mestra na condução, construção, mediação e formação do conhecimento do sujeito no ensino educacional. Educar não é nada fácil, todavia para muitos trata-se de uma arte poder realizá-la, ou seja, uma educação efetivada com as habilidades da arte (Imbroisi, 2022).

Nessa tessitura pedagógica, observa-se uma breve trajetória acerca da educação que, consoante a tradição dos povos em suas respectivas épocas, era passada de forma oral. Sequencialmente, ter-se-ia uma educação mais religiosa, de acordo com a cultura dos povos primitivos, a saber, os sumérios, os egípcios, os povos semitas e o desenvolvimento na Grécia Antiga, de forma intelectual em Atenas e como estratégia de guerra em Esparta (Machado, 2021).

Essencialmente, espera-se alcançar uma pedagogia, segundo a descrição de Machado (2021, p. 20), que busque: “[...] prática para a formação com olhares futurísticos de uma sociedade exemplar (de primeiro mundo) a que se procura chegar”. Além do mais, o autor supracitado fez apontamentos pertinentes à pedagogia rabínica, em que o mestre era o centro do discurso dialético, e os demais eram apenas ouvintes, porém isso era demonstrado como algo cultural na Palestina. No entanto a tendência pedagógica do Mestre da Galileia, Jesus, tinha o objetivo reformista, humanitário e sócio-histórico-religioso, pois visava à formação libertadora e transformadora daqueles que eram excluídos da sociedade de sua época.

As abordagens elencadas servem-nos como fundo histórico, ainda que em síntese, deixam-nos a segurança de sua contribuição nesta pesquisa qualitativa em que há pontos para frisar a importância da educação e da pedagogia. De igual forma, a temática permite-nos reflexões da pedagogia com a psicopedagogia, devido às duas disciplinas estarem totalmente associadas. Para tanto, merece observação o que disse Machado (2022, p. 121):

[...] a pedagogia tem a função de conduzir o aluno na construção do saber, era vista como o saber “pedagógico da cura” e por fim passou ao reconhecimento de “Psicopedagogia” que merece reconhecimento por sua

interdisciplinaridade, na habilitação profissional ao docente na sua formação.

Tanto a pedagogia como a psicopedagogia têm a missão de mediar a construção do ensino-aprendizagem dos alunos que necessitam de formação educacional regular. Além destes, principalmente daqueles com necessidades especiais, quando são detectadas pela avaliação diagnóstica ou dito pelos genitores, logo fala-se sobre uma educação inclusiva, que é direito de todos, independentemente de qualquer que seja a situação. Sobre isso, notadamente, rezam os seguintes documentos: Constituição Federal (Brasil, 1988); Lei Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96; Declaração de Salamanca (1994), na qual se expõem sobre a educação especial como modalidade que acontece em todos os níveis da educação e dos anos de escolaridade que nem a modalidade de ensino.

Portanto, os descritivos, os apontamentos, as reflexões postuladas nesta pesquisa e seu interesse em frisar os conceitos históricos sobre a pedagogia e a psicopedagogia permitem-nos concluir que essas duas áreas de conhecimento possuem máxima importância.

Por conseguinte, serão elencadas, a respeito da tendência ou da abordagem pedagógica, as que se adaptariam melhor ao contexto em que vive a sociedade atual, e à atuação conjunta com a psicopedagogia. Antes, entretanto, é aconselhável refletir sinteticamente sobre a história da educação.

SÍNTESE HISTÓRICA ACERCA DA EDUCAÇÃO

Antes mesmo que se possa falar das diferenças existentes entre os dois posicionamentos pedagógicos: tradicional e escolanovista, é digno declarar que o ensino e as escolas que existem atualmente diferem das de antigamente. Primeiramente, tal afirmativa se justifica porque o homem não tinha domínio sobre os fenômenos naturais e desconhecia-os, visto que não sabiam as razões de eles existirem. Dessa forma, a educação partia do princípio daquilo que o homem não sabia. Nesse contexto, desenvolve-se duas formas de educação: uma para a sobrevivência no período paleolítico, e outra para o ministério no decorrer da evolução humana em grupos (Cotrim, Parisi, 1982).

À medida que as nações evoluíam, a educação era repensada de acordo com cada sociedade. Sendo assim, no Extremo Oriente, duas civilizações deixaram suas contribuições à educação, particularmente a Índia e a China, segundo seus posicionamentos filosóficos. Posto que a educação

na Índia, conforme Cotrim e Parisi (1982, p. 57), era assim: “O sistema educacional na Índia estava diretamente relacionado com a posição social que cada indivíduo ocupava”. Logo, a educação era ofertada de acordo com as castas, que representam qual camada social determinada pessoa pertencia por hereditariedade: ou a dos brâmanes, ou a dos xátrias, ou, quem sabe, dos vaixás, ou, por último, a dos os sudras.

Outro fator não menos importante no tocante à Índia, era o fato de sua formação cultural está totalmente ligada ao aspecto religioso. Entretanto um marco importantíssimo na Índia foi a figura de Sidarta Gautama (563 a.C. - 483 a.C.), comumente chamado apenas de Buda, o fundador do budismo, que mesmo vivendo uma vida regalada, preocupava-se com a tristeza e o sofrimento de seus semelhantes. Dessa maneira, a preocupação do budismo era o homem e sua libertação do sofrimento, que é entendido como o nirvana, ausência absoluta de sofrimentos em busca de uma paz eterna (Cotrim, Parisi, 1982).

Em sequência, pode-se dizer que a educação na China estava centrada no homem e sua vivência em sociedade. Portanto, esmerava-se em busca de um administrador com ideais que atendessem aos céus e que governasse bem os homens. A partir disso, a função dos educadores, segundo Cotrim e Parisi (1982 p. 68), era: “[...] preparar bons dirigentes para a sociedade, promovendo, entre os discípulos, a prática das virtudes morais como equilíbrio, a moderação e a tolerância”. Com isso, a educação na China apenas copiava, não pensando em criar algo, já que sua missão era educar para servir ao imperador, segundo os autores supracitados.

Na China, assim como na Índia, um grande líder se sobressaiu. Seu nome, *a priori*, era Ching Kung, depois passou a ser chamado de Kung-Fu-Tsé, porém no Ocidente esse líder é conhecido como “Confúcio” (479 a.C. - 551 a.C.), que defendia uma educação social e um governo de correção, ou seja, não corrupto, para que o povo não se corrompesse. Certamente, Confúcio foi o filósofo mais proeminente da história chinesa cujos princípios, concepções e instruções moldaram a cultura chinesa há cerca de 2.000 anos (Redyson, 2015).

Nessa conjuntura acerca da educação, na Grécia Antiga, berço da civilização ocidental, quem ministrava a educação era a própria família, pois nessa época não havia ainda a escrita e seguia-se a tradição religiosa (Aranha, 2006). Mesmo depois da evolução dos povos e do aparecimento da pólis, por volta do século VI a.C., a educação não era, de fato, direito de todos, mas, sim, apenas discursos sobre a democracia. A educação ainda

continuava para benefício da elite, dos jovens e famílias tradicionais da nobreza.

Ainda sobre a educação na Grécia Antiga, ressalta-se que a grande influência educacional ocorreu depois das grandes conquistas de Alexandre, o Grande, (356 a.C. - 323 a.C.), por volta do século IV a.C. À vista disso, adotou-se o pensamento da cultura helenística, em que a educação intelectual conseguiu maior notoriedade e demarcou o ensino das ciências humanitárias e das exatas (Cotrim, Parisi, 1982).

Em decorrência disso, pode-se contar com a enorme contribuição na educação dos célebres filósofos: Protágoras (490 a.C. - 415 a.C.), Sócrates (470 a.C. - 399 a.C.), Platão (427 a.C. – 347 a.C.) e Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.), sendo que estes últimos citados defendiam que a educação partia do pressuposto do despertar das ideias contidas nas pessoas, mesmo antes delas terem nascido.

Logo após os gregos, a educação será apreciada pelos romanos. Entretanto, no âmbito cultural, eles receberam diretamente a influência da civilização grega; já na ciência e na filosofia os romanos não alcançaram grande projeção. Pode-se descrever, porém, que a nobre contribuição dos romanos está pautada nas leis jurídicas, que eles aperfeiçoaram, deixando um importante legado às futuras civilizações. A educação romana, em seu princípio, era mais cívica (Cotrim, Parisi, 1982; Cambi, 1999).

A respeito dessa educação, observemos a análise de Cambi (1999, p. 106): “A educação na Roma Arcaica teve, sobretudo, caráter prático, familiar e civil, destinada a formar em particular o *civis romamus*, superior aos outros povos pela consciência do direito como fundamento da própria “romanidade” [...]”. A princípio, a educação era ofertada pelas mulheres aos filhos e em casa; vindo a ser viúva, passava a missão aos mestres de sua época. No entanto a educação na Roma Antiga estava totalmente estruturada pelas facetas helenísticas, a ponto de o termo “paideia romana” ser empregado da mesma forma que os gregos (Cambi, 1999).

Com o passar dos anos, chega-se ao período da Idade Média, em meados do século XII, influenciado pelo renascimento urbano, e as primeiras escolas foram erguidas com a finalidade de se contraporem ao ensino religioso, tendo em vista os interesses da burguesia, que estava constantemente em ascensão. Nesse período, não havia, geograficamente, um lugar certo para os alunos.

Para tal, ressalta-se que: “[...] essas escolas não dispunham de acomodações adequadas, e o mestre recebia os alunos em diferentes locais: na própria casa, na igreja ou em sua porta, numa esquina de rua ou ainda

alugava uma sala” (Aranha, 2006, p. 112). Apropria-se em dizer que esses lugares eram apenas para os alunos da educação inicial, sendo que as escolas superiores alcançaram sua posição no final da Idade Média, conforme a autora supracitada.

De modo geral, surgiram as escolas religiosas através dos mosteiros e ordens religiosas, a ponto da educação, no período medieval, ser caracterizada pela igreja dominante de sua época, notadamente a Igreja Católica. Os inconformados com o ensino medieval, porém, corriam atrás de uma educação realista, contemplativa, em direção à modernização, em busca da transformação. Contudo essa educação não atingiria toda a população da época, pois estaria restrita à nobreza.

No decorrer da história, serão observados dois grandes eventos: a Reforma Protestante e a Contrarreforma, ou Reforma Católica, que enviou missionários com postura militar para evangelizar sobre a fé e ofertar uma educação aos povos das terras por onde passavam (Aranha, 2006). Esse fato teve sua ocorrência no Brasil Colônia, a partir do século XVI, com a chegada da Companhia de Jesus cujos membros são os jesuítas, destacaram-se os padres: Manoel da Nóbrega (1517-1570), José de Anchieta (1534 - 1597) e Antônio Vieira (1608 - 1697). Esses jesuítas tinham como objetivo primordial catequizar e converter os nativos habitantes do Novo Mundo à Igreja Católica, conforme Conceição (2017).

Entretanto, mesmo diante disso, eles contribuíram diretamente na formação educacional. É claro que, para os nativos, a educação partia de um princípio mais religioso do que secular. Com isso, houve um grande avanço no ensino, porém numa tendência da pedagogia tradicional. E sobre essa tendência, ou abordagem, suas características principais serão pontuadas a seguir.

DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO TRADICIONAL E A ESCOLA NOVA

As diferenças entre a educação tradicional e a escola nova serão tratadas sob um viés panorâmico, pois os estudos a respeito dessas diferenças abrangem um vasto campo de pesquisa, não havendo como se debruçar sobre esse acervo. Por isso, é *mister* entender que as teorias pedagógicas são inúmeras, todavia a descrição a seguir nos importa muito, para clarificar os termos acerca das teorias, como se percebe: “[...] se toda teoria pedagógica é teoria da educação nem toda teoria da educação é teoria pedagógica” (Saviani, 2008, p.12). Logo, isso explica o fato de a pedagogia

se caracterizar pela prática educativa, orientando-se no processo da educação, do ensino e da aprendizagem.

Sequencialmente, a respeito da pedagogia tradicional, a escola era organizada por classes que contavam com um professor bem-preparado, instruído que, assim, transmitia conhecimentos gradativamente lógicos e questões culturais aos alunos, sempre tendo o professor como centro de todo o aprendizado e nunca sujeito no processo formativo (Saviani, 1988).

O que se chama “pedagogia tradicional” era vista, em tempos idos, como a escola tradicional, que muito foi e ainda é criticada por não permitir a ascensão do aluno na construção do conhecimento, mas, sim, apenas um copista do que lhe foi *xerocado*. De mais a mais, faz jus a citação, para entendimento acerca da postura tradicional da educação: “Na escola tradicional, o conteúdo é transmitido de maneira unilateral e dogmática, separado da realidade do aluno. O ensino é centrado no professor e o aluno é considerado um mero receptor de informações” (Carniel; Raymundo; Souza, 2012, p. 51).

Nesse sentido, importa-nos a descrição de Libâneo (1996, p. 22):

A escola se caracteriza por acentuar o ensino humanístico tradicional de cultura geral, onde o aluno é educado para atingir pelo próprio esforço sua plena realização como pessoa. Toda prática educativa é desvinculada do cotidiano do aluno e muito menos das realidades pessoais; as regras são impostas e existe o cultivo do exclusivamente intelectual.

Em síntese, não é esse tipo de escola e pedagogia que se quer para a sociedade, mas, sim, uma escola e uma pedagogia que liberte, transforme, renove e desenvolva continuamente a construção do conhecimento educacional numa escola nova, na qual todos possam desfrutar do melhor ensino, recreação, formação com amplitude dos conhecimentos teóricos, práticos e atuantes, para que se cumpra de fato uma educação para todos, sem nenhuma exclusão e elitismo.

À medida que se fazia duras críticas à escola e à pedagogia tradicional, uma nova pedagogia ganhava força e visibilidade, explicitando-se conforme afirmou Saviani (1988, p. 19): “[...] esboçando uma nova maneira de interpretar a educação e ensaiando implantá-la, primeiro, através de experiências restritas; depois, advogando sua generalização no âmbito dos sistemas escolares”. A partir desse posicionamento, a marginalidade não era mais vista como características de ignorância, sem o conhecimento, mas como alguém rejeitado.

Portanto, a nova escola e sua pedagogia não conseguiriam resolver os problemas da educação, já que são, claramente, muitos. O que se almeja não é uma pedagogia e uma escola que excluam as pessoas, mas que possa, sim, incluí-las na sociedade do conhecimento, do trabalho e de suas mais variadas formas de realização como ser humano. Isso implica em dizer que a educação, a pedagogia e suas tendências não podem protocolar o sujeito na construção do ensino, porque cada ser humano é um ser único em sua existência.

De acordo com Saviani (1988), os pressupostos apresentados pela pedagogia nova, ou seja, pela escola nova, não conseguiram êxito em erradicar a marginalidade, mas somente agravá-la. No entanto a ideia principal dessa teoria, tendência ou abordagem pedagógica, era apresentar um ensino de qualidade, uma escola com uma visão nova; algo, aliás, que todos que educam vêm sonhando ao longo dos anos.

Mesmo diante das críticas a essa nova visão de escola, sabe-se que nas décadas de 20 e 30 do século passado, essa tendência pedagógica trouxe contribuições que são dignas de observação, conforme aqui postuladas por Saviani (2008, p. 245):

Pela laicidade se evitará que o ambiente escolar seja perturbado por crenças e disputas religiosas. Pela gratuidade, se garantirá o acesso a todas as escolas oficiais. Pela obrigatoriedade, se estenderá progressivamente o ensino até os 18 anos, evitando que as crianças e os jovens sejam prejudicados pela ignorância dos pais ou responsáveis ou pelas contingências econômicas. Finalmente pela co-educação [sic] não se permitirá a separação entre alunos de um ou outro sexo, a não ser quando justificada por aptidões psicológicas ou profissionais pondo-os no mesmo pé de igualdade e envolvendo todo o processo educacional, torna mais econômica a organização da obra escolar e mais fácil sua graduação.

Conseqüentemente, na abordagem da escola nova, os educadores assumem a postura de mediadores, facilitadores da aprendizagem, sempre estimulando a curiosidade dos alunos, pois desse jeito não são apenas transmissores de conteúdo, mas assistem o aluno. A centralidade dessa nova pedagogia visava ao educando, que tem a liberdade de criticar, tal como de participar das aulas como pessoas autônomas e ativas.

Outrossim, os apontamentos acima fazem-nos atentar para as palavras de Freire (2014, p. 25) quando afirma: “A pedagogia aceita a sugestão da

antropologia: impõe-se pensar e viver ‘a educação como prática da liberdade’. Para tal fim e na mesma visão educacional, Saviani (2000, p. 35) declara que: “[...] a educação visa o homem; na verdade, que sentido terá a educação se ela não estiver voltada para a promoção do homem?”.

As preposições dos autores supracitados, coadunam-se no propósito humanitário, porquanto a educação tem por arcabouço a missão antropológica, para que todas as pessoas, independentemente de sua condição social, histórica, étnica, sexual e religiosa, sejam vistas como humanos que precisam e merecem ser assistidos por uma educação libertária, democrática e sustentável, na qual o aluno não seja visto como um problema, mas, sim, como coparticipante do processo de ensino em sua totalidade.

Defende-se esse pressuposto pelo fato de que as pessoas vão se construindo ao longo da história, desde seu início sobre a Terra, estudado por diversos pesquisadores, cientistas, mestres e doutores que, nesse diálogo das ideias, são dignos de citação, a saber, Émile Durkheim (1858-1917), que contribuiu por demais com seus pressupostos através da educação moral, não se esquecendo dos fatos sociais, diferenciando os fenômenos sociológicos dos individuais e ainda dialogando com a religiosidade intrínseca na sociedade (Vares, 2020).

Outro teórico, que se faz fundamental pontuar, é Karl Marx (1818-1883). *A priori*, seu discurso sobre a educação defendia que ela era ofertada de forma dominante pelas massas que se sobrepunham ao proletariado, como ele chamava a classe dominada. Marx, contudo, entendia que a verdadeira educação é socializante e deve ser igualitária a todos; mas não somente isso, uma educação mais justa e com equidade (Giancaterino, 2022).

Nesse consenso sobre educação, importa-se falar sobre Max Weber (1864-1920), que acredita que a educação formaliza a socialização do indivíduo. Ainda que Weber faça parte da tríade sociológica, seu posicionamento parte do geral para o individual no campo sociológico. Além disso, Weber entende que a educação se constitui no processo de habilitar os homens para o desenvolvimento das incumbências deliberadas pela instrumentalização da vida (Gonçalves; Furtado; Moura, 2019). Sendo assim, a educação é defendida como a arma mais poderosa para mudar as pessoas, e essas pessoas podem mudar o mundo; a educação está fundamentada nas questões sociológicas, antropológicas e numa psicologia-religiosa e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia e a psicopedagogia, seus conceitos e diálogos históricos na educação foram apontados nesta pesquisa como parte das Ciências Humanas, e que o merecido destaque advém pelas inúmeras contribuições na construção, formação e estruturação do ensino-aprendizagem do discente em seu contexto socio-histórico-educacional, que foi apresentado no desenvolvimento deste trabalho.

Dessa forma, salienta-se que os métodos utilizados, os relacionamentos e compromisso com a boa educação, sempre encorajando as pessoas a prosseguirem no caminho certo, ou seja, no da educação e do ensino, vêm contribuindo para a maturidade educacional, que não aceita a inércia, mas que busca a renovação nas tendências pedagógicas, assunto abordado neste trabalho acadêmico.

Entretanto outros métodos de expansão na educação e suas propostas, dia após dia, são pesquisados no intuito da construção pedagógica, ou seja, psicopedagógica, que não são estanques, mas, sim, estão em constante evolução nas pesquisas acadêmicas. Isso implica em dizer que persistir na educação objetiva o aperfeiçoamento das linhas de pesquisas, com vistas a uma melhor formação na área da educação.

Em síntese, leva-se em conta que todo esforço aplicado nesta pesquisa deve-se pautar na influência da história da educação e pedagogia, que marcou significativamente as mais variadas civilizações antigas, observando o ser humano como sujeito na construção do ensino-aprendizagem, numa formação continuada, libertadora e transformadora na sociedade, seja ela religiosa ou secular.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil* Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 dez. 2022.

_____. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

_____. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 13. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. (Série legislação, n. 263 PDF).

CAMBI, Franco. História da pedagogia; tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CARNIEL, Fabiane; RAYMUNDO, Giselle Miotto C.; SOUZA, Marcia Maria Previato de. Metodologia de Ensino. Maringá - PR, 2012.

CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro da. Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até a sua expulsão. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/3/jesutas-na-educacao-brasileira-dos-objetivos-e-mtdos-at-a-sua-expulso>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

COTRIM, Gilberto; PARISI, Márcio. Fundamentos da Educação: história e filosofia da educação. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1982.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 56 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIANCATERINO, Roberto. A Influência de Marx na Educação. Brasil Escola [S.l.]. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-influencia-marx-na-educacao.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYdfQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 dez. de 2022.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; FURTADO, Elizabeth; MOURA, Eptácio Macário. Sociologia da Educação. 3ª edição. Fortaleza-Ceará: UECE, 2019.

IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. A Educação em Arte. **História** das Artes, 2022. Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/a-educacao-em-arte/>>. Acesso em: 24 dez. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 14. edição, 1996.

MACHADO, José Ronaldo de Freitas. Abordagem Histórica da Pedagogia e a Pedagogia de Jesus até a Contemporaneidade. In: DICKMANN, Ivo (Org.).

Mosaico Temático, volume 7. 1 ed. Chapecó: Livrologia, 2021. p. 19-35. ISBN: 978-65-86218-50-3. DOI: doi.org/10.52139/livrologia9786586218503. Disponível em: <<http://www.livrologia.com.br/loja/mosaico-tematico---volume-vii>>. Acesso em: 24 de dez. 2022.

MACHADO, José Ronaldo de Freitas. Fatos Históricos, Fundamentação e a Práxis da Psicopedagogia. In: SOUZA, Eliane Alves de., *et al.* (Org.). Metodologias e Práticas de Ensino: (re) contextualizações Contemporâneas. ISBN 978-65-993426-4-6. Volume 1. Rio de Janeiro: IDEHP, 2022, p. 119-131. Disponível em: <<https://www.institutoidehp.com/publicacoes>>. Acesso em: 13 de dez. 2022.

REDYSON, D. Sobre o Conceito de Religião nas Religiões Orientais. In ROSSI, L. A; JUNQUEIRA, S. (Org.) Religião, Direitos Humanos e Laicidade. São Paulo. Fonte Editorial/Anptecre, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação e política. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 13. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Teorias Pedagógicas Contra-Hegemônicas no Brasil. Ideação. Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu v. 10 nº 2 p. 2º semestre de 2008. <Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4465/3387>>. Acesso em: 20 de dez. 2022.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. ver e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

VARES, Sidnei Ferreira de. Émile Durkheim e a educação moral: a formação do cidadão republicano. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 5, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 2020. DOI: 10.22476/revcted. v5i2.370. Disponível em: <<https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/370>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

CAPÍTULO 12

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E DIFICULDADES

Fernanda Santos Carneiro

Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS - UNEB / Campus VI. Especialista em Gestão Ambiental e Educação Ambiental, Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia- Campus VI.

Laura Caroline Fernandes Alves Amado

Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS - UNEB / Campus VI, Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia – Campus VI.

Noélia Carvalho de Oliveira

Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS - UNEB / Campus VI. Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado da Bahia – Campus VI.

Cleidiana Brito da Silva

Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS - UNEB / Campus VI. Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia - Campus VI.

Marlene da Conceição de Sousa

Mestranda em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, UNEB - Campus I. Licenciada em Letras pela Universidade do Estado da Bahia - Campus VI.

Luzia da Glória Soares

Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS - UNEB / Campus VI. Especialista em Práticas Pedagógicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG – Campus Avançado Porteirinha. Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – Campus XII.

RESUMO

Este estudo tem como temática a “Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Dificuldades”, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases do Ministério da Educação (LDB), que é uma modalidade de educação que atende estudantes acima de quinze anos que por algum motivo não conseguiram completar o ensino fundamental ou o ensino médio na idade regulamentar. Por isso, este estudo discute sobre as dificuldades de promover a EJA, as novas políticas públicas e o seu público-alvo, além de aspectos de formação. Portanto, os resultados evidenciam que a EJA é uma modalidade de ensino que por muito tempo não era vista com significância, mas com o passar dos

anos, foi adquirindo importância legalmente e, priorizando oportunidades para todas as pessoas que por algum motivo pararam de estudar.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Jovens e Adultos; Desafios; Dificuldades.

INTRODUÇÃO

Durante experiência de observação em turmas com Educação de Jovens e Adultos, percebe-se a necessidade dos discentes em adquirir conhecimentos que não tiveram oportunidade de aprender quando criança e de conviver com outras pessoas são uns dos motivos que levam os jovens, adolescentes e idosos à escola.

No momento com esse público é possível analisar diversos aspectos do cotidiano dos alunos, como a rotina em sala de aula, suas dificuldades, seus acertos e anseios. Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é analisar as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, ofertada as pessoas que buscam a escola como meio de acrescentar aprendizagem em sua vida, bem como as novas políticas públicas anunciadas, os principais desafios para promover a EJA no cenário atual e as metodologias mais adequadas para o ensino da EJA.

Não existe um público único, geralmente, pode-se dizer que existem dois grupos que foram precocemente excluídos dos seus direitos educativos. Sendo o grupo de pessoas idosas que viveram uma época em que a educação era mais difícil principalmente para aqueles que moravam nas zonas rurais. Nesse grupo encontram-se então pessoas analfabetas e com baixa escolaridade.

Já o segundo grupo, bastante numeroso e heterogêneo que abandonaram precocemente os seus estudos por fatores extraescolares, sociais que tem relação com pobreza, mercado de trabalho, mas também por fatores escolares como o fracasso escolar, justamente por ter tido uma trajetória escolar interrompida e mal sucedida com várias reprovações que acabam desestimulando e levando ao abandono da escola.

Outro aspecto relevante na história da educação brasileira é quanto o direito da educação para todos ser algo muito recente, pois isso vem da promulgação da Constituição Federal de 1988. Então esse conjunto populacional com mais idade também vem de uma interdição de direitos a escola e a educação que a sociedade manteve durante um longo período.

Do ponto de vista histórico, esses são pontos explicativos para entender o porquê foi um direito social tardiamente conquistado pela cidadania brasileira. Já do ponto de vista contemporâneo, o aspecto interescolar tem sido muito importante para entender a presença de tantos jovens analfabetos ou que desistiram de estudar.

Na medida em que esse universo é bastante heterogêneo em razão de ser idosos, adolescentes, jovens que por algum motivo não estudaram ou

não concluíram os seus estudos, também deve se destacar a questão do machismo enfrentado pelas mulheres.

Mesmo que nos dias atuais, as mulheres tenham conquistado todas as modalidades de ensino e avançado em vários pontos, porém ficou essa geração de mulheres com idades mais avançadas que não estão incluídas nesse grupo.

Dessa maneira, a Educação de Jovens e Adultos- EJA veio para contribuir com o desenvolvimento desses cidadãos. Com direito a concluir os seus estudos, assim a lei de nº 9.394/96 em seus artigos 37 garante esta modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

É por isso que nos dias atuais, esses sujeitos devem ser inseridos justamente por não terem tido a oportunidade de serem escolarizados. E, precisa da continuidade a seus estudos pela garantia de seu próprio trabalho às vezes.

No estudo em questão, se classifica por ser uma pesquisa bibliográfica, por meio da qual foram explorados diversos meios, em especial leituras de livros, artigos, monografias e tudo que tratasse sobre o tema abordado, para então atender aos anseios.

Desse modo, os alunos dessa modalidade de ensino têm saberes próprio e, quando ingressam na escola para concluir seus estudos, o professor tem que exercer sua função de modo a valorizar cada um deles, sempre com compreensão, amizade e valorização.

DESAFIOS AO PROMOVER A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Todo jovem, idoso ou adulto que está na EJA, carrega em si uma bagagem de conhecimentos sócio-histórico que devem ser valorizados porque é a partir desse conhecimento de mundo é que a aprendizagem escolar deve ser construída.

Com base no aspecto de que a EJA é uma modalidade de ensino cuja finalidade é garantir o direito a aqueles que não tiveram acesso a esta quando era criança. Dentre os sujeitos que frequentam essa modalidade, podem-se identificar diferentes: gêneros, idades, etnias e culturas, que estão ali em busca de escolarização.

A verdade é que a maioria deles volta a estudar justamente por querer alguma mudança em sua vida, na visão de Gadotti (2008):

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um

trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego [...] (Gadotti, 2008, p.31).

A realidade é que cada um deles tem uma história de vida, marcada muitas vezes por sofrimento, desigualdade social, e, assim levam para a sala de aula, toda uma história de vida marcada na maioria das vezes por essas situações. Já tem outros alunos que possuem problemas de saúde como baixa visão, pouca audição, hipertensão arterial e demais outros problemas que fazem desses alunos terem uma aprendizagem mais lenta.

E, diante dessas situações, ocorre que muitas vezes, não são valorizados da forma como realmente se encontram, não são estimulados, são estipulados como 'retardatário', assim acreditam nessa incapacidade própria e, desiste da escola. Com base nisso, Werneck (1999) explica que:

Muitas vezes a escola se apresenta aos alunos como um pesado elefante. A primeira impressão deixada para o estudante é de alguma coisa impossível de ser ultrapassada. Poucos terão a alegria e certeza de poder enfrentar esse peso, mais próximo do desgosto do que felicidade (Werneck, 1999, p. 23)

A diferença existente entre a EJA e a educação regular, é que as crianças têm uma facilidade maior de captar os conteúdos ensinados, enquanto os jovens e adultos já são mais lentos para compreender tão rápido quanto comparado as crianças. Assim,

[...] os problemas de aprendizagem não são restringíveis nem a causas físicas ou psicológicas, nem a análises das conjunturas sociais. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multimensal, que amalgame fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos, percebidos dentro das articulações sociais. Tanto quanto a análise, as ações sobre os problemas de aprendizagem devem inserir-se num movimento mais amplo de luta pela transformação da sociedade (Scoz, 1994, p. 22).

Desse modo, o educador tem que refletir primeiramente que o aluno da EJA já é uma pessoa que sobreviveu várias situações de vida, boas ou ruins, mas que conseguiram sobressair e, nisso já trazem diversas marcas com relação a essas dificuldades e desafios postos pela vida.

Muitas vezes é pelo motivo de tempo perdido, de ter passado por tantos problemas que tiraram de si a participação na escola é que esses educandos buscam por tentar recuperar e por melhores condições de vida.

É necessário que o docente saiba trabalhar com os alunos da EJA, respeitando suas especificidades e levando em conta seus conhecimentos de mundo. Sabe-se que os saberes docentes não se reduzem apenas à

transmissão de conhecimentos já construídos, que o professor transmite e o aluno apenas recebe.

Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que tem por objetivo permitir que pessoas jovens, adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade adequada, por motivos diversificados possam retomar seus estudos e recuperar o tempo perdido.

Ao proporcionar esta modalidade de ensino o programa solicita um pensar novo abordando assim, as políticas educacionais e as propostas de uma inclusão desses sujeitos dentro do processo de ensino.

Dessa forma, o trabalho pedagógico precisa ser desenvolvido dentro do seguimento de ensino de modo eminente alfabetizatório. Portanto, alfabetizar é a primeira parte do processo, e não deve pensar que apenas com a alfabetização irá garantir um desenvolvimento social deste educando.

Com isso a uma grande defasagem escolar, de acordo a Lei 9.394/96 art. 37 “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”, assim, se acontecesse como realmente está lei, teríamos mais jovens nas escolas.

AS NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS ANUNCIADAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Neste tópico são discutidas as novas políticas públicas destinadas ao público de jovens e adultos, fazendo assim, um recorte de suas principais com mais relevância. É relevante pontuar que estes movem por todo o universo e, é sob essa visão, que existem estudos que declaram a necessidade de intenções das políticas a esse campo.

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que as políticas educacionais voltadas para a EJA começaram a serem mais expressivas, pois a referida legislação pontua nos direitos individuais e coletivos sobre esse público especificamente no Art. 208 que menciona o seguinte: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL,1998).

A partir desse texto, pode-se compreender a existência de certa preocupação para com aqueles jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade certa para que possam vir a ter essa oportunidade de concluir seus estudos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/96, surge na perspectiva de que sejam cumpridos os ordenamentos prescritos na lei federal de 1988, pontuando com clareza a modalidade EJA como a seguinte: “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não

tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio, na idade própria” (BRASIL, 1998).

Ainda nos anos 90, Paulo Freire teve o seu retorno ao exílio com a descoberta de um terreno com fertilidade, pois a referida modalidade de ensino começou a se destacar, por meio de diversas pesquisas e conferências, relativas às precisesões de diminuição do número de analfabetismo na sociedade brasileira (BRASIL, 2006).

Entre 1990 a 2000, as diversas medidas para diminuição do analfabetismo foram surgindo e isso foi sendo assumido já na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Jontiem, Tailândia: março de 1990) e nesse momento foi construído o documento ‘Declaração Mundial sobre Educação para Todos’.

Por entre os seus objetivos propostos pode citar o seguinte “satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos”. Além disso, também significa que o “Acesso universal e conclusão da educação fundamental (ou qualquer nível mais elevado de educação considerado "básico") até propriamente o ano de 2000.

Assim ocorreram diversos encontros a nível internacional como também nacional, ao longo da década de 90. Todavia, alguns acordos têm sido descumpridos, como também de programas que visem a incentivação.

No país da Alemanha então, foi realizada no ano de 1997, a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA) em consonância com os escritos que se faziam presentes na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990), mas que passou a utilizar uma conceituação mais ampla sobre a educação de jovens e adultos, sobretudo nos processos formais e informais de aprendizagem.

Além disso, também cabe destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA que surge para realizar ao que é transcrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou Lei nº 9.394/96, a qual menciona o seguinte a “Educação de Jovens e Adultos”, assim adverte que a educação é um direito de todos os cidadãos. Nessa perspectiva, destaca que:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: VII. Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1996, p. 01).

Além disso, a EJA também é pontuada no Art. 37, cap. II, da Lei nº 9.394/96:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º: Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola (Brasil, 1998, p.14).

As diretrizes para a educação de jovens e adultos também é ressaltada no Parecer nº 11 e na Resolução nº 1/2000, que abordam:

[...] uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela [...] em que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculco [...] (Brasil, 2000, p.08).

O que mais destacou nesse documento foi de proporcionar o começo da construção das Diretrizes Curriculares Estaduais da EJA. Em continuidade aos estudos sobre as políticas voltadas para esse campo, o Plano Nacional de Educação (PNE) que conclui o texto informativo sobre a EJA com vinte e seis objetivos e metas.

PÚBLICO QUE FREQUENTA A EJA

Sabemos que o público que frequenta os cursos da EJA é formado por pessoas trabalhadoras que lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo.

O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o seu processo de alfabetização. Esses jovens e adultos trabalhadores fazem parte de uma parcela da população marcada pela exclusão e pela marginalização.

Pensar a educação de jovens e adultos implica, sobretudo, voltar o olhar para os sujeitos, trabalhadores e sua realidade, no seio das relações sociais de produção da sociabilidade do capital. A realidade dos jovens e adultos brasileiros está presente em indicadores que apontam um percentual de 10% de analfabetos, para pessoas acima de 15 anos.

É visto que os alunos da EJA constituem um público bem diversificado com diferentes histórias, várias situações de sofrimento dentre outros problemas e, nisso, são vítimas na maioria das vezes pela própria

sociedade capitalista de acordo com a Proposta Curricular da EJA, (BRASIL, 1998, p. 15) tendo a necessidade de se preparar uma metodologia diversificada.

Do ponto de vista sociocultural, entretanto, eles formam um grupo bastante heterogêneo. Chegam à escola já com uma grande bagagem de conhecimentos adquiridos ao longo de histórias de vida as mais diversas. São donas de casa, balconistas, operários, serventes da construção civil, agricultores, imigrantes de diferentes regiões do país, mais jovens ou mais velhos, homens ou mulheres, professando diferentes religiões. Trazem, enfim, conhecimentos, crenças e valores já constituídos. É a partir do reconhecimento do valor de suas experiências de vida e visões de mundo que cada jovem e adulto pode se apropriar das aprendizagens escolares de modo crítico e original, sempre da perspectiva de ampliar sua compreensão, seus meios de ação e interação no mundo (Brasil, 1998, p. 15).

Então, conhecer a realidade dos sujeitos educandos da EJA é fundamental para compreender que os jovens e adultos, na busca pela sobrevivência, vivem a dualidade do trabalho e escola, com tempo mínimo para o estudo e máximo para o trabalho; o motivo que os levou a deixar a escola é o mesmo do retorno, após alguns anos, a saber: o trabalho; a situação de trabalho precarizado é a realidade da grande maioria dos alunos.

Segundo Brasil (2002, p.23) “a educação de adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador. Os programas de educação de jovens e adultos estarão a meio caminho do fracasso se não levaram em conta essas premissas”. Os jovens e adultos abandonam a escola por conta do trabalho e, simultaneamente, à procura pela EJA é justificada por conta da exigência de escolaridade no mercado de trabalho.

Além desse motivo, outros levam os sujeitos a retornarem à escola dentre eles podemos citar: o desejo de aprender a assinar o nome; as facilidades nas atividades domésticas; o fazer de contas; ajudar nas tarefas escolares dos filhos; ler a Bíblia e etc.

Para pensar e analisar a educação destinada à classe trabalhadora é extremamente necessário reconhecer quais são os espaços onde se constrói essa educação ou sua oferta. Julgamos importante, também, refletir sobre os objetivos propostos para a educação que lhes é oferecida e como se configuram tais iniciativas.

O adulto tem certas peculiaridades na questão da aprendizagem isso devido a sua falta de escolaridade anterior, mas também a característica do modo de vida de seu grupo de origem. Nesse sentido, Scoz (1994) salienta que:

[...] os problemas de aprendizagem não são restringíveis nem a causas físicas ou psicológicas, nem a análises das conjunturas sociais. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multimensal, que amalgame fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos, percebidos dentro das articulações sociais. Tanto quanto a análise, as ações sobre os problemas de aprendizagem devem inserir-se num movimento mais amplo de luta pela transformação da sociedade. (Scoz, 1994, p. 22).

Contudo, todo público participante da Educação de Jovens e Adultos que passam por problemas de saúde, baixa autoestima, problemas de aprendizagem, dentre outros. Tem que ir a busca de soluções para vencer esses obstáculos e elevar a sua autoestima para que possa se libertar de todos os problemas da aprendizagem ou não.

Ao embarcar na abordagem dessa modalidade de ensino, o professor deve ter a consciência de que não está simplesmente formando alunos destinados a seguir carreiras profissionais, mas sim lidando com indivíduos imersos em uma luta pela sobrevivência, enfrentando desafios e desânimos.

ASPECTOS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ao longo da segunda metade dos anos 90 foi criado um plano federal de formação de jovens e adultos de baixa renda e escolaridade o PLANFOR (Plano Nacional de Formação do Trabalhador) tinha como objetivo ampliar e diversificar a oferta de educação profissional com intenção de qualificar e requalificar anualmente 20% da PEA (População Economicamente Ativa) (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.137).

Tomando-se como referência a legislação, o Parecer CEB/CNE nº11/2000, considera que muitos dos alunos da EJA trabalham, afirma também que aqueles que ainda não se inseriram no mercado de trabalho, desejam fazê-lo.

O Parecer indica que os sistemas de ensino devem garantir ofertas educacionais apropriadas para esta parcela da população. No entanto, não propõe uma estratégia que viabilize horários que torne compatível o estudo e o trabalho para todos os que desejarem fazê-lo.

E quando, na nossa legislação, um direito fica condicionado à subjetividade de quem o implanta, tende a não acontecer de forma a garantir o interesse de todos, podendo se resumir ao benefício de alguns.

Além da questão das primeiras leituras e escritas, podemos concluir que hoje a importância da EJA se encontra no fato dos alunos reconhecerem

a contribuição dessa modalidade de ensino para manterem seus empregos e também como perspectiva de crescimento profissional e acadêmico.

Pressupomos que, com o avanço das tecnologias, o mercado de trabalho passou a exigir muito mais do profissional que, em busca de novas oportunidades, retorna a EJA na esperança de concluir seus estudos visando o seu crescimento profissional e, de certa forma, garantir sua permanência no mercado de trabalho.

Percebe-se que a busca e a curiosidade em adquirir certo tipo de conhecimento, ou talvez a certificação, é que garante a permanência do aluno na escola. Relacionando aos pensamentos de Freire consideramos ser necessária à permanência da curiosidade para aprender a ler e escrever. O aluno ao assumir-se como sujeito de sua aprendizagem torna-se um sujeito crítico autônomo, responsável pelos seus atos, capaz de tomar decisões a partir da problematização do contexto em que está inserido (FREIRE, 1996).

As políticas públicas e educacionais implementadas na EJA ainda são insuficientes para firmar e manter os jovens e adultos como trabalhadores em condições de igualdade e competitividade no mercado de trabalho.

Embora, muitas vezes, a relação entre educação e trabalho seja impulsionada por esse sentimento de competitividade que o mercado de trabalho provoca no indivíduo. E como sabemos todo cidadão precisa buscar novos conhecimentos no seu dia a dia para estar preparado para as exigências do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, a história da Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade que tem sido deixada, muitas vezes, em segundo plano quanto aos investimentos feitos pelas políticas públicas.

No entanto, com o passar do tempo, a EJA passou por vários avanços quanto a sua importância e o seu desenvolvimento em prol da vida do jovem e adulto. Porém, ainda existem muitas dificuldades e desafios vivenciados principalmente na formação do educador para atuar nessa modalidade. Assim, é crucial que as políticas educacionais sejam desenvolvidas levando em conta as especificidades desse público, proporcionando estratégias pedagógicas flexíveis, apoio emocional e social, além de investimentos em infraestrutura e formação de professores, além da integração de tecnologias educacionais, que pode ser uma ferramenta valiosa para superar algumas barreiras, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico e acessível.

A escola sendo o espaço fundamental para atender as necessidades educacionais de seus alunos, também deve ser reconhecida como um espaço de acolhimento para esses jovens e adultos que procuram estudar novamente para aprender mais um pouco e, para conseguir superar algumas dificuldades enfrentadas em sua vida.

Assim, “nenhuma aprendizagem, portanto, pode-se fazer destituída do sentido ético, humano e solidário que justifica a condição de seres

humanizados, providos de inteligência” (PAIVA, 2009, p. 33). Desse modo, quando se trata de alunos idosos principalmente, todos eles querem ter o seu momento de falar de fatos que aconteceram em suas vidas, experiências e, a partir desses depoimentos, irem fazendo a construção da aprendizagem.

A essa forma de interação entre professor e alunos, as conversas informais mantidas entre eles, tudo isso vai construindo o aprender. Assim, “ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar condições e oferecer possibilidades concretas para que o aluno tenha acesso a aprendizagens significativas”. (FREIRE, 1996).

Dessa forma, é necessário que seja construída uma escola pautada na reflexão que valorize os saberes dos jovens e adultos, pois essas são as raízes dessa modalidade educativa.

Uma escola que se assume como instituição educativa que sabe o que quer e para onde vai. Na observação cuidadosa da realidade social, descobre os melhores caminhos para desempenhar a missão que lhe cabe na sociedade. Atenta à comunidade exterior, envolve todos na construção do clima de escola, na definição e na realização do seu projeto, na avaliação de sua qualidade educativa. Consciente da diversidade pessoal integral [...] (Alarcão, 2001, p.26).

Na concepção de Alarcão (2001), não é somente o aluno que é aprendiz, pois nessa relação de interação e conversas sobre as experiências de cada um deles são momentos riquíssimos de aprendizagem e, assim professor e aluno são aprendizes ao mesmo tempo. Desse modo, investir na Educação de Jovens e Adultos é investir no desenvolvimento sustentável e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A superação dos desafios enfrentados por esse público exige um comprometimento contínuo de governos, instituições educacionais e da sociedade como um todo. Ao reconhecer e abordar as dificuldades existentes, podemos transformar a EJA em um instrumento poderoso de transformação social, proporcionando oportunidades de crescimento e desenvolvimento para todos, independentemente da idade.

Portanto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é fundamental para promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades, proporcionando uma segunda chance para aqueles que, por diferentes motivos, não tiveram acesso à educação formal em idade adequada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane Ribeiro; PAIVA, Jane. **Políticas Públicas de Direito à Educação de Jovens e Adultos no RJ: Estudos da Região Metropolitana.**

Trabalho apresentado na 27ª Reunião Anual da ANPED, GT 18, Caxambu, 21-24 de novembro de 2004. [Http:// www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em 12 de out. 2020.

ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Os jovens da EJA e a EJA dos jovens**. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane. (Org.). Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.43-54.

ALARCÃO, I. **A escola reflexiva**. In: ALARCAO, Isabel (Org). Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre: Artmed, 2001.p.15-30.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental**. Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

_____. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Vademecumacadêmico de direito. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2012;

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1998. Integral. Constituição de1998. Brasília-DF.

_____. Resolução nº 1/2000, aprovada em: 5 de jul. 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**.

Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2000.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: Acesso em: 11 dez. 2007.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo escolar da educação de jovens e adultos, 2006**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: Acesso em: 12 de out. 2020.

_____. Resolução nº 1/2000, aprovada em: 5 de jul. 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacyr. Prefácio ao livro: **Ensinar e aprender com Paulo Freire: 40 horas 40 anos depois**. De Nicéia Lemos Pelandré. São Paulo, Editora: Cortez, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/como-identificar-possiveis-sinais-de-abuso-sexual-em-criancas.ghtml>. Acesso em 25 de jul. de 2018.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M.C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio/ago.2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PAIVA, J. **Educação de jovens e adultos**: questões atuais em cenários de mudanças. In: PAIVA, J., OLIVEIRA; I. B. de (Orgs.). Educação de jovens e adultos. Petrópolis, RJ:DP et Alii, 2009.

SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escolar, o problema escolar e de aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1994.

WERNECK, Hamilton. **Se a boa escola é a que reprova**, o bom hospital é o que mata. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CAPÍTULO 13

SAÚDE MENTAL, FATORES DE RISCO NA JUVENTUDE INDÍGENA

Rômulo Terminus da Silva, Ph.D.

Doutor em Psicologia Clínica-FACISA/UPE; PhD em Psicologia da Saúde - UNIVERSITÉ DES SCIENCES DE L'HOMME DE PARIS (ULSHP); Doutor em Ciências da Educação - University Logos Internacional -@UNILOGOS, cadastro na CAPES 1489 no Portal Carolina Bori, CNPQ REGISTRO K2E200000001, Neuropsicólogo, Neurocientista da Aprendizagem, Neurocientista Clínico. Coordenador do curso de Psicologia FACETEN e Professor Associado (probono) da UNILOGOS - Logos University Internacional.

RESUMO

Este estudo visa elucidar e coletar dados sobre: “Saúde mental, Fatores de Risco e a Juventude Indígena”. Pretendendo fazer uma abordagem sobre os fatores psicológicos que contextualizam a saúde mental, as suas características e problemáticas encontradas nesse contexto. O problema pesquisado pautou-se em: Como a Saúde mental, identificando os Fatores de Risco na Juventude Indígena pode contribuir para melhoria da qualidade vida? Os objetivos específicos propostos, foram: Compreender como desenvolve a Saúde mental diante dos Fatores de Risco que estão presentes na Juventude Indígena; Explicitar a Saúde mental e sua relação com qualidade vida na prevenção dos transtornos psicológico; orientar as famílias e comunidade em geral, para a permanência do direito da pessoa humana e da qualidade de vida nas comunidades indígenas. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, em caráter exploratório, de abordagem qualitativa, de campo e descritiva, hipotético-dedutiva e não experimental. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo. Havendo ainda notoriamente várias vertentes e possibilidades a serem analisadas em estudos futuros, e, por conseguinte, mais aprofundados.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental. Transtornos Psicológicos. Juventude Indígena.

INTRODUÇÃO

A presente artigo versa sobre “Saúde mental, Fatores de Risco e a Juventude Indígena.” A sistema de palestras que visam a interação dos acadêmicos do curso de psicologia da FACETEN sobre a saúde mental e a qualidade de vida nas comunidades indígenas em especial a juventude e também algumas localidades do Município de Cantá-RR. A temática maior em alusão ao setembro amarelo, traz como focos os transtornos psicológicos e as situações de riscos, ansiedade e depressão e os fatores que levam os jovens as tentativas de suicídio e ao próprio suicídio.

A parceria aconteceu acordo de cooperação com a Secretaria de Saúde do Município de Cantá-RR e o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, situado na Rua Angela Conceição Barros, 30 Bairro Centro, cidade Cantá-RR, que tem atuação desde 2016 na época com aproximadamente 16.877 habitantes com uma equipe formada para atendimento gratuito de psiquiatria e psicológico que funciona de segunda à sexta das 08h00 até às 18h00 com atendimentos marcados através de processo de agendamento pelo telefone (95) 35531225.

Quando da proposição relativa ao objetivo geral presente neste estudo, este pautou-se por buscar: Analisar o contexto da Saúde mental e os Fatores de Risco que acontecem de forma explícita e implícita na Juventude Indígena, enfatizando na busca da homeostase psicológica.

Em se tratando dos objetivos específicos propostos, tem-se que estes versaram por buscar-se: Compreender como desenvolve a Saúde mental diante dos Fatores de Risco que estão presentes na Juventude Indígena; Explicitar a Saúde mental e sua relação com qualidade vida na prevenção dos transtornos psicológicos; orientar as famílias e comunidade em geral, para a permanência do direito da pessoa humana e da qualidade de vida nas comunidades indígenas.

Deste modo, a pesquisa em questão tem a seguinte problemática de investigação, pois, essa forma que este estudo se justifica quanto a sua abordagem focando o objeto da pesquisa e situação problema está em: Como a Saúde mental, identificando os Fatores de Risco na Juventude Indígena pode contribuir para melhoria da qualidade vida?

Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, em caráter exploratório, de abordagem qualitativa, de campo e descritiva, hipotético-dedutiva e não experimental. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora para investigar a Saúde mental, Fatores de Risco e a Juventude Indígena. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo. Havendo ainda notoriamente várias vertentes e possibilidades a serem analisadas em estudos futuros, e, por conseguinte, mais aprofundados.

METODOLOGIA APLICADA

Tendo-se, para tanto, a este ponto que a pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação sobre a Saúde mental, Fatores de Risco e a Juventude Indígena, após a escolha do assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica para fundamentação qualificada da investigação. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, em caráter exploratório, de abordagem qualitativa, de campo e descritiva, hipotético-dedutiva e não experimental. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora.

Conforme o Dr. Rômulo Terminelis da Silva (2022, p.05) na explicação do passo a passo de construção do TCC monografia, a pesquisa deve seguir as seguintes orientações (aula de orientação ao TC II polo do Cantá 31 de Janeiro de 2022):

Tendo-se, para tanto, a este ponto que a pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa.

Ainda sob esta perspectiva tem-se que a modalidade atinente à pesquisa qualitativa é a metodologia de pesquisa bastante adequada ao estudo, pois pode ser entendida como o caminho do pensamento a ser seguido. Pois, ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade.

Essa investigação tem como objeto de estudo a: Saúde mental, Fatores de Risco e a Juventude Indígena. É uma inquietação dos investigadores que nasce do desejo em tese, de aprofundar este tema através de uma releitura e pesquisa científica, por visualizar a pertinência e a relevância de ir afinando os conhecimentos para benefícios próprio e de toda a comunidade científica da Psicologia que possa ser afetada com os resultados da presente investigação.

Segundo Gil a pesquisa deve desenvolver seus objetivos Gil (2002.p.112)

Os objetivos específicos tentam descrever, nos termos mais claros possíveis, exatamente o que será obtido num levantamento. Enquanto os objetivos gerais referem-se a

conceitos mais ou menos abstratos, os específicos referem-se a características que podem ser observadas e mensuradas em determinado grupo. A especificação dos objetivos é feita pela identificação de todos os dados a serem recolhidos e das hipóteses a serem testadas. Por exemplo, determinado levantamento tem como objetivo traçar o perfil socioeconômico de determinado grupo. Esse objetivo geral, de certa forma, indica o que se pretende como produto final. Contudo, não foi formulado levando em consideração o que requerem os procedimentos de coleta de dados. Logo, torna-se necessário formular os objetivos específicos, que indicam exatamente os dados que pretende obter.

Segundo o professor Dr. Rômulo Terminelis da Silva (2022, p.04) na explicação do passo a passo de construção do TCC monografia, a pesquisa deve seguir as seguintes orientações (aula de orientação ao TC II polo do Cantá 31 de Janeiro de 2022):

Os tipos mais comuns de pesquisa são: de campo; bibliográfica; descritiva; experimental e Não-experimental. Aliadas aos métodos estão as técnicas de pesquisa, que são os instrumentos específicos que ajudam no alcance dos objetivos almejados.

As técnicas mais comuns são: questionário (instrumento de coleta de dados que dispensa a presença do pesquisador); formulário (instrumento de coleta de dados com a presença do pesquisador); entrevista (estruturada ou não estruturada); levantamento documental; observacional (participante ou não participante) e estatísticas.

Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores. Em linhas gerais, esta foi sim a metodologia de pesquisa ora implementada, entendendo-a, para tanto, como propícia ao estudo proposto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

SAÚDE MENTAL, FATORES DE RISCO E A JUVENTUDE INDÍGENA

A Saúde mental sempre será a prioridade maior não só dentro da juventude, mas de toda a comunidade, pois a saúde é o bem comum maior em todas as idades. Os problemas encontrados que desencadeiam maior

desequilíbrio emocional entre os povos indígenas e os Fatores de Risco no meio da juventude Indígena são diversos, que vai além do abuso por pessoas próximas, traumas e transtornos psicológico, a violação de seus direitos, o uso do álcool e outras drogas, ansiedade, depressão culminando com suicídio.

O Ministério da Saúde através da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena e Atenção psicossocial aos povos indígenas, tecendo redes para promoção do bem viver em seu Departamento de Atenção à Saúde Indígena propõe o modelo de organização da atenção psicossocial nos DSEI. (BRASIL,2019).

Segundo o Instituto Leônidas & Maria Deane (2022.p.10) sobre o conceito de Saúde Mental com os povos indígenas:

O conceito de “saúde mental” está presente na legislação brasileira, em políticas governamentais do SUS e na regulação do exercício profissional de categorias multiprofissionais e interdisciplinares. Aparece em manuais, em artigos científicos, em livros, nos meios de comunicação, em nossos diálogos, nas conversas cotidianas e na fala da comunidade em geral. Ora como oferta de serviços, ora como condição de saúde. O constante uso da expressão não carrega um consenso sobre o que de fato signifique “saúde mental”. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde mental como um estado de bem-estar no qual o indivíduo desenvolve suas habilidades pessoais, consegue lidar com os estresses da vida, trabalha de forma produtiva e encontra-se apto a dar sua contribuição para sua comunidade.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde mental como um estado de bem-estar no qual um indivíduo desenvolve competências pessoais, onde é capaz de lidar com o stress da vida, trabalhar de forma produtiva e é capaz de contribuir para sua vida social e comunitária. (INSTITUTO LEÔNIDAS & MARIA DEANE, 2022)

A maioria dos profissionais de saúde recebe durante sua formação pouca qualificação para satisfazer e responder às solicitações relacionado ao sofrimento mental. Muitos deles esperam ser curados sintomas ou resolver a situação que causa o sofrimento. (BRASIL,2019).

Ainda segundo BRASIL (2019, p.10) historicamente, os eventos de saúde mental ou de atenção psicossocial no DSEI têm sido organizados para oferecer atendimento a diversas situações de sofrimento psicossocial nas comunidades, incluindo, por exemplo, pessoas com problemas causados pelo uso nocivo de bebidas alcoólicas e/ou outras drogas, situações de violência e suicídio e outros problemas relacionados:

Historicamente, as ações de saúde mental ou atenção psicossocial nos DSEI organizaram-se a fim de oferecer cuidados a diferentes situações de sofrimento psicossocial nas comunidades envolvendo, por exemplo, pessoas com problemas devido ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas e/ou outras drogas, situações de violências e suicídios e outros agravos relacionados. Porém, destaca-se o fato de que as diferentes sociedades indígenas têm enfatizado a importância dos determinantes socioculturais relacionados a estes agravos como, por exemplo, a dificuldade em se garantir a subsistência econômica das famílias, as barreiras para a reprodução dos modos de vida próprio das diferentes comunidades (como as comunidades desejam viver), o preconceito sofrido nas cidades, os conflitos decorrentes na interação com as cidades, conflitos familiares, os feitiços, entre outros. Nestes casos, os usuários indígenas têm relacionado a “saúde mental” com diferentes aspectos da dimensão social e coletiva, não se restringindo à dimensão da subjetividade individual.

Contudo, dentro Saúde mental, muitas vezes não é possível viver de acordo com essas ideias e expectativas, o que gera mais ansiedade nos profissionais que estão dispostos ouvir e receber essas reclamações. Em geral, esses especialistas dizem que não sabem o que fazer ou como lidar com a situação, ou até mesmo não têm acesso a ela está área do conhecimento. (BRASIL,2019).

Ainda conforme Brasil (2019 p.12) Ministério da Saúde através da Secretaria Especial de Saúde Indígena, Departamento de Atenção à Saúde Indígena e Atenção psicossocial aos povos indígenas:

Em outros casos, há quem considere que se responsabilizar por pessoas em sofrimento psicossocial significa fazer o papel de psicólogo, e que não teriam tempo para tal atribuição. Na realidade, é importante destacar que todos os profissionais das EMSIs têm algo a contribuir no cuidado às pessoas que procuram ajuda para seu sofrimento, sejam elas usuárias prejudiciais de bebidas alcólicas ou outras drogas, pessoas em situação de violência ou que apresentam ideações suicidas. Porém, deve ser ressaltado que o cuidado a estes e outros agravos devem ser realizados em REDE e a RESPONSABILIDADE PELO CUIDADO DEVE SER COMPARTILHADA. Ou seja, nem o enfermeiro ou o técnico de enfermagem, AIS, psicólogo, assistente social, ou qualquer outro profissional irá se responsabilizar sozinho pelo cuidado às pessoas em sofrimento psicossocial. Ao promover o cuidado a estas pessoas e às comunidades, qualquer profissional ou equipe deverá

contar com o apoio e a colaboração de outros atores que estejam disponíveis nesta rede de cuidados. Essa concepção parte do pressuposto de que atenção psicossocial é responsabilidade de todos e precisa ser feito de modo intersetorial e interdisciplinar, para se alcançar a integralidade do cuidado.

Os desafios e as situações de sofrimento psicossocial sem bem maiores do que se imagina, em muitas situações, alguns casos ainda se encontram em silêncio sem conhecimento das autoridades e o que é mais grave, há pessoa se encontra sofrendo em silêncio, sofrendo com a síndrome do pensamento acelerado, que vai potencializar a ansiedade, depressão e outros transtornos psicológicos chegando até a fase final que é o suicídio.

A Promoção da Saúde e do Bem Viver da Juventude indígena

A situação e problemas crescentes alarmantes entre os povos indígenas, em especial a juventude indígena é uma realidade bem próxima, a população indígena do Brasil apresenta alguns dos piores indicadores sociais do país, apesar de a promoção de um ambiente saudável e a proteção da saúde dos povos indígenas ser uma das principais direções do Plano Nacional de Políticas de saúde para os povos indígenas.

Segundo Wayhs, Bento & Quadros (2019, p.71):

Problemas crescentes entre os indígenas. A população indígena do Brasil apresenta alguns dos piores indicadores sociais do país (Brasil, 2013a), apesar de a promoção de ambientes saudáveis e proteção da saúde indígena ser uma das diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Segundo o documento orientador da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (2018a), a qual ocorrerá em 2019, grande parte das terras não possui saneamento básico, abastecimento de água e é de difícil acesso. Muitas estão em situação de conflito, sofrem impactos de grandes empreendimentos e de prática colonialistas que provocam danos sociais e ao meio ambiente. Além disso, a marginalização e o preconceito a que essa população está submetida leva a necessidade de aceitação pelos dominantes, com intenso sofrimento psíquico. Desse modo, ocorre uma série de transformações em seus modos de viver, como a fragilização dos laços comunitários e a desorganização de práticas culturais. Sabe-se que a saúde desses povos é, intrinsecamente, ligada à terra e, portanto, esses determinantes sociais têm impacto direto na saúde mental das comunidades como um todo.

Além dos conflitos culturais e geopolíticos que envolvem toda o contexto dos povos indígenas, isso tem sido uma parcela no sofrimento psíquico, porém outros fatores de ordem social tem desencadeado um sofrimento maior e silencioso com o jovens indígenas, porque envolve sua alto e baixa estima, sua personalidade, seu jeito de ser, suas características individuais, seus planos e projetos de vida, a maioria das jovens que estão passando por momentos difíceis em suas vidas viver de forma integrada em suas comunidades.

As ações de saúde mental com pelos povos indígenas representam um desafio inerente a todas as pessoas que estão voltadas a Saúde Indígena Amazônica para orientar e fortalecer a ação de profissionais e lideranças que atuam nos territórios indígenas integrantes das Áreas Especiais de Saúde Indígena (DSEI) nas regiões do Alto Solimões, Leste de Roraima, Tapajós e Yanomami. (INSTITUTO LEÔNIDAS & MARIA DEANE, 2022)

Ainda conforme o Instituto Leônidas & Maria Deane (2022.p.6) sobre a Saúde Mental com os povos indígenas:

“Saúde dos Povos Indígenas da Amazônia” com vistas a orientar e fortalecer as ações de profissionais e lideranças que atuam nos territórios indígenas que fazem parte dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) das regiões do Alto Solimões, Leste de Roraima, Tapajós e Yanomami, as ações em Saúde Mental com os Povos Indígenas trazem um desafio inerente a todas as pessoas que convivem e trabalham nessas regiões: lidar com a diversidade étnico-cultural. Alguns dos povos que habitam essas áreas são Ticunas, Kambebas, Kocamas, Kaixanas, Kanamaris, Macuxis, Wapichanas, Mundurucus, Kayapós, Sanomas, Ye'kwanas, entre outros. Essa diversidade impõe o desafio de pensar práticas coerentes com o arranjo territorial, para além daquilo que prevê os dispositivos orientados pelo SUS e seu subsistema. Implica em conhecer o povo, seus costumes, línguas e tradições para construir redes de cuidado e apoio em saúde mental considerando os saberes e práticas tradicionais já existente no cotidiano de cada povo.

A rede de atenção psicossocial do SUS e de todos os Pólos base de abrangência do DSEI-BA. (A Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP, 2023). Enfatiza que o SUICÍDIOS baseado em dados do Ministério da Saúde de 2017 mostram que os povos Indígena são os que mais cometem suicídio (15,2 mortes/100 mil habitantes), em comparação aos brancos (5,9/100 mil habitantes) e aos negros (4,7/100 mil residentes).

Além disso, de acordo com estudo realizado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI entre 2010 e 2017, de 725 mortes analisadas,

os indígenas do sexo masculino morreram por suicídio duas vezes mais que as mulheres. (A Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP, 2023).

Em termos de análise de faixa etária, 47,7% das mortes ocorreram entre indígenas de 10 a 19 anos, com maior proporção entre 15 e 19 anos (34,9%), indicando que o suicídio indígena ocorreu com mais frequência durante a transição da juventude para a idade adulta, que foi um período crítico para os jovens indígenas. (A Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP, 2023).

Os fatores que tem levado ao suicídio dos jovens indígenas são diversos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde mental como um estado de bem-estar no qual o indivíduo desenvolve suas habilidades pessoais, consegue lidar com os estresses da vida, trabalha de forma produtiva e encontra-se apto a dar sua contribuição para sua vida social e comunitária. Só que muitos jovens não tem a orientação para lidar com essa situação, e não sabem como agir diante de situações de pressão e violência psicológica, cobranças diversas sobre a vida e os desafios, assédio moral, violência física e verbal, alienação parental e o descaso pela situação que está vivendo.

Segundo o Instituto Leônidas & Maria Deane (2022.p.11) sobre o conceito de Saúde Mental com os povos indígenas as Intervenções no campo da saúde mental devem considerar os modos singulares como as subjetividades indígenas que estão consteladas a partir da estruturação simbólica de suas organizações sociais:

Intervenções no campo da saúde mental devem considerar os modos singulares como as subjetividades indígenas estão consteladas a partir da estruturação simbólica de suas organizações sociais. Atentar para as teorias de pessoa e de corpo vigentes em um povo indígena, bem como para as práticas utilizadas no desenvolvimento dos sujeitos, pode ser uma boa forma de se aproximar desses universos subjetivos tão distintos daqueles vigentes na sociedade ocidental. As práticas empregadas no contexto das famílias elementares são fundamentais a essa constituição, bem como aquelas promovidas pela parentela ampliada ou comunidade como um todo e que vão marcar a transição dos sujeitos entre as distintas classes de idade e posições de gênero em um determinado contexto social.

A CARTOGRAFIA, COMPREENSÃO E COMUNICAÇÃO PARA A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS

Conselho Federal de Psicologia (Brasil) Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) junto aos povos indígenas orienta alguns aspectos importantes sobre a importância da cartografia no entendimento cultural e

social dos povos indígenas sobre a prática psicológica, para conhecer melhor o ambiente e compreender a comunicação entre os povos indígenas e da juventude inserida na comunidade e fora dela. A cartografia é utilizada como prática de representação do espaço territorial, incluindo significados objetivos e subjetivos, como mais uma forma de compreensão e comunicação com as pessoas e comunidades com as quais trabalhamos. Segundo CFP (2022, p.138.139):

A cartografia vem sendo utilizada como prática de representação do espaço territorial, incluindo sentidos objetivos e subjetivos, como um outro modo de compreensão e comunicação com as pessoas e comunidades com as quais trabalhamos, e uma maneira de acompanhar processos. A partir da utilização do mapa, como um instrumento de diálogo, é possível acompanhar as mudanças do modo de viver, como as comunidades significam e simbolizam o espaço em que vivem e como se relacionam com os elementos e o espaço representado. Ao construir coletivamente um mapa, e analisá-lo com a comunidade, conseguimos um olhar distanciado do dia a dia e, assim, podemos captar pontos de conflito e de superação, de ordem e desordem. A cartografia passa, então, a ser uma estratégia de co-Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) junto aos Povos Indígenas municação, de diálogo e de escuta das narrativas dos indígenas e suas comunidades, sendo muito útil no diagnóstico situacional do território.

Ao criar coletivamente um mapa cartográfico e analisá-lo com a comunidade, pode-se conseguir um olhar o cotidiano à distância com visão ampla e, assim, captar pontos de conflito e superação, ordem e desordem que envolvem os povos indígenas em especial a juventude, entendendo que a cartografia torna-se então uma estratégia de cor-referências técnicas para o trabalho do psicólogo com os povos indígenas. (CFP, 2022).

Ainda segundo o CFP (2022, p. 123), as medidas de saúde mental são oficialmente incorporadas ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS) que estabelece diretrizes gerais para uma política integral de atenção à saúde mental dos povos indígenas. Este decreto visa orientar as ações de atenção psicossocial no contexto doméstico com base na política nacional de saúde:

As ações em saúde mental são oficialmente incorporadas ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS), com a Portaria GM/MS nº 2.759/2007, que estabelece as diretrizes gerais para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas. Esta Portaria propõe-se a orientar as ações de atenção

psicossocial em contexto indígena, tendo como base a Política Nacional de Saúde Mental, em especial a Lei nº 10.216/2001, e apontando como “situações emergenciais da atenção à saúde mental indígena o alcoolismo, o suicídio e outros problemas prevalentes”. Suas orientações dão ênfase ao comprometimento do profissional com a saúde mental destas populações; a necessidade de que este possa compreender a dinâmica singular de cada etnia e grupo assim como a cosmologia e práticas culturais de cada povo. Considerando assim que os diálogos com indígenas são de grande relevância para o planejamento das ações em saúde e terão as parcerias necessárias da comunidade acadêmica, etnólogos e outros atores/atrizas.

Ainda segundo o CFP (2022, p. 62 a 64) com o resultado da troca de experiências e conhecimentos entre povos indígenas e profissionais de saúde em diversos estados e municípios do país, quando se considera a atenção integral à saúde indígena, durante a IV Congresso Brasileiro de Saúde Mental, elaborou uma carta, a “Carta de Manaus por uma saúde integral aos povos indígenas”, dentre os diversos pontos destacados sobre a realidade indígena no Brasil, esta carta também trata da promoção da saúde, do bem viver, do trato e relacionamento com os profissionais de saúde, da tradição e da espiritualidade, a saber:

Como resultado das trocas de experiências e conhecimentos entre indígenas e profissionais de Saúde distribuídos em diversos Estados e Municípios de todo o país na reflexão sobre uma atenção integral à saúde indígena, foi produzida uma carta, durante o IV Congresso Brasileiro de Saúde Mental. Entre os vários pontos assinalados sobre a realidade indígena no Brasil, essa carta trata também da promoção de saúde, Bem Viver, da atuação e relação com o profissional de Saúde, da tradição e espiritualidade, a saber: 1. É de fundamental importância primar pelo conhecimento e reconhecimento das diferentes cosmovisões e práticas que expressam distintos significados a respeito dos processos de adoecimento e promoção de saúde, pertinentes aos mais de 305 povos indígenas que vivem no Brasil. 2. Para que as ações de saúde mental e bem viver aconteçam, o profissional deve ser capaz de ouvir as demandas, estimular a mobilização da comunidade para buscar uma compreensão mais profunda e consensual a respeito das causas geradoras dos problemas percebidos e elaborar conjuntamente os caminhos que possam levar às formas de tratamento que considerem as cosmovisões e práticas dos povos. 3. É relevante compreender que o fortalecimento da cultura e

o envolvimento das comunidades nas práticas do bem viver são, em si mesmo, práticas promotoras da saúde mental. 4. É necessário que o sistema de saúde integre em seu quadro de cuidadores os mestres, anciões, curandeiros, parteiras, pajés, xamãs, rezadores, benzedores e outros atores que detêm os saberes tradicionais, oferecendo as condições necessárias para que promovam tais práticas de saúde junto às comunidades. 5. Para que seja dado um tratamento diferenciado adequado, é preciso que o profissional não ocupe o lugar de detentor absoluto do conhecimento, mas que antes conheça e aprenda, compreenda e respeite as distintas cosmovisões e práticas dos povos indígenas, recebendo dos mais velhos e lideranças orientações quanto às formas de enfrentamento dos problemas, organização do povo e as condutas esperadas para que a cultura seja respeitada. Para tanto, é relevante que o trabalho seja feito em consonância com o entendimento e a participação das lideranças e dos mais velhos, que deverão se aliar na mediação das práticas de cuidado em saúde, que envolvem necessariamente a alimentação, a espiritualidade, a relação com a terra e com a floresta, as diversas práticas culturais tradicionais e suas perspectivas de futuro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tem-se a este ponto que os resultados ora obtidos quando da realização do presente estudo foram sim satisfatórios sobre a **Saúde mental, Fatores de Risco e a Juventude Indígena**, pois foi possível conhecer algo a mais acerca da participação dos jovens indígenas nas escutas realizadas após a palestra focando o setembro amarelo, com a presença dos acadêmicos do curso de psicologia da faculdade FACETEN realizada sobre o tema: Saúde mental e os fatores de ansiedade, depressão e o suicídio.

No contexto das palestras foi possível observar a interação dos jovens sobre o contexto da temática, na escuta e acolhimento foi observado alguns fatores sobre desencadeadores de ansiedade e comportamento depressivo resultado de assédio moral e verbal, abuso sexual, abusos que causaram traumas ocorridos na infância, o uso de drogas permitidas e proibidas no meio não só da juventude, e alguns fatores de opção sexual de alguns jovens. A escuta deve levar em conta todo contexto que o jovem está inserido.

IMPORTÂNCIA DA OBSERVAÇÃO E ESCUTA PSICOLÓGICA COM O JOVEM

No relato de observação e escuta na intervenção clínica da Psicologia e Práticas em Saúde Mental, destacando a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde do Cantá (SEMSA/PMC) Prefeitura Municipal do Cantá,/CAPS e o Projeto de Pesquisa e Extensão voltado para temática da palestra, juntamente com os acadêmicos do curso de Psicologia da Faculdades FACETEN, deu relevância , pois disponibilizou o conhecimento da área acadêmica para a sociedade por meio de uma interação transformadora, gerando impacto na sociedade e na juventude contribuindo para homeostase e o bem estar dos presentes na melhoria da qualidade vida. Também vale destacar a importante do diálogo com a família, diante destes processos, com o tuxaua e outras pessoas competentes no auxílio e ajuda.

Ainda BRASIL (2019, p.10,11) a atenção psicossocial aos povos indígenas, e redes de apoio locais, incentivem o protagonismo indígena e a mobilização social na perspectiva de alcançar os aspectos elencados na da atenção à saúde mental ou psicossocial, é missão dos DSEI:

Na perspectiva de alcançar estes aspectos elencados, compreende-se que, enquanto princípio geral da atenção à saúde mental ou psicossocial, é missão dos DSEI: “Contribuir para a potencialização dos projetos de bem viver das diferentes comunidades, famílias e indivíduos indígenas a partir de ações de promoção da saúde, prevenção e atenção a agravos relacionados à saúde mental, que compartilhem responsabilidades e ações com comunidades, profissionais de, atenção primária e redes de apoio locais, incentivem o protagonismo indígena e a mobilização social, valorizando e respeitando os saberes, modos de organização social, crenças, economias e as tecnologias próprias de cada comunidade.

Em continuidade BRASIL (2019, p.13) Os profissionais de referência em Saúde Mental dos DSEI possui uma equipe multidisciplinar compostas por antropólogos, os assistentes sociais, os enfermeiros, os psicólogos, os médicos, os terapeutas ocupacionais e qualquer outro (a) profissional:

Os profissionais de referência em Saúde Mental dos DSEI são os antropólogos, os assistentes sociais, os enfermeiros, os psicólogos, os médicos, os terapeutas ocupacionais e qualquer outro (a) profissional que tenha uma inserção maior na área da Saúde Mental, que possua experiência ou algum tipo de especialização e/ou qualificação específica nesta área. Geralmente, estes

profissionais estão lotados: Na Divisão de Atenção à Saúde Indígena (DIASI). Este é o profissional conhecido como “RT de Saúde Mental”. Nos Polos-Base (antropólogos, assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos, médicos, terapeutas ocupacional e qualquer outro (a) profissional do campo da Saúde Mental lotados nos polos-base). Na CASAI (antropólogos, assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos, médicos, terapeutas ocupacional e qualquer outro (a) profissional do campo da Saúde Mental lotados nas CASAI).

Ainda conforme o CFP (2022, p. 127): “Atuar nas equipes de Saúde, com particular enfoque na Saúde Mental, contribuindo para o enfrentamento do uso abusivo de álcool e outras drogas e na melhoria da qualidade de vida nas comunidades indígenas”

Entretanto, até 2014, não havia um direcionamento para o trabalho das Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena (EMSI), relacionado a estas demandas. Foi naquele ano que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) elaborou de maneira colaborativa, com representantes dos 34 DSEIs e com a Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde (CGMAD), o “Documento Orientador sobre a gestão da atenção psicossocial nos DSEIs”. Neste documento, são definidas como demandas para atenção e vigilância epidemiológica pelo programa: violências; uso problemático de álcool e outras drogas; suicídio; e uso de medicações psicotrópicas.

A observação e escuta psicológica ou conta equipe multidisciplinar potencializa o cuidado e atendimento com o jovem diante das situações de riscos, e ainda com o apoio dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS que são serviços de saúde de caráter aberto e comunitário voltados aos atendimentos de pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras substâncias, que se encontram em situações de crise ou em processos de reabilitação psicossocial. Nos estabelecimentos atuam equipes multiprofissionais, que empregam diferentes intervenções e estratégias de acolhimento, como psicoterapia, seguimento clínico em psiquiatria, terapia ocupacional, reabilitação neuropsicológica, oficinas terapêuticas, medicação assistida, atendimentos familiares e domiciliares, entre outros.

O primeiro CAPS do Brasil foi 7 criado em 1987, na cidade de São Paulo e, em 1989 foram criados, em Santos, os Núcleos de Apoio Psicossocial (Naps), com atenção 24 horas, posteriormente denominados de CAPS III. O CAPS Cantá Centro de atenção psicossocial uma unidade de saúde psiquiátrica que atende centenas de pessoas que sofrem algum tipo

de transtorno mental. O CAPS Cantá atua no município desde 2016, para aproximadamente 16.877 habitantes. Fornecendo tratamento psiquiátrico gratuito pela rede pública de saúde. A equipe é especializada e treinada para o melhor atendimento aos pacientes. Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA/PMC Prefeitura Municipal do Cantá,/CAPS, em Ofícios nº. 577/20023 e 660/2023/GAB/SEMSA/PMC.

Toda orientação foi de extrema importância sobre a SAÚDE MENTAL E OS FATORES DE ANSIEDADE, DEPRESSÃO E O SUICÍDIO, que possibilitou a estruturação da pesquisa, na elaboração do artigo e orientações fornecidas pelo manual de orientações, como afirmou o professor Dr. Rômulo Terminelis da Silva (2022, p.04) na explicação do passo a passo de construção do TCC:

A linguagem será gramaticalmente correta, precisa, coesa, coerente e, preferencialmente, em terceira pessoa ou utilizando a impessoalização textual. Devem ser evitados adjetivos supérfluos, repetições redundantes, explicações desnecessárias, rodeios sem atingir o objetivo. Ao escrever, não se deve ficar determinado em demonstrar erudição e cultura gramatical ou discursiva e, sim, chegar-se a uma comunicação cujas ideias estejam claras ao leitor.

Ainda conforme o professor a responsabilidade de formatação gráfica nas normas da ABNT é de inteira responsabilidade do acadêmico (aula de orientação ao TC II polo do Cantá 31 de Janeiro de 2022).

A análise e discussões dos resultados segue as orientações do Manual de normas para elaboração de trabalhos (2013, p.82):

Após a análise e discussões dos resultados, são apresentadas as conclusões e as descobertas, evidenciando com clareza e objetividade as deduções extraídas dos resultados obtidos ou apontadas ao longo da discussão do assunto. Neste momento são relacionadas às diversas ideias desenvolvidas ao longo do trabalho, num processo de síntese dos principais resultados, com os comentários do autor e as contribuições trazidas pela pesquisa.

Cabe, ainda, lembrar que a conclusão é um fechamento do trabalho estudado, respondendo às hipóteses enunciadas e aos objetivos do estudo, apresentados na Introdução, onde não se permite que nesta seção sejam incluídos dados novos, que já não tenham sido apresentados anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo observou-se, portanto, a importância a Saúde mental, Fatores de Risco e a Juventude Indígena. Neste ponto, os resultados obtidos na realização deste estudo foram realmente satisfatórios em termos de saúde mental, fatores de risco e juventude indígena, pois foi possível conhecer um pouco mais sobre a participação dos jovens indígenas nas palestras, acolhimento e escutas realizadas ao setembro amarelo, enfatizando a temática trabalhada sobre o tema: saúde mental e ansiedade, depressão e fatores de suicídio, com apoio dos acadêmicos do curso de Psicologia da faculdade FACETEN.

Cabe, para tanto, destacar que este estudo foi sim consideravelmente proveitoso e enriquecedor a este acadêmico e que os objetivos específicos foram alcançados em Compreender como desenvolve a Saúde mental diante dos Fatores de Risco que estão presentes na Juventude Indígena; Explicitar a Saúde mental e sua relação com qualidade de vida na prevenção dos transtornos psicológico; orientar as famílias e comunidade em geral, para a permanência do direito da pessoa humana e da qualidade de vida nas comunidades indígenas, e a hipótese confirmada e analisada na prática de pesquisa sobre: H1- Com as orientações sobre a saúde mental e os fatores de risco, ansiedade, depressão e fatores de suicídio, é possível contribuir para qualidade de vida e homeostase da pessoas.

Como parte da palestra, foi possível observar a interação dos jovens sobre o contexto do tema, enquanto na escuta e no acolhimento foram observados alguns fatores referentes aos desencadeadores do comportamento ansioso e depressivo decorrentes de problemas morais e verbais, assédio, entre outros abusos que causa traumas na infância, uso de drogas permitidas e proibidas não só entre os jovens e alguns fatores relacionados com a orientação sexual de alguns jovens.

Finalmente, recomenda-se aos Profissionais da saúde e outros, que se aprofundem sobre assuntos referente as Saúde mental, Fatores de Risco e a Juventude Indígena, em especial a ansiedade, depressão e fatores de suicídio, observando-se e respeitando todos os componentes contextuais que envolvem essa sistemática abordada pois ainda é um desafio universal.

REFERÊNCIAS

A Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP), publicação periódica institucional da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB). **Saúde Mental da população indígena será objeto de qualificação de profissionais do DSEI\Bahia.** <https://www.saude.ba.gov.br/2023/08/30/saude-mental-da-populacao-indigena-sera-objeto-de-qualificacao-de-profissionais-do-dseibahia/>. <http://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/index>.^{4ª} Avenida,

400, Centro Administrativo da Bahia/CAB, Salvador/BA, CEP: 41745-900.
30/08/2023 14:16

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. **Atenção psicossocial aos povos indígenas : tecendo redes para promoção do bem viver** / Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena, Departamento de Atenção à Saúde Indígena. – Brasília : Ministério da Saúde : 2019. 50 p.: il.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil) **Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) junto aos povos indígenas** / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Pública. — 1. ed. — Brasília : CFP, 2022.

Fundação Oswaldo Cruz. Instituto Leônidas & Maria Deane. **Saúde Mental com os povos indígenas**. – Manaus: Fiocruz/ ILMD-LAPHS/UNICEF, 2022.

Gil, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

Silva, R. T. da. [et al] (2023). **Psicologia e Genética Humana: Os Desafios Para o Psicólogo**. *Epítaya E-Books*, 1(29), 1-146. <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2023694>, 2023. ISBN: 978-65-87809-69-4, Rio de Janeiro, 2023, p.49.

SILVA. Dr. Rômulo Terminelis da. **Passo a Passo de Construção do TCC.2022**. 45 f. aula realizada dia 31/01/2022 polo do Cantá UAB/IFRR/UNIVIRR.

WAYHS, Ana Clara Dorneles. BENTO, Beatriz do Amaral Rezende. QUADROS, Fatima Alice de Aguiar. **Políticas públicas em saúde mental indígena no Brasil**. TraHs Números especiais N°4 | 2019: Políticas públicas: desafios nos contextos atuais <http://www.unilim.fr/trahs> - ISSN : 2557-0633.

Sobre os Organizadores

Prof^a MSc. Helena Portes Sava de Farias



Mestre em Desenvolvimento Local (2015), possui graduação em Enfermagem (2006), Licenciatura em Letras (2006) e especializações em Saúde da Família (2013), Enfermagem do Trabalho (2009) e Terapia Intensiva (2007) pelo Centro Universitário Augusto Motta. Consultora em Aleitamento Materno em Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Assessora editorial e sócia da Editora Epitaya. CEO da Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Atualmente é docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde da Família do Centro Universitário Augusto Motta. É professora conteudista de disciplinas online na área da saúde. Criadora do aplicativo EDUSAÚDE. Criadora de conteúdo sobre Educação,

Publicação Acadêmica e Aleitamento Materno no YouTube. Organizadora de dez livros na área da enfermagem, com vinte e cinco capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas e mais de cem trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Enfermeira que acredita e investe no poder transformador da educação em saúde. Tem experiência na área de Enfermagem, Publicação Acadêmica, Tecnologias, Aleitamento Materno, Saúde Coletiva e Saúde da Família com ênfase na Educação em Saúde e Educação popular.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6894100533869006>

Publicação em capítulo de livro


A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.


Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).


Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro


- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.


Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

[@epitaya](https://www.instagram.com/epitaya) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 

**CAMINHOS DA CIÊNCIA:
UMA VISÃO DAS ÁREAS DO
CONHECIMENTO**

HELENA PORTES SAVA DE FARIAS


epilaya
Editora

